

# RASSEGNA IBERISTICA

28

maggio 1987

## SOMMARIO

- Giampaolo Tonini: *O testemunho de Giovannantonio Andreoni sobre a escravatura dos negros no Brasil* . . . . . Pag. 3  
Margherita Morreale: *Una bibliografía reciente de "La Celestina", con unos apuntes sobre la presencia de ésta en Italia* . . . . . " 19

*Revista de la Universidad complutense. 1984/1.* A cura di A. Gil Novales (F. Meregalli) p. 27; *Actas del Primer Congreso de Hispanistas de Asia* (F. Meregalli) p. 29; *El Crotalón. Anuario de filología española. 2.* (M. Ciceri) p. 32; A. Cascardi, *The Bounds of Reason. Cervantes, Dostoevskij, Flaubert* (M.C. Graña) p. 35; P. Calderón de la Barca, *L'Alcalde di Zalamea*. Traduzione di L. Fontana - *La vita è un sogno*. Traduzione di E. Cancelliere (M.G. Profeti) p. 37; P. Calderón de la Barca, *Una fiesta sacramental barroca*. Edición de J.M. Díez Borque (F. Meregalli) p. 39; *Nueva Revista de Filología Hispánica*. Número monográfico coordinado por I.M. Zavala (F. Meregalli) p. 41; M.C. Aparicio, *El libro de la decadencia. Del periódico y de la política*. Edición de C. Alonso (S. Truxa) p. 43; L. Buñuel, *Scritti letterari e cinematografici*. A cura di A. Sánchez Vidal (M.G. Profeti) p. 45; M. Caciagli, *Elezioni e partiti politici nella Spagna postfranchista* (M.G. Chiesa) p. 47; R. M. Grillo de Filippo, *Racconto spagnolo. Appunti per una teoria del racconto e le sue forme* (S. Regazzoni) p. 50; AA.VV., *5 pesetas di stelle* (L.B. Porto Bucciarelli) p. 52.

M. Hernández Sánchez-Barba, *Hernán Cortés* (G. Bellini) p. 54; B. de Las Casas, *Brevissima relazione della distruzione delle Indie*. A cura di C. Acutis (G. Bellini) p. 55; P. Fernández de Quirós, *Descubrimiento de las regiones australes*. Edición de R. Ferrando (E. Pittarello) p. 59; E. Gothein, *Lo Stato cristiano-sociale dei Gesuiti nel Paraguay* (A. Albónico) p. 62; É. Jauffret, *Révolution et sacrifice au Mexique. Naissance d'une nation (1910-1917)* (A. Albónico) p. 64; M. Urrutia, *Mi vida junto a Pablo Neruda. Memorias* (G. Bellini) p. 66; E. Mejía Sánchez, *Recolección a mediodía* (D. Liano) p. 67; *Chicano Literature. A Reference Guide*. Edited by J.A. Martínez and F.A. Lomelí (R.L. Acevedo) p. 69.

M. das Graças Moreira de Sá, *Guilherme de Azevedo na Geração de 70* (M. Simões) p. 72; F. Pessoa, *Il libro dell'inquietudine*. Prefazione di A. Tabucchi. Racc., org. e note di M.J. de Lancastre (S. Castro) p. 74; J. Curi, *Racconti de Rio Cedro (in dialetto)* (G. Meo Zilio) p. 77.

Publicazioni ricevute p. 83

## “RASSEGNA IBERISTICA”

La *Rassegna iberistica* si propone di pubblicare tempestivamente recensioni riguardanti scritti di tema iberistico, con particolare attenzione per quelli usciti in Italia. Ogni fascicolo si apre con uno o due contributi originali.

*Direttori:*

Franco Meregalli  
Giuseppe Bellini

*Comitato di redazione:* Giuseppe Bellini, Marcella Ciceri, Bruna Cinti, Angel Crespo, Giovanni Battista De Cesare, Giovanni Meo Zilio, Franco Meregalli, Elide Pittarello, Carlos Romero, Manuel Simões, Giovanni Stiffoni.

*Segretaria di redazione:* Silvana Serafin.

*Diffusione:* Maria Giovanna Chiesa.

Col contributo  
del Consiglio Nazionale delle Ricerche  
[ISSN 0392-4777]

[ISBN 88-205-0562-2]

La collaborazione è subordinata all'invito della Direzione

*Redazione:* Seminario di Lingue e Letterature Iberiche e Iberoamericane — Facoltà di Lingue e Letterature Straniere — Università degli Studi — S. Marco 3417 — 30124 Venezia.

© Copyright 1987

Istituto Editoriale Cisalpino - La Goliardica s.r.l.  
Via Rezia 4 - Milano (Italia)

Finito di stampare nel maggio 1987  
dalle Grafiche G. V. - Milano

Fascicolo n. 28/1987 L. 12.000

## O TESTEMUNHO DE GIOVANNANTONIO ANDREONI SOBRE A ESCRAVATURA DOS NEGROS NO BRASIL \*

Publicado em 1711 em Lisboa<sup>1</sup> com o pseudônimo de André João Antonil<sup>2</sup>, o livro *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas* — escrito pelo jesuíta Giovannantonio Andreoni<sup>3</sup> na primeira

---

\* Neste estudo tivemos apenas em consideração a obra de Giovannantonio Andreoni, *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. Introdução e Vocabulário por A.P. Canabrava, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1967. Todas as citações são tiradas desta edição.

<sup>1</sup> As licenças do Santo Ofício datam de 8 de Nov. de 1710, de 30 de Nov. e de Dez. do mesmo ano; a do Ordinário, de 12 de Dez. de 1710, enquanto que as do Desembargo do Paço são de 15 e 17 de Jan. de 1711. A obra imprimiu-se em 1711 na Officina Real Deslandesiana.

<sup>2</sup> O verdadeiro nome do autor que no “Proemio” aparece também como *O Anônimo Toscano*, foi descoberto em 1886 por Capistrano de Abreu. Tratava-se do anagrama imperfeito de Giovannantonio Andreoni; a letra final L correspondia à inicial de Lucca, sua terra natal. Sobre o modo como foi descoberto, veja-se a carta de C. de Abreu a A. d’E. Taunay e por este reproduzida em *André João Antonil (João Antônio Andreoni, S.J.) e sua obra Estudo biobibliográfico*, in: A.J. Antonil, *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*, São Paulo, Melhoramentos, 1923, pp. 42 e 43.

<sup>3</sup> Giovannantonio Andreoni nasceu em Lucca a 6 de Fev. de 1649 e entrou na Companhia de Jusus, em Roma, a 20 de Maio de 1667. Anteriormente, estudara Direito Civil na Universidade de Perugia. Foi professor de Retórica e Filosofia no Seminário romano. A 20 de Jan. de 1681 foi para o Brasil com o P.A. Vieira, que conhecera em Roma. A 15 de Agosto de 1685 pronunciou os votos perante o P. Alexandre de Gusmão que, mais tarde, na sua qualidade de Provincial, se serviria da experiência de Andreoni para resolver o grave conflito, entre os paulistas e jesuítas, acerca da utilização da mão-de-obra índia. Professor no Colégio de Bahía, Mestre de Noviços e Secretário do Visitador Geral, o P.A. Vieira, e depois de outros Provinciais, chegou a desempenhar esse mesmo cargo de 1706 a 1709. Foi nomeado duas vezes Reitor do Real Colégio da Bahia. Por fim, foi nomeado, devido à sua preparação várias vezes demonstrada no campo administrativo e jurídico, e pelo seu profundo conhecimento do Brasil, onde viveu 35 anos, Consultor do Padre Geral. Morreu em Salvador a 13 de Março de 1716. Para além de *Cultura ...*, deixou um grande número de cartas e ânuas, biografias de membros da Companhia e traduziu de italiano para português a obra anti-judaica *Synagoga Desenganada*

década do século XVIII - foi imediatamente sequestrado por ordem de D. João V<sup>4</sup> e teve uma segunda edição só em 1837<sup>5</sup>.

A obra, pela descrição minuciosa e realista da sociedade e da economia do Brasil de finais do século XVII e início do século XVIII<sup>6</sup>, é

---

do Pe G.P. Pinamonti, publicada em Lisboa em 1720. Outras informações bibliográficas no estudo citado de A. d'É. Taunay e na fundamental *História da Companhia de Jesus no Brasil* de S. Leite, Lisboa, Portugalia - Rio de Janeiro, INL, 1938-1950, 10 vols., vol. VIII, pp. 45-54.

<sup>4</sup> A 20 de Março de 1711 a obra era sequestrada por ordem régia. Entre as diferentes hipóteses que procuram explicar a imprevisível ordem de sequestro, vejam-se as de Capistrano de Abreu, *Capítulos de História Colonial*, Rio de Janeiro, Briguiet, 1954<sup>4</sup>, p. 267; de A. d'E. Taunay, *op. cit.*, pp. 20 e 21; de S. Leite, *História cit.*, vol. VII, pp. 111 e 112; de Araripe Júnior, *Obra Crítica*, Rio de Janeiro, MEC, 1948, 4 vols., vol. II, p. 481; de J.P. Paes, *Mistério em Casa*, São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, 1961, pp. 21-29; de A. Mansuy, *Sur la destruction de l'Édition Princeps de "Cultura e Opulência do Brasil"*, in "Bulletin des Études Portugaises", nouvelle série, Lisboa 1966; de A.P. Canabrava, *João António Andreoni e sua obra*, in *Cultura e Opulência do Brasil cit.*, pp. 28 e 29; de W. Martins, *História da Inteligência Brasileira*, São Paulo, Cultrix, 1977<sup>2</sup>, 7 vols. vol. I, pp. 273-278. A hipótese mais convincente parece-nos ser a de W. Martins: "O pobre Antonil foi sacrificado numa luta de rivalidade e prestígio entre os vários órgãos encarregados da censura" (*op. cit.*, p. 276), isto é, entre o Santo Ofício e Ordinário, por um lado, e o Desembargo do Paço e o Conselho Ultramarino, por outro. Essa luta era inevitável no processo de laicização e estatização que já se tinha manifestado em muitos sectores da vida social e intelectual portuguesa e que se realizaria com a revolução pombalina. Com efeito, o Conselho Ultramarino, por sua iniciativa e quando a obra de Andreoni já tinha recebido as necessárias licenças eclesiásticas, dirigia-se ao rei pedindo o sequestro por razões de segurança: o livro estimularia a cobiça dos estrangeiros relativamente às minas de ouro que aí eram minuciosamente descritas, revelando inclusivamente as vias de acesso. O Conselho Ultramarino, depois de afirmar que as licenças tinham sido dadas sem "ponderação", pedia que a partir daquele momento nenhum livro, que tratasse de matéria relativa à Conquista, fosse publicado sem licença do seu tribunal. Iniciava assim, afirma W. Martins, "o conflito de que o livro de Antonil, mais do que o pretexto foi a ocasião largamente esperada" (*op. cit.*, p. 277), conflito que viria a concluir-se com a vitória dos estatizantes a 5 de Abril de 1768 com a criação da Real Mesa Censória.

<sup>5</sup> Segundo A.P. Canabrava, *J.A. Andreoni e a sua obra cit.*, pp. 24-26, Andreoni já teria terminado a redacção do texto em 1709. A obra (para além da publicação da *Iª Parte* feita por Fr. José Mariano da Conceição Veloso e incluída no I vol. de *Fazendeiro do Brasil*, Lisboa, Typ. do Arco do Cego, 1800) teve uma 2ª edição só em 1837 no Rio de Janeiro. A oitava e última é a citada de A.P. Canabrava.

<sup>6</sup> A obra, dedicada "Aos senhores de engenho e lavradores do Açúcar e do ta-

um precioso testemunho quer do momento de maior desenvolvimento da indústria açucareira <sup>7</sup>, quer da fase ascendente da mineração iniciada precisamente na última década do século XVII, quando os bandeirantes descobriram as primeiras minas do ouro nos Estados de Minas Gerais e Goiás.

Essa fase caracteriza-se pelo grande êxodo da população para o interior <sup>8</sup> e por um vertiginoso aumento dos preços dos bens de produção <sup>9</sup>. Estes dois fenómenos, aliados à concorrência da França, Inglaterra e Holanda nos mercados internacionais <sup>10</sup>, provoca a crise das estruturas sócio-económicas brasileiras que, desde meados do século XVI, se baseavam na cultura da cana de açúcar. A economia do novo período da mineração, completamente diferente quer nos princípios, quer na estrutura, continua porém, como o anterior, a utilizar necessariamente a mão-de-obra negra.

As informações que a este respeito se encontram na obra de Andreoni permitem-nos, por um lado, reconstruir alguns aspectos das condições de vida e de trabalho dos escravos negros (sobretudo dos que trabalham nos engenhos de açúcar a que o jesuíta dedica grande parte do livro), e, por outro, procurar definir a atitude do autor relativamente à escravatura <sup>11</sup>.

---

baco e aos que se ocupam em tirar ouro das minas do Estado do Brasil”, divide-se em quatro Partes. Nelas o autor examina a “Cultura e Opulência do Brasil” “na lavra do açúcar Engenho Real moente e corrente” (I Parte), “na lavra do tabaco” (II Parte), “pelas minas de ouro” (III Parte) e “pela abundância do gado e courama e outros contratos reais que se rematam nesta conquista” (IV Parte).

<sup>7</sup> Prova de que o trabalho foi escrito em momentos diferentes. Veja-se A.P. Canabrava, *J.A. Andreoni e a sua obra* cit., pp. 24 ss.

<sup>8</sup> “A sede insaciável do ouro estimulou a tantos a deixarem suas terras e a meterem-se por caminhos tão ásperos como são os das minas, que dificultosamente se poderá dar conta do número das pessoas que atualmente lá estão”, diz Andreoni (p. 263).

<sup>9</sup> Entre estes inclui os negros (p. 269).

<sup>10</sup> Para mais informações sobre o argumento, consultar: F. Mauro, *Le Portugal et l'Atlantique au XVII<sup>e</sup> siècle, 1570-1670 - Étude économique*, Paris, Imprimerie Nationale, 1957, pp. 183-258 e 487-502; Id., *L'économie européenne et l'Atlantique sud aux XVII<sup>e</sup> et XVIII<sup>e</sup> siècles (Brésil et Portugal)*, Coimbra 1965. Separata do vol. I das *Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*; V. Magalhães Godinho, *Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770)*, in “Revista de História”, 15, julho-setembro 1953, pp. 69-88.

<sup>11</sup> Sobre a escravatura dos negros, veja-se: M. Goulart, *A escravidão africana no Brasil. Das origens à extinção do tráfico*, São Paulo, Martins, 1949; Perdi-

1. Os escravos são as mãos e os pés do senhor do engenho, porque sem eles não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda nem ter engenho corrente. (p.159)

Mais uma vez é testemunhada, e por alguém que conhece bem a situação e a matéria, a dependência da economia brasileira, no período da cana de açúcar, da mão-de-obra negra. De facto Andreoni, desempenhando cargos de tipo administrativo e jurídico ao serviço da Companhia, pôde dedicar grande parte da sua actividade à observação e aos estudos dos problemas concretos da Colónia. Por isso o texto da *Iª Parte* do livro é, como ele próprio afirma (pp. 133-134), o fruto da sua experiência feita durante uma breve estadia no engenho de Sergipe do Conde <sup>12</sup>, no Estado de Bahia, o mais famoso de entre os tantos que a Companhia possuía <sup>13</sup> e um dos maiores do Brasil <sup>14</sup>.

Desenvolvimento económico e escravatura processavam-se par a par. O tráfico de escravos entre as costas africanas e o Brasil registara de facto un incremento gradual mas considerável <sup>15</sup>: inicialmente, para substituir a mão-de-obra indígena <sup>16</sup> — depois de D. Sebastião, em

---

gão Malheiros, *A escravidão no Brasil*, Rio de Janeiro 1867; F. Mauro, *L'Atlantique portugais et les esclaves 1570-1670*, separata da "Revista da Faculdade de Letras de Lisboa", XXII, 2ª série, n. 2, p. 195; e A. Carreira, *Notas sobre o tráfico português de escravos*, Lisboa, Universidade Nova, 1983<sup>2</sup>.

<sup>12</sup> Fundado pelo Governador Mem de Sá, passou a sua filha D. Filipa de Sá, casada com o Conde de Linhares (daí, Sergipe do Conde), a qual, como fundadora da Igreja do Colégio de Santo Antão de Lisboa, o aplicou juridicamente à fábrica dessa "minha Igreja". Cfr. S. Leite, *Suma histórica da Companhia de Jesus no Brasil*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1965, p. 103.

<sup>13</sup> Veja-se a enumeração feita por S. Leite, *Suma histórica* cit., pp. 253-257.

<sup>14</sup> Naquela altura deviam ser pelo menos 528, como testemunha Andreoni: "Contam-se no território da Bahia, ao presente, cento e quarenta e seis engenhos de açúcar moentes e correntes, além dos que se vão fabricando, uns no Recôncavo, à beira-mar, e outros pela terra dentro, que hoje são de maior rendimento. Os de Pernambuco, pôsto que menores, chegam a duzentos e quarenta e seis, e os do Rio de Janeiro, a cento e trinta e seis" (p. 228).

<sup>15</sup> G. Andreoni regista o contínuo aumento de importações (p. 315). M. Goulart calcula que os escravos negros importados eram "trinta mil, no máximo, no séc. XVI, de 500 a 550 mil, no século XVII"; veja-se o seu estudo *O problema da mão-de-obra: o escravo africano*, in *História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo, Difel, 1982<sup>5</sup>, 7 vols., tomo I, vol. I, p. 191.

<sup>16</sup> Ainda em 1572, no engenho de Sergipe do Conde, o número de escravos

1570, ter declarado a liberdade originária dos índios — e, mais tarde, para satisfazer as exigências determinadas pelo desenvolvimento da indústria açucareira <sup>17</sup> e as das outras actividades económicas da Colónia.

Andreoni refere-se apenas ao trabalho dos escravos negros na criação do gado (p. 311). Já mais pormenorizado é o seu testemunho acerca da utilização dêles na cultura do tabaco, quer em actividades pesadas como lavrar e plantar, quer noutras que exigem uma certa mestria:

Capar a planta já crescida, isto é, tirar-lhe o ôlho ou grelo na parte da haste é officio de negros mestres. Desolhar, que vem a ser tirar os outros olhos que nascem entre cada fôlha e a haste, fazem pequenos e grandes [...] Torcer as folhas, fazendo delas corda, encomenda-se a algum negro mestre; e o que anda com a roda deve ser negro robusto; e também botar a capa à corda para que fique bem redonda, é obra de negro experimentado. Os rapazes dão ao torcedor as folhas e também as capas ao que vai cobrindo com as melhores a corda, e o mesmo que bota as capas é o que enrola. O passar as cordas de um pau para outro corre por conta de dous negros, dos quais um está no virador e outro vai desandando a corda enrolada no pau. Os que viram ou mudam a corda de um pau para outro são negros mestres e em cada virador são necessários três: um que larga a corda, outro que a colha e outro que ande no virador.

Ajuntar, que é pôr a corda de três bolas em um pau, é obra dos negros mais destros, e são três, e às vezes quatro, porque não basta um só no virador, mas há mister dous, para que apertem bem a corda. (pp. 243 e 244)

Maior era a sua utilização nas minas, não só por o trabalho ser particularmente duro, mas também porque, ao ser encontrado o filão, a extensão das áreas concedidas (as datas) aos exploradores era “propor-

---

índios superava o dos negros mas já no ano de 1600 se calcula que os escravos negros eram cerca da metade. Veja-se *Documentos para a história do açúcar*, Rio de Janeiro, Instituto do Açúcar e do Alcool, 1963, vol. III, pp. 35-68 e V. Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, Lisboa, Presença, 1963<sup>2</sup>, 4 vols., vol. IV, p. 172. Sobre a utilização dos índios nos engenhos de açúcar veja-se A. Marchant, *Do Escambo à Escravidão - As relações económicas de portugueses e índios na colonização do Brasil, 1500-1589*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1943.

<sup>17</sup> Andreoni escreve que para o funcionamento do engenho de Sergipe do Conde eram necessários, nos últimos anos do século XVII, 150-200 escravos (p. 140), quando poucas dezenas de anos antes eram suficientes 80. Cfr. *Documentos para a história do açúcar* cit., vol. II, p. 321.

cionada ao número dos escravos que trazem para catar, dando duas braças em quadra por cada escravo ou índio de que se servem para catar” (p. 266). Além disso os negros revelaram-se de grande utilidade devido à sua experiência na mineração. Negros e índios, apesar da diferente condição destes últimos, conseguiam sobreviver graças ao ouro que, escondido durante o trabalho, era depois trocado por géneros alimentícios e bebidas nas lojas. Estas, com o aumento constante do número de pessoas que afluía às zonas de exploração <sup>18</sup> multiplicavam-se rapidamente porque, “sendo a terra que dá ouro esterilíssima de tudo o que se há mister para a vida humana, e não menos estéril a maior parte dos caminhos das minas” (p. 266), eram os únicos postos de abastecimento e eram capazes de dar lucros avultados (p. 271). Aí as negras eram utilizadas como cozinheiras e as mulatas como doceiras. Negras e mulatas engrossavam o mercado da prostituição (pp. 304 e 305).

A nova realidade económica e social, que se estava formando, provocava uma enorme procura de escravos negros (pp. 227, 269, 304) que se destinavam não só às minas mas também aos inúmeros serviços nas cidades (p. 310), provocando falta de mão-de-obra negra nos engenhos, de que Andreoni se lamenta, de tal modo que os proprietários, devido à crise económica que se fazia sentir, já não conseguiam substituir os negros que morriam ou fugiam (p. 269).

Os escravos, diz Andreoni (p. 159), vindos de vários países africanos, inclusivamente de Moçambique, aproveitando as naus provenientes da Índia, desembarcavam nos portos de Bahía, Recife e Rio de Janeiro. Os “ardas e minas”, geralmente de constituição robusta, ao contrário dos de Cabo Verde e S. Tomé, eram utilizados nos trabalhos mais duros; os angolanos de Luanda eram destinados aos “ofícios mecânicos” e alguns “congós” aos serviços domésticos, porque considerados bastante habilidosos.

Aqueles que em poucos anos conseguiam integrar-se no novo ambiente (por isso ditos “ladinos”) tinham grandes possibilidades de verem a ter cargos de confiança na “casa grande” ou a tornar-se especialistas nos vários sectores do engenho (caldeireiros, carapinas, calafates, tacheiros, barqueiros, marinheiros) (p. 159).

Os escravos nascidos no Brasil, ou aí chegados em tenra idade e que se tinham adaptado completamente, eram os mais procurados. No

---

<sup>18</sup> Por altura de 1708 Andreoni calculava mais de 30.000 (p. 264).

topo estavam os mulatos que facilmente recebiam o favor dos senhores e ocupavam posições de verdadeiros privilegiados:

Melhores ainda são, para qualquer ofício, os mulatos, porém, muitos dêles, usando mal do favor dos senhores, são soberbos e viciosos, e prezam-se de valentes, aparelhados para qualquer desaforo. E, contudo, êles e elas da mesma côr, ordinariamente levam no Brasil a melhor sorte; porque, com aquela parte de sangue de brancos que têm nas veias e, talvez, dos seus mesmos senhores, os enfeitçam de tal maneira, que alguns tudo lhes sofrem, tudo lhes perdoam; e parece que se não atrevem a repreendê-los, antes, todos os mimos são seus. E não é facil cousa decidir se nesta parte são mais remissos os senhores ou as senhoras, pois não falta entre êles e elas quem se deixe governar de mulatos que não são os melhores para que se verifique o provérbio que diz: que o Brasil é inferno dos negros; purgatório dos brancos e paraíso dos mulatos e das mulatas; salvo quando, por alguma desconfiança ou ciúme o amor se muda em ódio e sai armado de todo o gênero de crueldade e rigor. (p. 160)

Porém, graças àquelas relações, quantas mulatas, continua Andreoni, não conseguiram a alforria!

Cada escravo tinha que apresentar determinada quantidade de trabalho<sup>19</sup> e nem sempre a velhice, as doenças ou a maternidade o dispensavam de tal obrigação (p. 154) que, devido ao ciclo contínuo de produção dos engenhos, muitas vezes se tornava excessivamente pesada, desde que não se respeitassem os turnos de trabalho. Nos campos, assim como no corte da cana, trabalhavam indistintamente homens e mulheres (estas apenas dispensadas na limpeza do mato): “porém comumente os escravos cortam e as escravas amarram os feixes” (p. 180). Na “casa das fornalhas” e na “casa das caldeiras” geralmente trabalhavam os homens, enquanto que escravos e escravas se ocupavam de “purgar, mascarar, secar e encaixar o açúcar” (pp. 212 ss.); as escravas trabalhavam exclusivamente na “casa de moer a cana”, sítio perigosíssimo, comenta Andreoni, porque muitas vezes acontecia que, ao colocarem a cana nas máquinas, devido ao sono ou cansaço, ficavam presas na

---

<sup>19</sup> Cada escravo tinha que cortar, por dia, pelo menos 4200 pés de cana (p. 180); os que cortavam a lenha para alimentar os fornos tinham que cortar e colocar individualmente, e em cada turno, a quantidade necessária para carregar um carro de 1,54 m. de largura por 1,76 de altura (p. 190).

engrenagem. A frequência de tal acidente é testemunhada pela insistência com que Andreoni exorta à vigilância e pelo facto de ser ter nas proximidades um “facão” para cortar a mão ou o braço que ficara preso, evitando assim que todo o corpo fosse trilhado pela engranagem (p. 190).

Muitas vezes vexados e tratados de modo desumano pelos senhores e mais frequentemente pelos feitores (pp. 152-154), que eram os superiores directos a quem quotidianamente tinham que prestar contas do trabalho realizado, os escravos podiam, pelos motivos mais fúteis, ser açoitados, acorrentados durante vários meses, torturados com fogo, marcados na cara (p. 152); e, mesmo que pertencessem a senhores misericordiosos, não podiam evitar de ser legalmente açoitados, varancados ou obrigados a alimentar, acorrentados, as fornalhas, castigo a que eram submetidos também os escravos que sofriam de doenças venéreas “para purgarem com suor violento os humos gálicos de que têm cheios seus corpos” (p. 194) <sup>20</sup>.

Mal assistidos em caso de doença, alojados nas “sanzalas” (p. 140) em precárias condições higiénicas, tornavam-se vítimas de epidemias que os dizimavam (p. 169). Mas a morte podia também ser provocada por traumas psíquicos: vendidos e arrancados à força do ambiente em que cresceram, muitas vezes começavam a definhar e acabavam por morrer (p. 160).

Tidos em menor consideração que os animais (pp. 152 e 162), acontecia frequentemente que os senhores nem sequer lhes davam a possibilidade de repousarem ou assistirem às funções religiosas nos dias de festa; porque temiam que os obrigassem a conceder-lhes a alforria <sup>21</sup>,

---

<sup>20</sup> As *Ordenações Filipinas* de 1603, para além de registarem as incapacidades essenciais de que sofria o escravo, sancionava também os castigos. O senhor podia encarcerá-lo “a fim de o castigar”. O escravo podia ser mutilado e justiciado se tinha atentado contra a vida do senhor; podia ser submetido ao tormento “dos açoutes” para confessar o refúgio de outros escravos fugitivos. Veja-se *Ordenações Filipinas*, Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1824, 4 vols., Livro V, títulos XXXVI, XLI, XLII, LXII, XCV.

<sup>21</sup> Ainda que o escravo, pelo facto de ter recebido o baptismo, não tivesse direito à liberdade, alguns precedentes na legislação portuguesa do século XV, naquele caso específico, limitavam o poder absoluto do senhor, fazendo com que, por medo, muitas vezes os proprietários se opusessem à doutrinação do escravo. Do mesmo modo, muitos colonos não casavam com as escravas com que estavam amancebados com medo que, casando com homens livres, elas conquistassem a mesma condição. Sobre o assunto, veja-se V. Magalhães Godinho, *Os Descobrimientos* cit., vol. IV, pp. 184-185.

não deixavam que lhes fosse dada instrução religiosa e que os baptizassem.

Escravos também nos seus sentimentos, podia-lhes ser negada ou imposta a escolha do cônjuge, assim como podia acontecer que o casal ficasse separado durante vários anos (p. 161).

Contrariamente aos escravos que viviam nas cidades, nos recôncavos e no sertão que se alimentavam de “fressuras, bofes e tripas, sangue e mais fato das reses” (p. 310), a sua alimentação era à base de mandioca que, no melhor dos casos, eles próprios cultivavam, dispondo para tal de um dia livre por semana<sup>22</sup>. Mas nem todos usufruíam de tal regalia, tendo que se contentar com a ração de farinha que lhes era distribuída (p. 162) e com os géneres alimentícios (farinha, aipins, feijões e batatas) que conseguiam em troca de “garapa azeda”, “bebida de que mais gostam” obtida com a fermentação da “escuma das meladuras” (pp. 163, 203, 208).

A “garapa azeda” e a “agua ardente”, de que frequentemente abusavam (pp. 152, 164, 190, 218) e os jogos, cantos e bailes (p. 164) consentidos em certas festividades e com os quais recordavam e transmitiam as tradições da sua terra natal, eram os únicos divertimentos.

Nem todos se resignavam à escravidão e maus tratos a que eram submetidos e então a fuga (pp. 141, 152, 163, 200) para “algum mocado no mato” (p. 164) era a solução mais frequentemente escolhida.

Muitos dos que os feitores conseguiam apanhar, preferiam suicidar-se “antes que o senhor chegue a açotá-los, ou que algum seu parente tome à sua conta a vingança ou com feitiço ou com veneno” (p. 164). Outros escolhiam o suicídio “tomando a respiração ou enforcando-se”. Outros, porém, procuravam fazer justiça por suas próprias mãos, tirando “a vida aos que lha dão tão má, recorrendo (se fôr necessário) a artes diabólicas” (p. 163) e muitas escravas, embora aceitando a sua condição, em caso de gravidez “procuram de propósito aborto, só para que não cheguem os filhos de suas entranhas a padecer o que elas padecem” (p. 164).

2. Em Andreoni emerge claramente a atitude da classe dominante assim como os mecanismos de subordinação e dominação do escravo.

---

<sup>22</sup> A tradição teria sido transmitida aos portugueses pelo Jalofos da Guiné. Cfr. V. Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos* cit., vol. IV, p. 204.

Ele è propriedade do senhor e, como tal, pode ser vendido e comprado.

Pode comprar a alforria mas a condição de escravo é hereditária.

Juridicamente não é considerado um “instrumento com voz”, como o era na concepção romana, porque lhes são reconhecidos direitos que, não tendo nenhum meio à sua disponibilidade para os exercitar, na realidade se reduzem a obrigações morais do proprietário.

Pela própria justificação da escravatura, sob o plano teológico (convertê-lo ao Cristianismo para lhe salvar a alma), era-lhe reconhecido o direito de receber a instrução religiosa e de ser baptizado mas, na prática, os senhores eram contrários a tal facto.

Cabia-lhes o direito a serem tratados com humanidade nos castigos, assim como tinham direito ao casamento e o de receberem alimentos, vestiário e medicamentos por parte dos senhores.

As observações e exortações de Andreoni dão-nos a entender que isso acontecia raramente. No Brasil, escreve o jesuita,

costumam dizer que para o escravo são necessários três PPP, a saber, pau, pão e pano. E, pôsto que comecem mal, principiando pelo castigo que é o pau, contudo, provera a Deus que tão abundante fôsse o comer e o vestir como muitas vêzes é o castigo, dado por qualquer causa pouco provada, ou levantada; e com instrumentos de muito rigor, ainda quando os crimes são certos, de que se não usa nem com os brutos animais, fazendo algum senhor mais caso de um cavalo que de mia dúzia de escravos, pois o cavalo é servido, e tem que lhe busque caipim, tem pano para o suor, e sela e freio dourado. (p. 162)

Os conselhos e exortações que insistentemente dá aos senhores (pp. 151-154, 159-165) tendem a obrigá-los a cumprir as suas obrigações morais para com os escravos, tratando-os com humanidade, “como pai” (p. 163), mas no fundo não têm força ideal porque assentam essencialmente em argumentos económicos. Aconselha-se, de facto, o bom tratamento dos escravos para interesse dos próprios proprietários porque “do modo que se há com êles depende tê-los bons ou maus para o serviço” (p. 159) e “levando bom cativo” um escravo ladino “vale por quatro boçais” (p. 160) e, desse modo, êles terão alegria “de lhes multiplicar servos e servas” (p. 165). E é sempre o valor em termos monetários do escravo que o levam a recomendar ao senhor que não permita ao feitor “dar couces, principalmente na barriga das mulheres que andam pejadas, nem dar com pau nos escravos”, porque

podia “ferir mortalmente na cabeça a um escravo de muito préstimo, que vale muito dinheiro e perdê-lo” (p. 152).

Tratar bem os escravos significava, portanto, incentivar a procriação, multiplicando assim o capital, e preservar a integridade física deles equivalia a “proteger o capital e os juros provenientes de sua aplicação”<sup>23</sup>.

As suas exortações aos senhores para que os escravos recebessem a instrução religiosa pretendem alcançar dois fins, ambos inspirados nos princípios evangélicos e ambos claramente expostos por Andreoni: assim fazendo, os senhores cumpriam os seus deveres para com Deus (p. 161), a quem tinham que dar conta de todas as acções, e os escravos podiam conhecer as Verdades da Fé, comportando-se cristãmente (p. 149).

Contudo, sendo evidente em toda a obra o pragmatismo de Andreoni, considerando que a sua valorização do escravo se traduzia em termos económicos e que, como acabamos de ver, as finalidades práticas tinham o poder de se transformar em justificações das obrigações morais, esvaziadas assim de qualquer força ideal, acreditamos que é lícito julgar que mesmo estas exortações velam também tais finalidades, traduzíveis em termos de rendimento dos escravos.

De facto, graças à instrução religiosa, os escravos poderão saber também “se têm alma, e se ela morre e para onde vai quando se aparta do corpo” (p. 161), assim como conhecer que apenas o corpo era escravizado e que a perseverança nos ensinamentos de Cristo poderia levá-los ao conhecimento da Verdade e torná-los livres espiritualmente, como afirmava S. João<sup>24</sup>. Doutrina libertadora em sentido moral, graças à qual o escravo se convenceria que podia conquistar uma liberdade muito mais preciosa da que conseguiria emancipando-se e, portanto, não só se resignaria mais facilmente à sua condição transitória mas também obedeceria ao seu senhor, considerando — como dizia S. Paulo<sup>25</sup> — a relatividade das relações sociais perante o princípio de que o único senhor é Deus a quem, como cristão, ofereceria “pela manhã todo o trabalho do dia” (p. 149).

Que o jesuíta tivesse em mente as *Epístolas* de S. Paulo, provam-no as citações que delas faz (p. 161); provavelmente também se referia

---

<sup>23</sup> M. Moisés, *História da Literatura Brasileira*, São Paulo, Cultrix, 1983, 3 vols., vol. I, p. 153.

<sup>24</sup> *Evangelho de S. João*, VIII 31-32.

<sup>25</sup> S. Paulo, *Carta aos Efesos*, VI 5-8.

ao Apóstolo quando acordava aos senhores a obrigação de serem brandos para com os seus servos<sup>26</sup>. É, aliás, a mesma visão transcendente que o seu mestre Vieira expressara claramente no “Sermão Vigésimo-Setimo”:

De maneira, Irmãos pretos, que o cativo que padeceis, por mais duro e áspero que seja ou vos pareça, não é cativo total, ou de tudo o que sois, senão meio cativo. Sois cativos naquela amidade exterior e mais vil de vós mesmos, que é o corpo; porém na outra metade interior e nobilíssima, que é a alma, principalmente no que a ela pertence, não sois cativos mas livres.<sup>27</sup>

Mas enquanto Vieira se dirigia directamente aos escravos, Andreoni nunca o faz; enquanto o primeiro foi defensor da liberdade dos índios — e não é nosso objectivo considerar as suas possíveis motivações políticas — e condenou, ainda que só por palavras<sup>28</sup>, a escravatura dos negros, Andreoni nunca chega a pronunciar-se contra a escravatura; pelo contrário, aceita-a totalmente, demonstrando de que modo ela é necessária à economia da Colónia que, por isso mesmo, se transforma em justificação no plano empírico. Ciente da limitação de tal justificação, especialmente pela sua qualidade de sacerdote, e portanto da necessidade de uma justificação definitiva, no plano teológico, parece preocupar-se — ainda que “ad abundantiam”, pois que tão reconhecidamente ética e legal era a escravidão negra que “a Igreja, as ordens religiosas (inclusive a Companhia de Jesus) e os sacerdotes seculares contavam-se entre os grandes proprietários de escravos”<sup>29</sup> — em dá-la, ou melhor, em sugeri-la. De facto, analisando atentamente a obra, pode notar-se que Andreoni aconselha a que não se tratem os escravos negros como animais, mas, referindo-se aos bens de produção dos engenhos, tem-nos no mesmo pé de igualdade (pp. 141, 169, 227, 315). Nunca se insurge contra os castigos de que são vítimas os escravos, recomenda apenas moderação, precisando porém que “não castigar os

---

<sup>26</sup> S. Paulo, *I a Timóteo*, VI 1-5 e *Carta aos Colossenses*, IV 1.

<sup>27</sup> A. Vieira, *Obras Escolhidas*, Lisboa, Sá da Costa, 1954, 12 vols., vol. XI, p. 57.

<sup>28</sup> Id., *Sermão Vigésimo Sexto*, in *Obras Escolhidas* cit., p. 47.

<sup>29</sup> W. Martins, *op. cit.*, vol. I, pp. 248. O próprio Andreoni dá a conhecer que era uso corrente os sacerdotes terem uma escrava para o serviço doméstico. Preocupa-se apenas que ela seja de idade avançada (p. 150).

excessos que eles cometem seria culpa não leve [...] castigar-se-ão com açoites moderados ou com os meterem em una corrente de ferro por algum tempo ao tronco” e explica aos senhores que “repreendê-los o que se lhes pode e deve permitir [aos feitores] para ensino”, assim como “prender os fugitivos e os que brigaram com feridas ou se embebedaran para que o senhor os mande castigar como merecem, é diligência digna de louvor” (p. 152). O escravo, ensina Andreoni, tem que ser amansado (p. 200), tem que se convencer que, quando é necessário, deve ser castigado (p. 151 e 163).

Andreoni nunca afirma que neles persistem caracteres bestiais como, pelo contrário, faz o seu companheiro e colaborador padre Jorge Benci que, afirmando que os escravos negros não deviam ser tratados como jumentos, reconhecia que “regularmente falando, participam de uma má qualidade destes animais” e que se tornam “manhosos e rebeldes, se o senhor não aperta com êles”<sup>30</sup>, mas, mais subtilmente, induz o leitor a pensá-lo. Com este objectivo não poupa apreciações negativas, num crescendo sapiente: faz notar que “uns chegam ao Brasil muito rudes e muito fechados e assim continuam por toda a vida” (p. 159), que “dos escravos novos se há de ter maior cuidado porque ainda não têm modo de viver” (p. 162), que “as escravas facilmente se deixam levar do seu pouco moderado apetite a obrar mal” (p. 168), que os negros se entregam ao álcool, à feitiçaria, que são vingativos, facinorosos, e podem ser extraordinaria e irremediavelmente maus (p. 194 e 200), que “forrar mulatas desinquietas é perdição manifesta, porque o dinheiro que dão para se livrarem, raras vezes sai de outras minas que dos seus mesmos corpos, com repetidos pecados e, depois de fôrras, continuam a ser ruína de muitos” (p. 160).

Emerge claramente, sobretudo no último caso, a convicção que aos negros não convém a liberdade por motivos morais, nem sequer se prevista pela lei, sendo mais conveniente para êles a escravidão, a fim de que as suas tendências desonestas sejam corrigidas e limitadas pelo poder dos senhores que assim têm um papel necessário nos misericórdiosos desígnios divinos.

É a exumação de uma teoria, porém nunca esquecida nas intermináveis discussões tendentes a encontrar as justificações mais válidas no plano jurídico e teológico da escravidão, que se insere no conceito

---

<sup>30</sup> J. Benci, *Economia cristã dos Senhores no governo dos escravos*, Porto, Livraria Apostolado, 1954<sup>2</sup>, p. 156.

que dela expressara S. Isidoro e que constituía o princípio que estava na base da justificação do escravidão por direito divino.

É talvez ousado afirmar que, no caso de Andreoni, esse facto assume conotações de preconceito racial, pois que já em 1682 ele se mostrara favorável à escravatura dos índios ou, pelo menos, à sua utilização por parte dos colonos<sup>31</sup>, mas sobretudo porque, no período em que o autor escrevia a obra, nos engenhos se utilizavam exclusivamente escravos negros; portanto, ao referir-se só a estes, Andreoni não nos deu elementos que nos permitam individuar considerações ou atitudes análogas ou diferentes relativamente aos índios.

Todavia pode ser sintomático observar como esse preconceito racial, relativamente aos negros, é claramente expresso<sup>32</sup> na obra citada do padre J. Benci que, juntamente com Andreoni, preconizara a utilização da mão-de-obra indígena por parte dos colonos, e que fazia parte, sempre com Andreoni, daquele ideologicamente compacto grupo de jesuítas estrangeiros em relação aos quais Vieira mostrara uma certa hostilidade.

Aliás, quanto acabamos de observar harmoniza-se com outros aspectos da personalidade de Andreoni, no qual são evidentes os “resíduos das doutrinas medievais que haviam modelado seu espírito”<sup>33</sup> e que explicam a sua instintiva integração no sistema da classe dominante e a sua aceitação da estrutura social de tipo feudal sobre a qual se erigia a economia colonial de tipo latifundiário.

Na sua obra essa estrutura não só é aceite, mas inclusivamente exaltada na figura do senhor de engenho comparado ao fidalgo, no respeito da hierarquia social que ele usa ao descrever os vários estratos sociais que compõem o engenho e ao precisar quais devem ser as relações a estabelecer entre eles (p. 139).

O livro que ele dedica “aos que nos engenhos de açúcar, nos partidos e nas lavouras do tabaco e nas minas de ouro experimentam o favor do céu com notável aumento dos bens temporais” (p. 129), — isto é, apenas às tradicionais categorias dirigentes a quem oferece primorosamente os conselhos da sua sabedoria administrativa — é assim um colóquio com a classe dominante. De facto detém-se a descrever as vias mais oportunas para a compra, a conservação e o melhoramento da ri-

---

<sup>31</sup> Cfr. A.P. Canabrava, *João António Andreoni e a sua obra cit.*, p. 14.

<sup>32</sup> Cfr. J. Benci, *op. cit.*, pp. 44-45.

<sup>33</sup> A.P. Canabrava, *op. cit.*, p. 34.

queza, para além de reafirmar o primado da arte dos campos <sup>34</sup>.

A mesma prioridade ético-económica conferida à agricultura, relativamente às outras actividades da Colónia — aliás motivo dominante nos tratados italianos dos séculos XVI e XVII mas proveniente da tradição clássico-medieval — corresponde à exigência de contribuir para a conservação de uma sociedade que ainda pudesse coincidir com a sua concepção fundamentalmente medieval e escolástica da vida <sup>35</sup>, ameaçada por esse “novo mundo” que ia surgindo nas minas do interior.

A transposição, em terra ameríndia, da ética e das estruturas sociais próprias do mundo medieval impede-lhe uma autêntica adesão à realidade brasileira. Nela não vê uma civilização nascente mas simplesmente um prolongamento de tradição europeia. A exaltação da “opulência” do Brasil não tem portanto nenhum rasto de ufanismo nativista. Para ele, homem do sistema, empírico e pragmático até ao cinismo, o Brasil é só uma rica colónia que, oportunamente explorada, tem de encher as arcas do Estado. Com esse fim preocupa-se exclusivamente pelo mantimento e desenvolvimento das actividades agrícolas cujos produtos se destinam à exportação, como eram as lavras do açúcar e do tabaco, e por isso capazes de dar enormes benefícios económicos à classe dominante e sobretudo “grandes emolumentos ao reino de Portugal” (p. 127). Ignora, pelo contrário, as actividades capazes de contribuir para a autonomia económica da nova terra, como acontece com culturas tão indispensáveis, como era então a da mandioca. Nessa perspectiva, compreende-se como a obra de Andreoni apresente caracteres de involução também no que respeita ao escravo negro ou mulato, nunca por ele valorizado socialmente mas só como meio de produção duma estrutura económica na qual era necessário mantê-lo numa

---

<sup>34</sup> “As minas de ouro [...] serviram para enriquecer a poucos e destruir a muitos, sendo as melhores minas do Brasil os canaviais e as malhadas, em que se planta o tabaco” (p. 227).

<sup>35</sup> O temor da mudança pré-anunciada pela inversão de capitais na área da mineração, aliado à nostalgia dos tempos passados, é evidente na denúncia que ele faz da crise da economia da cana de açúcar: “O irem, também, às ruínas os melhores gêneros de tudo o que se pode desejar, foi causa que crescessem de tal sorte os preços de tudo o que se vende, que os senhores de engenho e os lavradores se achem grandemente empenhados e que por falta de negros não possam tratar do açúcar nem do tabaco, como faziam folgadoamente nos tempos passados, que eram as verdadeiras minas do Brasil e de Portugal” (p. 304); isso é também evidente nas páginas finais, quando pede ao rei que ajude os senhores de engenho.

condição de inferioridade. Além disso, Andreoni considera-o e apresenta-o inferior, também moralmente, contribuindo de algum modo para a formação do mito e do tema literário da lascívia e “alcovitice” das negras e das mulatas: elemento de perdição dos brancos.

Giampaolo Tonini

UNA BIBLIOGRAFÍA RECIENTE DE "LA CÉLESTINA" \*  
CON UNOS APUNTES  
SOBRE LA PRESENCIA DE ÉSTA EN ITALIA

El Seminario Hispánico de Estudios Medievales de la Universidad de Madison está prestando unos servicios importantes al hispanismo gracias a sus ediciones y a sus bibliografías. Piénsese en la *Bibliography of Old Spanish Texts* de C.B. Faulhaber, A. Gómez Moreno, D. Mackenzie y B. Dutton, que en su tercera edición ha aparecido en forma de libro (1984); en el *Catálogo-Índice de la Poesía Cancioneril del Siglo XV* de B. Dutton, con la colaboración en España de J. González Cuenca (1982); y en *Bibliography of Old Catalan Texts* de Jorgensen Concheff (1985), que han visto la luz casi al mismo tiempo con la que encabeza estas líneas.

A una sola obra, pero significativa, conocida hoy como *La Celestina* (LC), va dedicado ahora el título que aquí señalamos a la atención de los estudiosos. El Prof. Snow, editor de una publicación periódica *Celestinesca* (1977), se dedica desde hace años a recopilar datos bibliográficos<sup>1</sup>, con el fruto que ahora vemos en su forma más granada: dividido en tres partes, su repertorio reúne novecientos setenta y cuatro títulos de libros y ensayos específicos, pero también breves notas sobre la *Comedia* (C), la *Tragicomedia* (TC) y el autor Fernando Rojas; ciento treinta y seis traducciones e adaptaciones clasificadas por lenguas (algunas tan alejadas como el chino y el japonés), y cuatro ediciones críticas (o llamadas "críticas"), más ciento veintiseis ediciones de carácter estudiantil. Siguen un índice de temas, y otro de nombres de autores.

El libro de Snow es un instrumento imprescindible para quien

---

\* J.T. Snow, *Celestina by Fernando de Rojas: an Annotated Bibliography of World Interest* (Madison, The Hispanic Seminary of Medieval Studies 1985), pp. 322.

<sup>1</sup> Un primer fruto había aparecido en "Hispania", 59, 1976, pp. 610-660.

quiera conocer las vicisitudes editoriales de la obra, como *Comedia de Calixto y Melíbea* primero y como *Tragicomedia de C. y M.* después. Agregaremos que bajo el nombre de P. Russell (n. 798) se señala un comentario manuscrito de h. 1550, conservado en la Biblioteca Nacional de Madrid, fundamental para la comprensión de cómo se leía la obra en el s. XVI (con mentalidad literal y jurídica) y cuyo proyecto de edición fue expuesto en el reciente Congreso de la AIH en Berlín.

La parte más extensa de la bibliografía, según dijimos, está dedicada a los estudios y elucidaciones publicados entre 1930-1985 (con los oportunos remites a la bibliografía anterior), que atañen a la obra y al autor, incluyendo también títulos más genéricos (tan amplios como el de "Didón en las literaturas románicas") bajo los que se incluye LC, o estudios comparados y de influencia literaria en y de LC. Los libros van seguidos de sus respectivas reseñas, los otros títulos, de sucintos resúmenes (y utilísimos remites) <sup>2</sup>.

Come lo sugiere el propio título, el acento está puesto en la recepción de la obra, o sea, en el interés que LC y el tema celestinesco han despertado en todo el mundo y en los muchos puntos de vista desde los que la obra ha sido considerada, con particular atención al hecho de que se viene representando en las tablas.

Snow se propone ser completo en lo posible y lleva a cabo su tarea con minuciosidad y exactitud <sup>3</sup>. Algunos nos sorprendemos al vernos

---

<sup>2</sup> Algunos de los estudios mencionados van apareciendo en tomos; entre ellos cfr. D.W. Mc Pheeters, *Estudios humanísticos sobre La Celestina*, en la colección *Scripta Humanistica*, dirigida por B. Damiani de la Universidad Católica de Washington (Potomac 1986).

<sup>3</sup> Snow cumple egregiamente el propósito de no molestar al lector con datos inexactos, que, por lo que hemos podido ver, son muy contados (en 171 léase Genova por Geneva); entre las referencias de un título a otro he notado un único desliz (662 p. 73). Las erratas de imprenta son todas fáciles de subsanar (en 240 léase *dissunion*, en 509 l. *metaphors*, en 684 l. *attribute*). El sistema de composición reduce Ñ a N, y por falta de tilde en la mayúscula dificulta a los extranjeros la lectura exacta de los nombres propios (p. ej., en el caso de JULIÁO de GARRIGÓS); en cambio, se ha deslizado alguna tilde superflua en las minúsculas (p. ej., en 508 Vichéz); en el n. 290 *Darío* debería llevar acento. La grafía de nombres que se escriben en uno o dos tramos debería unificarse, ya que leemos 226 DE GOROG, pero 227 DELMONTE (que americaniza el nombre de *Del Monte*, y lo asimila a 220 DAMONTE). Por otra parte, sin culpa del bibliógrafo, los títulos ya de por sí son un muestrario de las erratas que sufren los investigadores de mano de los traductores (cfr. 539 "Celestina y Eritrea: la huella de la Tragicomedia en el teatro

incluidos: la memoria del bibliógrafo es más tenaz que la de los propios autores.

El que la evaluación crítica no cuente para la inclusión es otro aviso para los que nos lanzamos a la imprenta o a la reprografía: nos hace recapacitar ante la omnipresencia inexorable de los bibliógrafos, especialmente los norteamericanos, y de sus ordenadores.

La bibliografía enderezada hacia la completez se distingue de la bibliografía crítica en cuanto ésta busca el progreso de los estudios tanto por la exclusión de lo accidental y lo efímero como por inclusión de lo que realmente importa. Tal es, p. ej., el admirable ensayo de G. Siebenmann, *Estado presente de <los> estudios celestinescos* (1956-1974), en "Vox Romanica" 34 (1975), pp. 168-212.

Sirva de comparación un solo punto. El supuesto origen converso de Calixto — y también de Melibea — nos hace recorrer, como deshojando la margarita ("él converso, ella conversa") una treintena de títulos. Snow nos dice *cuándo* empezó el "rush", o sea cuándo los investigadores se abalanzaron sobre el tema (o mejor dicho, la hipótesis). Siebenmann, mucho más parco de escritos al respecto, nos explica *por qué* gozó de tanto favor.

La bibliografía crítica se distingue por una distribución orgánica del tema, articulada "desde dentro"; la bibliografía alfabética es más inmediatamente accesible, en cuanto a nombres de investigadores y también en cuanto a los asuntos que pueden "objetivizarse" en el índice. Aun así el temario resulta heterogéneo, incluso en los nombres propios, que tan pronto pueden ser los de un autor antiguo (*Donato*), por mediación del que Rojas pudo conocer a otro (*Terencio*), o el nombre de uno de los protagonistas, *Pleberio*, o estar constituido por frases entresacadas de la obra, bajo el lema *Explicaciones*, o, y sobre todo, por las ideas que se alinean bajo el lema "concepto". Huelga advertir que las que más sufren son las investigaciones morfosintácticas, léxicas y estilísticas, cuyos *disiecta membra* (puestos bajo *Language*; cfr. *L. irony*, *L. passive voice*) denotan, por lo demás, la ausencia de un estudio orgánico y cabal de los aspectos formales de la obra.

Otro tributo que paga la bibliografía exhaustiva es de ser niveladora. El mismo derecho de ciudadanía tiene aquí una nota sobre las mujeres

---

de Encina": 1. *Eritea*), y el idioma español por obra de los extranjeros (cfr. 227 *La sera nello specchio*, donde *sera* vierte una supuesta metáfora machadiana por no entender el autor la polivalencia de esp. *luna*).

rubias (como Melibea) o morenas (como las *dark ladies* de Shakespeare) en las novelas de Ana María Matute o Carmen Laforet (n. 913), que un estudio como el de A.D. Deyermond sobre la inspiración petrarquesca de la obra.

Nos preguntamos lo que diría un científico al recorrer algunos de los títulos que aquí se alinean, como: 184 “Celestina: imagen de una batalla en campo de plumas”, 197 “LC y la pornografía en nuestros clásicos”, o el muy ambiguo: 215 “La belleza actual de LC”.

Una vez admitida la legitimidad y utilidad de la bibliografía completa, sin embargo, la responsabilidad no es del bibliógrafo sino de los autores de las inepcias.

A nosotros, por lo pronto, la obra de Snow nos ha sido muy útil para corregir y ampliar la esquemática bibliografía de la “Celestina en Italia” que teníamos hecha (con el aporte personal de la Prof. E. Scoles), en ocasión de un cursillo sobre “La influencia de España en Italia”. La incluimos aquí a modo de apéndice, por si puede ser útil a los lectores de “Rassegna Iberistica”, o servir de estímulo para ulteriores investigaciones. Solo advertiremos que en la bibliografía de Snow las “versiones italianas” se hallan registradas en 1068-1074.2 por orden alfabético de traductor, empezando por la de Corrado Alvaro (Milán 1943), por lo que la antigua de Hordóñez no tiene un relieve particular.

Margherita Morreale

## APÉNDICE

### APUNTES BIBLIOGRÁFICOS SOBRE LA PRESENCIA DE "LA CELESTINA" EN ITALIA

#### 1. *Estudios sobre las ediciones que vieron la luz en Italia (por orden cronológico de aparición).*

- T. Thomas, *Antonio (Martínez) de Salamanca, printer of LC, Rome c. 1525, "The Library"*, quinta serie 8, pp. 45-48).
- F.J. Norton, *Printing in Spain 1501-1520, with a Note on the Early Editions of the 'Celestina'* (Cambridge, University Press, 1966), pp. 141-156. Vuelve sobre el problema de las "falsas ediciones" españolas de 1502 y sugiere Roma h. 1516 y 1520 como pie de imprenta.
- M. Damonte, in "Studi di letteratura spagnola", 1967, pp. 279-281. Indica el descubrimiento de una ed. de Milán desconocida, de 1514, en la Biblioteca Universitaria de Génova, donde señala la existencia también de una de Toledo, 1518, y otra de Amberes, 1595; véanse registradas en *Fondo antico della B. U. G. Catalogo* (Génova 1969), nn. 54, 470, 471.
- I. Gallo y E. Scoles, *Edizioni antiche della C sconosciute e non localizzate dalla tradizione bibliografica*, "Cultura neolatina", 43, 1983, pp. 1-17.
- J.L. Laurenti y A. Porqueras-Mayo, *La colección hispánica de las ediciones venecianas (siglo XVI) en la Biblioteca de la Universidad de Illinois*, en *Aureum Saeculum Hispanum. Festschrift für Hans Flasche zum 70 Geburtstag*, ed. K.H. Körner y D. Briesemeister, Wiesbaden 1983, pp. 141-170.
- E. Berndt Kelley, *Peripecias de un título: en torno al nombre de la obra de Fernando de R.*, "Celestinesca", IX, 1985, pp. 3-45. En este documentadísimo artículo, entre los frontespicios y colofones que la autora reproduce de las ediciones que ilustran la formulación del título, desde *(Tragi)comedia de Calisto y Melíbea* hasta *La Celestina*, nombre vulgar de la obra que aparece entre corchetes en la ed. de Alcalá de 1569 (Juan de Villanueva) encima del acostumbrado, p. 17), se hallan cinco de las ediciones de la traducción italiana. Agregamos de paso que la Sra Berndt Kelley se propone hacer un recuento completo de las ediciones de LC y de sus versiones existentes en las Bibliotecas de Norteamérica.

## 2. Traducción italiana de Alfonso Hordoñez.

### a) *Editio princeps.*

TRAGICOCOMEDIA DI CALI//STO E MELIBEA NOVAME//TE TRADUC-  
TA DE // SPAGNOLO IN // ITALIANO // IDIOMA [...] Impressum Rome In  
Campo Flore per magistrum // Eucharium Silber alias Franck Anno. M. ccccc.vi  
// Die uigesimanona Ianuarii (Roma 1506).

- K.V. Kisch, *An Edition of the First Italian Translation of the "C."*, Chapel Hill, Univ. of North Carolina Press, 1975, pp. 320. Cfr. las reseñas de C. Stern, in "Romance Philology", 1975-76, pp. 349-351; B. Vignola, in "Cultura Neolatina", 36, 1976, pp. 129-37; y P.E. Russell, "Bulletin of Hispanic Studies", 54, 1977, pp. 49-50.
- E. Scoles, *Note sulla prima traduzione italiana della Celestina*, "Studi Romanzi", 33, 1961, pp. 153-217.
- E. Scoles, *La prima traduzione italiana della "Celestina": repertorio bibliografico*, in "Studi di letteratura spagnola", Roma 1964, pp. 209-230.

### b) *Otras ediciones.*

- Gallo e Scoles, *Edizioni antiche cit.*, donde se localizan las de Venecia, 1515, 1525, 1531 (2 eds.), 1543, y Milán 1519.

Como miembro del tribunal hemos tenido acceso a la tesis presentada por R. Lampugnani, para el Master of Arts de la School of Humanities de la Flinders University de Australia del Sur (Enero de 1985), 253 pp., llevada a cabo bajo la dirección de G. Bolognese, y muy útil en el aspecto bio-bibliográfico, pero no lograda del todo en el de la lengua (un examen sincrónico del texto italiano debería preceder a los juicios sobre las modalidades de la versión).

Suprimimos en aras a la brevedad la sección sobre el establecimiento crítico de la elaboración del texto, para el que la versión italiana es importante como eslabón entre la *Comedia* y la *Tragicomedia*.

## 3. Datos sobre la presencia en Italia de LC.

- G. Mazzoni, *Qualche accenno italiano alla Celestina*, "Rendiconti della Accademia Nazionale dei Lincei", 1931, pp. 249-252.
- B. Croce, *La Spagna nella vita italiana durante la Rinascenza*, Bari 1968, p. 174.
- E. Mele, *Un 'villancico' della "Celestina" popolare in Italia nel Cinquecento*, "Giornale Storico della Letteratura Italiana", 106, 1935, pp. 288-91.
- M.D. Cossuto, *From the Poetry of Joseph B. Samuel Zarfati: The First Hebrew*

- Comedy*, en *Jewish Studies in Memory of George A. Kohut*, ed. S.W. Baron and A. Marx, Nueva York, The Kohut Memorial Foundation, 1935), Hebrew Section, pp. 121-28 [En hebreo]. Transcripción de un poema de 62 vv. inspirado por la lectura de LC, probablemente en traducción italiana, de mediados del S. XVI; cfr. Snow n. 156.
- M.R. Lida de Malkiel, *La originalidad artística de LC*, Buenos Aires 1962, 755 pp. En este magnum *opus*, la estudiosa argentina se pone valientemente el problema de la posible influencia de LC en Italia y estudia especialmente la comedia *La Venexiana*, pero con su acostumbrada honradez se abstiene de conclusiones positivas.
  - H. Brancaforte, *LC y La Mandragola: la razón como medio de corrupción*, "Bulletin of Hispanic Studies" 47 (1970), 201-209.
  - L. Giannone, *Pietro Aretino and Spanish Literary Influences in His Works*, Diss. New York Univ., 1979, 188 pp. (En el cap. IV compara *La Talanta* y *La Cortigiana* con LC). No obstante éste y otro estudio al que alude Croce en el libro citado, queda en pie la pregunta que el prof. F. Merigalli planteaba en *La presenza della letteratura spagnola in Italia* (Florenca, Sansoni, 1974): "Quale efficacia ha tutto ciò sullo svolgimento della letteratura italiana? La domanda è tanto legittima quanto la risposta è, allo stato delle nostre conoscenze, impossibile".

\* \* \*

Por lo pronto, y a modo de un segundo apéndice, echamos un puente entre el prólogo de Fernando de Rojas (de ahí también las palabras que se leen en los ejemplares de la *Comedia* con portada: "la qual contiene demás de su agradable y dulce estilo *muchas sentencias filosofales*"), y el pasaje de la Dedicatoria de Horadoñez, que reproducimos, supliendo algunos signos de puntuación, y cambiando el (.) en (,) antes de "Se puó mitigare" (al impresor se le ha ido evidentemente el santo al cielo ante la enrevesada prosa del eclesiástico español avencindado en Italia); respetamos, en cambio, *pro tempore*, la disposición de las palabras en "chiaro exemplo e virtuoso", aunque deja en suspenso *doctrina*, en cuanto pudo responder a la intención inicial del autor. El pasaje es el siguiente:

[...] e quanto sia la presente opera spechio e chiaro exemplo e virtuoso, doctrina a nostro ben vivere, il nostro auctore per la presente opera chiaramente cel dimostra insegnandoci li aguati e inganni di coloro che poco amore ci portano; quali per ogni minimo loro utile non curano a chi di loro si fida con assai loro biasmo losenghevolmente ingannare, come nel processo di questi amanti compare. Non per questo a li fraudulenti dala divina providentia fu e ne sarà lor perdonato mostrando apertamente quanta iustitia sua bontà comparte, e come fu in piacimento a lo universal creatore che li Cieli desseno influentia nel mondo e tenesseno dominio sopra la humana natura, donandoci diverse inclinationi di peccare e

vitiosamente vivere; non per questo ne ha tolto il libero arbitrio, che se quello è ben governato vivendo virtuosamente, se può mitigare e vincere se usar volemo discretione. Onde io mosso da tal consideratione, e vedendo la necessitate che tutti o la maggior parte de questo presente tractado havemo, quale ci mostra apertamente via per la quale ci sapiamo guardare e difendere de l'inganni e losenghe de mali e tristi huomini.

Podría alinearse con la "Tabla" de cosas memorables y de *sentencias morales* que Barezzo Barezzi pone al final de su traducción de *La Vida del picaro* de Guzmán de Alfarache (manejo la tercera edición refundida, Venecia 1629, que me propongo estudiar próximamente). Huelga recordar que el *supponitur ethicae* que manda en la Edad Media en lo que hoy llamaríamos la literatura amena, de origen medieval, ha de tenerse en cuenta aquí. Muy útil para ello es J.B. Allen, *The Ethical Poetic of the Later Middle Ages: a Decorum of Convenient Distinction*, Toronto, University Press, 1982, muy ampliado en su documentación y alcance respecto al ya memorable ensayo de F. Ghisalberti, *Medieval Biographies of Ovid*, "Journal of the Warburg and Courtauld Institutes", 9, 1946, pp. 10-59.

## RECENSIONI

*Revista de la Universidad Complutense*, 1984/1. Numero dedicato alla situazione attuale dell'ispanismo nel mondo. A cura di Alberto Gil Novales, Madrid 1985, pp. 116.

Solo dopo aver congedato le bozze del numero straordinario sull'ispanismo italiano della rivista "Arbor", curato da Manuel Sito Alba e da me e redatto da quattordici collaboratori (Madrid, ag.-sept. 1986, C.S.I.C., pp. 162), ho avuto notizia e preso conoscenza, grazie alla gentilezza di Rinaldo Frolidi, di questo numero straordinario della RUCM, evidentemente uscito più tardi di quanto risulti dalla copertina, poiché la *Introducción* di Gil Novales è datata febbraio 1985.

Il contributo che ovviamente ci interessa anzitutto è quello sull'ispanismo italiano, appunto di Frolidi (pp. 28-42), complementare del numero straordinario di "Arbor": questo è ordinato per settori (*Estudios históricos, Traducciones literarias, Historia literaria castellana, Literatura hispanoamericana, Literatura gallega*) e, per quanto riguarda la letteratura "spagnola", per epoche (*Hasta 1369, 1369-1474, 1475-1598, 1598-1700, Teatro Siglos XVI y XVII, 1700-1808, 1808-1868, 1868-1936, Después de 1936*); lo scritto di Frolidi segue invece un criterio storico-topografico, distinguendo promozioni di ispanisti, e collocando accanto all'ispanista più anziano attivo in una città gli altri ispanisti attivi nella stessa; l'accento è così posto sugli operatori e non sugli oggetti della ricerca. Il piano della RUCM escludeva, per necessità spaziali, il mondo ispanico non peninsulare; viceversa Gil Novales "quiso sacar el hispanismo de su ámbito tradicional lingüístico-literario"; e difatti Frolidi dà notizia di studi non solo "storici" (cosa, come abbiamo visto, realizzata pure nel volume di "Arbor"), ma anche filosofici, storico-artistici, giuridici.

L'intenzione della RUCM, di "un trabajo sobre la situación actual del hispanismo en el mundo" (*Introducción*), era di difficile realizzazione; ma questa volta, anche questa volta, il proporsi obiettivi molto ambiziosi si è rivelato fecondo, benché tali obiettivi siano stati solo parzialmente raggiunti. Non sono qui presenti tutti gli ispanismi, e le assenze risultano mascoscopiche (l'ispanismo statunitense, quello tedesco etc.); ma viceversa sono trattati ispanismi di cui anche il più motivato a conoscere ciò che in proposito si fa nel mondo, come chi scrive, poco o nulla sa: gli ispanismi qui trattati sono, oltre all'italiano, lo scandinavo, il francese, il portoghese, il britannico, lo svizzero e il sovietico. Sono certo di fare cosa utile riferendo, sommariamente, ma con uno sforzo caratterizzante, sui contributi relativi, tralasciando solo di parlare dei cinque dedicati all'ispanismo francese (pp. 10-

27), poiché essi si trovano, e in forma più completa, anche nel volume *La investigación sobre temas hispánicos en Francia*, da me recensito nel n. 26 di questa "Rassegna Iberistica".

Kirsten Schottländer, di Copenaghen, riferisce su *El hispanismo en Escandinavia* (pp. 3-9). Spiccato è nei paesi nordici l'interesse per gli studi linguistici ispanici, e non solo a livello didattico. In Danimarca, paese di Togeby e Hjelmslev, tale interesse sembra particolarmente intenso; ma intenso appare anche in Svezia, dove si studiano con predilezione testi medioevali. Ciò conferma che in tali paesi è, come in Germania, dominante la tradizione della filologia romanza: organo dell'ispanismo danese è la "Revue romane". Risulta difficile prescindere dall'Ispanoamerica: l'Istituto iberoamericano di Stoccolma, come quello di Goteborg, si interessa esclusivamente di America Latina.

Il Portogallo, affermano in apertura dello scritto *Acerca de los estudios hispánicos en Portugal* Luis Reis Torgal e Carlos Reis, di Coimbra, è "tan próximo y tan distante" dalla Spagna. La vicinanza (così come il rapporto storico) è tale che di necessità, parlando di Portogallo, si parla spesso di Spagna. Ma l'interesse diretto per la Spagna è scarsissimo. Gli autori riferiscono un dato recente (1983-84) e sintomatico: di 1300 studenti di lingue e letterature moderne dell'Università di Coimbra solo sei hanno scelto "anche" lo spagnolo. Si traduce pochissimo dallo spagnolo al portoghese. Fidelino de Figueiredo, che, ricollegandosi a Oliveira Martins, cercava di capire la Spagna, dovette, sotto Salazar, andarsene in Brasile. In complesso lo scritto, abbastanza lungo (pp. 43-53), è valido come presa di coscienza dell'ignoranza, considerata reciproca: ignoranza che ho osservato per decenni, ma forse ora non è più così reciproca.

Philip Deacon, di Sheffield, si occupa de *La situación actual del hispanismo en el Reino Unido* (pp. 54-64), che contiene dati e osservazioni rivelatori anche per chi tale ispanismo conosce ed ammira. La prima cattedra universitaria di spagnolo in Gran Bretagna risale al 1909 (Liverpool); nel 1927 erano cinque (Liverpool, Londra, Belfast, Glasgow, Oxford). Nel 1923 E. A. Peers fondò a Liverpool il *Bulletin of Spanish Studies*, poi *of Hispanic Studies*. Una grande espansione ebbe luogo dopo la seconda guerra mondiale. Nei dipartimenti di storia si studia opzionalmente la storia di Spagna, e da ciò derivano gli scritti ben noti di MacKay, Lomax, Elliot, Lynch, Kamen, Karr, Thomas, Harrison. La recente politica conservatrice implica una riduzione delle cattedre ed un indirizzo più pratico dell'insegnamento. L'associazione degli ispanisti britannici ha più di trecento membri, provenienti dai quarantatré dipartimenti universitari. Più di cento membri ha la *Anglo-Catalan Society*. Organizzazioni a parte hanno la *Conference of Hispanists in Polytechnic* e quella degli insegnanti medi, che ha più di seicento membri. *The Year's Work in Modern Language Studies* dedica annualmente circa 180 pagine agli studi ispanistici. La *Dolphin Books* e la *Tamesis* pubblicano scritti ispanistici; collezioni ispanistiche hanno le università di Exeter e di Manchester. Il bilancio dell'ispanismo britannico, conclude Deacon con giustificato orgoglio, "parece más saludable que nunca" (p. 64).

All'ispanismo svizzero dedica ben 24 pagine (contro le undici di Deacon) José Manuel López de Abiada. Troviamo nel suo scritto una bibliografia includente perfino articoli pubblicati in giornali provinciali; si menzionano le memorie "de licen-

ciatura" presentate e in preparazione; rubriche sono dedicate all'agronomia, all'arte, alla biologia, al diritto, all'economia, alla geografia, alla storia. La Svizzera fu rifugio di emigrati, politici e non, e la presenza di spagnoli si riflette nella produzione ispanistica. Vi sono dipartimenti di spagnolo nelle università di Basilea, Berna, Friburgo, Ginevra, Losanna, Neuchâtel, San Gallo, Zurigo.

Forse il contributo che apre più prospettive è quello di Viacheslav Bajno, sullo *Estado actual de la Hispanística en la URSS* (pp. 92-116), che per parecchi risulterà la rivelazione dell'altra parte della luna. La traduzione dal russo è opera di Yolanda Martinez, e non lascia chiaramente intendere in che lingua siano stati pubblicati gli scritti citati, anche se la presunzione naturale sia che lo siano stati in russo. "Cuna de la hispanística soviética" (p. 96) fu l'università di Leningrado. Georgiy V. Stepanoc si occupò prevalentemente di studi linguistici; I. Terterian ha molte pubblicazioni storico-letterarie; Mijail P. Aleksëev (1896-1981) è autore di un volume su *Rusia y España* accessibile anche in spagnolo (Madrid, Seminarios y Ediciones, 1975, pp. 233). Colpisce l'interesse per la storia dell'Alto Medioevo spagnolo; non sorprende invece la dedicazione alla storia della Spagna in questo secolo. Particolarmente interessata alla realtà iberica sembra la casa editrice Nauka, di Mosca. Attualmente si dedica in modo specifico allo studio dei rapporti ispano-russi V. Bajno, autore del contributo della RUCM (il quale tuttavia nel testo viene chiamato V. Bagno), discepolo di M. Alekseev. Negli ultimi anni sono stati pubblicati classici spagnoli (dal *Mío Cid* a Hernández) in edizioni da 300.000 esemplari. A quanto sembra, gli indirizzi più importanti per avere contatti con l'ispanismo sovietico sono l'istituto di Storia dell'Accademia delle Scienze dell'Unione Sovietica, quelli di Linguistica e di Letteratura della stessa, e le cattedre di Filologia romanza delle università di Mosca e di Leningrado. Per realizzarli in concreto pare doveroso almeno leggere il russo: ecco un programma suggestivo per un ispanista italiano di meno di settantaquattro anni.

Franco Meregalli

*Actas del Primer Congreso de Hispanistas de Asia*, Seúl, Corea, Asociación Asiática de Hispanistas, 1985, pp. 570.

En noviembre de 1983, en Madrid, I-Bae Kim, de la Universidad Hankuk de Estudios extranjeros de Seúl, distribuyó durante una reunión del "Consejo general del hispanismo", promovida por el Ministerio español de Cultura, un *Informe sobre la situación de la enseñanza del español en la República de Corea*. Me pareció oportuno dar noticia de él en esta "Rassegna Iberistica" 19 (febr. 1984). En agosto de 1985 el mismo colega Kim realizó el primer Congreso de una Asociación Asiática de Hispanistas, que se constituyó oficialmente durante el congreso; en diciembre del mismo año salían estas *Actas*. Según parece, el ritmo de las cosas es alegre, en el "Pacific Rim".

Tomaron parte en el congreso profesores universitarios de español proceden-

tes de Corea, China (es decir Taiwan; no había representantes de la China de Pe-  
quín), Filipinas, Hong Kong, India, Japón, Tailandia. Kim, en su discurso inaugural,  
citó una Asociación Europea de Hispanistas, cuya existencia desconozco (acaso ha-  
ya pensado en la Asociación Internacional de Hispanistas, que no es sólo europea  
y pretende explícitamente ser mundial, o en la Asociación Europea de Profesores  
de Español) y también una Asociación africana de Hispanistas, cuya existencia  
ignoraba. Citó también, contextualmente, la "Hispanic Society" de Estados Uni-  
dos, pensando, supongo, en la "Hispanic Society of América", que sin embargo no  
es una asociación de Hispanistas. Evidentemente, necesitamos más concretos con-  
tactos: "superemos la condición de hispanistas solitarios y optemos por hispanis-  
tas solidarios", es la exhortación de Kim. Se trata, de todas formas, de una situa-  
ción transitoria; el hispanismo mundial está tomando conciencia de sí mismo, y el  
colega Kim es una de las personas más beneméritas de este proceso.

El hispanismo, quiero decir la enseñanza universitaria del español, más anti-  
guo, entre los representados en Seúl, es el japonés. Desde 1897 se enseña el espa-  
ñol en la Escuela superior de Lenguas extranjeras de Tokio; desde 1923 en la de  
Osaka. Ahora el español se enseña en 110 universidades japonesas. La Sociedad  
Japonesa de Filología Hispánica, fundada en 1955, tiene más de 300 socios. En  
1885 se tradujo el *Quijote*, pero del francés; sólo a partir de 1930 fueron desapare-  
ciendo la traducciones indirectas.

Mucho más recientes son los hispanismos, en el sentido aludido, de los otros  
países participantes, si prescindimos de la Filipinas, que evidentemente constituye  
un caso a parte. El coreano (del Sur; no hay mención de Corea del Norte) empie-  
za, con Kim, en 1955, como el de Taiwan; el de Hong Kong en 1967; el de la In-  
dia se reduce a un curso que desde 1964 se da en la Universidad de Delhi; en Tai-  
landia hay un curso de español desde 1966 en la Universidad Chulalongkorn de  
Bangkok.

Las *Actas* contienen siete informes sobre la enseñanza del español en los siete  
países participantes y 42 ponencias: 17 de ellas procedentes de Corea, 9 de Japón,  
4 de China, 3 de India, 1 de Hong Kong, 1 de Tailandia, además de tres proceden-  
tes de España. No voy a pasar revista de ellas, por supuesto, ni siquiera de las que  
me parecen más importantes. En este caso debería, por ejemplo, comentar amplia-  
mente la ponencia (o plenaria) *Cuestiones de bilingüismo y diglosia en el español*,  
de Manuel Alvar (pp. 109-137). Lo que quisiera poner de relieve en esta sede es  
más bien la situación existencial, que se refleja claramente en la elección de temas,  
de los profesores de español en las universidades de aquellos países.

Empezaré por Filipinas, que representa no sólo un caso aparte, sino también,  
en cierto sentido, el caso más negativo. El español ha sido proclamado lengua ofi-  
cial de Filipinas en la Constitución de 1898, pero su decadencia en Filipinas es evi-  
dente. Jurídicamente en 1985 seguía siendo obligatorio, pero prácticamente el in-  
glés prevalece cada vez más. No sé si reacciones tan "patrióticas" como las de  
Guillermo Gómez Rivera en exaltación de José Rizal (pp. 429-436) pueden ser  
eficaces. Acaso haya que buscar otros caminos. El caso es que Filipinas está en un  
contexto en que predomina el inglés como lengua internacional y hasta como len-  
gua de cultura del interior: pensemos, limitándonos a los países representados en  
el congreso de Seúl, en la India, en Hong Kong. En Taiwan "se comienza su estu-

dio desde el primer año del bachillerato elemental” (p. 40). La antigua presencia inglesa empalma con la más reciente de Estados Unidos. No cabe duda de que la difusión del español como segunda lengua internacional en toda la zona puede favorecer la resistencia del español en Filipinas.

Muchas de las ponencias presentadas reflejan los problemas que la enseñanza en un contexto tan exótico determina, aunque, precisamente por la presencia dominante del inglés, se presenta también el problema de dos “lenguas en contacto” tan afines como el inglés y el español. Se trata de ponencias que podrán servir para especialistas de lingüística comparada. Una muy considerable diferencia de experiencias es determinada por el origen del profesor: naturalmente, el de lengua madre española ve las cosas desde un punto de vista diferente.

Otro grupo de ponencias se ocupa de historia y literatura, predominantemente de temas referentes a relaciones entre mundo oriental y mundo hispánico. Es en este grupo donde se encuentran los resultados de investigaciones eruditas. Los comparatistas interesados a las relaciones entre mundo oriental y mundo occidental, los comparatistas, digamos, a lo Etiemble, que son cada vez más, *et pour cause*, encuentran aquí contribuciones específicas y perspectivas interesantes. Citaré algunos títulos (a veces se trata de continuaciones o resúmenes de trabajos más comprometidos, posiblemente tesis): *Tagore en español*, de Hyun Chang Kim (Seúl), *Distopia de Borges*, de Changhwan Kim Li Yongin (Corea), *Borges y lo oriental*, de Carlos Rubio López de la Llave (Seúl). Algunas contribuciones son de carácter histórico-político: por ejemplo *Participación de los Colonos Chinos en la guerra independentista cubana*, de Juan Hung Hui (Taipei).

Quiero concluir comentando un escrito de José María Kobayashi Kazuhiro (Tokio) sobre *España y Europa, un caso de difícil comprensión histórica*. Vistas desde lejos, España y Europa son naturalmente pequeñas; realidades para nosotros macroscópicas resultan pormenores que se pueden sacrificar a la visión de conjunto. Nosotros más fácilmente nos atravesamos a una síntesis vertiginosa sobre las relaciones, pongamos, entre China y Corea; por la misma razón desde Japón puede uno atreverse a expresar parecida perspectiva; y tiene razón: una aventura de esta clase puede ser estimulante. Probablemente porque, también por razones de edad, la segunda guerra mundial, que fue ante todo la segunda guerra europea de este siglo, queda fuera de su horizonte, el autor considera a Europa como algo muy compacto. Esta Europa tuvo, según él, una actitud marginalizante frente a España. “El desprecio europeo y la rebeldía española siguieron en pie frente a frente durante toda la Edad Media” (p. 560). La imagen negativa permaneció después de los Reyes Católicos; desde mediados del siglo XVII “Europa pudo seguir alegremente su marcha ignorando a un país extraño que no quería adaptarse a las nuevas corrientes” (p. 563). En otras palabras, la España de la Edad Media despertaba desconfianza en Europa porque era el país de las tres religiones; después la desconfianza quedó, pero precisamente por la razón opuesta: España se había vuelto el país de la intolerancia católica. El autor cita hechos; se pueden citar hechos de significado opuesto; pero después de todo el esquema hace pensar. La lejanía tiene sus inconvenientes, pero también sus ventajas.

Franco Merigalli

*El Crotalón. Anuario de filología española*, 2, Madrid 1985, pp. 646.

Ci è giunto, nella sua bella veste, il secondo numero del *Crotalón*, che non smentisce le caratteristiche di serietà e rigore scientifico che avevamo già apprezzato nel primo, seppure si presenti, direi, felicemente snellito: felicemente soprattutto se teniamo conto della serie di "Publicaciones de *El Crotalón*" che più che degnamente fanno corona all'annuario di filologia. Tra queste le edizioni in facsimile, corredate da studi, e in particolare gli "Anejos", la prima serie dedicata alla poetica e retorica dei secoli d'oro, e la seconda più specificamente filologica. Non potrò, per ragioni di spazio, dedicare a questo secondo numero le pagine che vorrei, e che per il primo ho riservato alla sola sezione medievale (v. "Rassegna Iberistica" nn. 22 e 23). Mi limiterò perciò ad una rapida rassegna del contenuto del volume soffermandomi — seppur brevemente — sui lavori che da un punto di vista personale, che prescinde chiaramente da ogni giudizio di valore, trovo più affini al mio ambito di ricerca.

Inaugura la sezione "Monografías" Ana M. Alvarez Pellitero, con uno studio sul *Teatro medieval en España*, apportando nuove testimonianze su drammatizzazioni o "juegos de fiestas" che si svolgevano durante le cerimonie religiose, su rappresentazioni di "momos" e farse o "remembranzas" che compagnie girovaghe di "farsantes" rappresentavano all'interno o sul sagrato delle chiese: il lavoro è un'ulteriore conferma dell'origine religiosa del teatro spagnolo.

Due studi sono dedicati al *Poeta en Nueva York* di Federico García Lorca (Andrew A. Anderson, "*Poeta en Nueva York*" una y otra vez e María Clementina Millán, *Sobre la escisión o no de "Poeta en Nueva York" de Federico García Lorca*) entrambi circa la polemica chiaramente indicata nel titolo del secondo saggio, cioè sulla ripartizione dell'opera lorchiana in due raccolte distinte: *Poeta en Nueva York* e *Tierra y Luna*. Ambedue gli studiosi si pronunciano contro la scissione.

Pedro Manuel Cátedra (*Algunas obras perdidas de Enrique de Villena con consideraciones sobre su obra y su biblioteca*) formula delle interessanti ipotesi su possibili opere che Villena avrebbe redatto, prescindendo da quelle totalmente o parzialmente perdute già note, come l'*Arte de Trovar* o la redazione catalana dei *Doce Trabajos de Hércules*, tra queste delle *Ordenanzas*, *Vías e mandamientos*, cui allude un documento del consiglio di Cuenca del 1417; un *Libro de los fuegos inextinguibles*, citato da Villena nelle *Glosas all'Eneide*, ovvero *Tratado de los experimentos de los fuegos*, come viene nominato nei *Doce Trabajos*, già identificato come il *Liber ignium* di Marcus Grecus, che sarebbe invece opera dello stesso Villena e costituirebbe una sorta di "apéndice técnico" a la *Historia de Vulcán*, altra opera che Villena cita nei *Trabajos*; e ancora una *Exposición de las cartas de maestre Alfonso* (A. Chirino), di cui ci rimane il *Tratado de la lepra*, una esposizione su testi allegorici dello stesso Chirino e una *Oración en las epístolas de maestre Alfonso* citate nell'*Exposición del Salmo* e nell'*Arte cisoria*. In conclusione Cátedra rivendica per "nuestro fantástico Villena" una coscienza del proprio io intellettuale, una sorta di "nueva conciencia de autor".

R.M. Flores (*Sancho's rustic speech*) elenca una serie di forme colloquiali del linguaggio di Sancho: alcune credo siano grafie ancora in uso corrente all'epoca di Cervantes, come lo erano nel secolo precedente, o semplicemente arcaismi da ad-

debitare a copisti o stampatori, quali (citerò a caso) “aguelo”, “caloña”, “efeto”, “escreuir”, “gueso”, “omecillo” e molti altri ancora. L’uso di *f* per rappresentare *s* lunga disturba la lettura.

Un lungo ed esaustivo studio bio-bibliografico di Julio López su Gabriel Alomar (*Gabriel Alomar: un hito catalán en la generación intelectual de 1914*) ci avvicina all’opera di uno scrittore sconosciuto o poco studiato.

Bienvenido Morros in *Algunas observaciones sobre la poesía y la prosa de Herrera*, prende l’avvio dal sonetto “Pensé, mas fue engañoso pensamiento”, tramandato in due redazioni, per confutare la tesi di A. Coster e R. Senabre per cui la lezione di P (*Versos*, 1619) rappresenterebbe il “borrador”, mentre H (*Algunas obras*, 1582) sarebbe il testo definitivo: risalendo alle fonti italiane (Bembo, i Tasso e Varchi) di Herrera, Morros ne ritrova le tracce dirette in H, che maggiormente si attiene ai topoi petrarchisti, rielaborati in P — “menos adicto a esa moda” — in un evidente tentativo di allontanarsi dalle fonti, con esiti, a volte, esteticamente discutibili. Morros passa poi alle *Anotaciones a Garcilaso*, per sottolineare i debiti di Herrera nei confronti di vari umanisti italiani concludendo: “la receptividad de estímulos muy varios [...] dibujan — en definitiva — la semblanza intelectual de un Herrera más próximo, en el fondo, a los métodos escolásticos que a las nuevas maneras de los *studia humanitatis*”.

Particolarmente stimolante il lavoro di Francisco Rico “*Por aver mantenençia*”. *El aristotelismo eterodoxo en el “Libro de Buen Amor”*: a partire dalla strofa 71 del *Libro de Buen Amor* Juan Ruiz autore lascia la parola all’io protagonista delle avventure amorose, un io che si conforma al nucleo della “filosofia naturale”, il secondo libro del *De Anima*, con le due funzioni dell’anima vegetativa, che si possono ridurre, in definitiva, al perdurare dell’individuo e della specie, all’“impulso de perduración inherente a los seres vivos” (*mantenençia* significherebbe allora ‘conservación’). Ma nella finzione teorica del protagonista interferisce l’io ortodosso dell’ecclesiastico: “el omne de mal seso [...]”. L’io protagonista del *Libro de Buen Amor* risulta impregnato di quell’aristotelismo eterodosso ampiamente diffuso nell’Europa medievale (e di cui Rico porta testimonianze spagnole): “al saltar al tabladillo del poema, el protagonista aparece tiznado por los dislates de una secta de pensadores gravemente peligrosos”, e, così contagiato, ci si rivela “ome torpe”. Non posso riassumere qui la lettura in questa chiave di Rico e l’intrecciarsi, nel *Libro de Buen Amor*, delle voci dell’io personaggio e dell’io autore, ricorderò soltanto, nella magnifica invettiva contro la morte, da una parte l’orrore e lo spavento — il trionfo della morte — e dall’altra la speranza nella vita eterna dell’ortodosso arciprete. Da ultimo Rico avanza una proposta: rivedere il rapporto tra il *Libro de Buen Amor* e il *Roman de la Rose*, “el sumo exponente literario del aristotelismo eterodoxo”. Mi chiedo allora: quali sono veramente i confini che separano l’io autore dall’io protagonista nel *Libro de Buen Amor*?

Fernando R. de la Flor, in *Mnemotecnica y hermetismo luliano en el primer XVIII español: el “Asombro elucidado de las ideas”*, raccoglie le tracce di un risorgimento luliano e il permanere della mentalità magica nella “primera ilustración”, che è insieme “el último signo de vitalidad de una tradición agotada a través de su paso por la cultura medieval, renacentista y barroca”, “último espejismo [...] de una ideología imposible”, quella del dominio dell’irrazionale e del mitico sulla ra-

gione e sulla scienza.

Nicasio Salvador Miguel, *La tradición animalística en las "Coplas de las calidades de las donas" de Pere Torrellas*. Le donne sono come le lupe "en escoger": l'origine del topos della lupa, che si accoppia col maschio più brutto e vile del branco (che ricorre anche in Juan Ruiz), è da far risalire al *Tresor* di Brunetto Latini. Le donne sono come anguille "en retener": il motivo dell'anguilla dai denti ricurvi che stringe tenacemente la preda avrebbe la sua origine in un passaggio di Claudio Eliano; le donne sono come ricci "en contrastar": dettagli sul comportamento difensivo dei ricci ce li fornisce Plinio e ancora Eliano. Seppure di diversi animali e di diverse "qualità" femminili vi si parli, forse sarebbe proficuo un raffronto tra le *coplas* di Torrellas e il *Chastie-Musart*.

Nella sezione "Textos" la traduzione, ad opera di M. Soledad Arredondo, della curiosa *Satyre Ménipée*, un libello della fine del XVI secolo, che mette in caricatura gli Stati Generali del 1595, si basa sull'edizione (Paris 1878), a cura di Ch. Real, di un manoscritto del 1593.

Vicente Beltrán (*La "Cantiga" de Alfonso X y la ruptura poética del siglo XIV*) tratta della genesi della "cantiga de refrán", come genere di forma fissa, e dell'esistenza di formule retoriche proprie del XIV secolo, quali le comparazioni floreali, a partire dalla cantiga "Em hum tiempo cogi flores", un'addizione trecentesca all'antigrafo del Canzoniere portoghese della Vaticana, composizione di tipo "zejelesco" all'interno della "mistificación lingüística que caracteriza la tradición lírica gallego-castellana del siglo XIV" che raccoglie elementi formali e tematici propri delle "cantigas de amigo" e della pastorella, oltre all'uso profano delle comparazioni floreali caratteristiche della lirica mariana, e si rivela un "testimonio temprano" del rinnovamento poetico del secolo XIV.

Trevor J. Dadson pubblica qui *Dos autógrafos desconocidos de Gabriel Bocángel*, la *Fiesta real de toros* e la *Introducción a una Academia*, dai mss. B2514 e B2355 della Biblioteca dell'Hispanic Society of America, corredando la trascrizione di tipo paleografico con una versione modernizzata di scarso interesse per i lettori dell'*Anuario de filología*.

Jean-Pierre Etienvre (*Entremeses y Bailes naipescos del siglo XVII*) passa in rassegna dieci "piezas" del teatro minore che hanno per tema o motivo il "juego de naipes" e propone l'edizione annotata di tre "bailes" inediti: il *Baile de los juegos*, attribuito a M. Vallejo (B.N. Madrid ms. 14.851), l'anonimo *Baile de la casa de conversación* (B.N. Madrid ms. 14.513) e — pure anonima — la *Pintura del juego del hombre* (B.N. Madrid ms. 16.292) tutti di indubbio interesse.

Angel Gómez Moreno (*La "Questión" del Marqués de Santillana a don Alfonso de Cartagena*) ci fornisce l'edizione critica della *Questión* — in realtà un trattato di materia cavalleresca — sulla base di cinque manoscritti del XV secolo (un sesto, della B.N. di Madrid — Res. 35 — "de gran interés" non ha potuto essere consultato) e di tre copie più tarde. L'edizione è confortata da uno stemma sulla cui costituzione avrei qualche obiezione da fare, in quanto le lezioni citate come congiuntive del ramo più folto della tradizione (o che starebbero ad indicare una contaminazione?) altro non sono che la buona lezione; inoltre riscontro certe discrepanze, riguardanti testimoni o gruppi di essi, tra l'introduzione e l'apparato delle varianti e un criterio ecdotico che potrei definire ibrido.

A cura di J.L. Labrador, C.A. Zorita e R.A. Di Franco l'edizione dell'*Egloga* di Juan de Tovar (dal *Cancionero de Poesías varias*, ms. 617 della B. de Palacio — l'edizione dell'intero canzoniere è uscita o sta per uscire negli "Anejos" del *Crotalón*): una breve nota introduttiva sulla struttura metrica precede la trascrizione della bella egloga.

José María Micó (*Góngora en las guerras de sus comentaristas. Andrés Cuesta contra Pellicer*), dopo un excursus sulla polemica gongorina e le battaglie tra i suoi commentatori, pubblica l'inedita *Censura a las "Lecciones solemnes" de Pellicer* e le note al *Polifemo* di Andrés Cuesta: "graciosísima diatriba" secondo Dámaso Alonso, in cui Cuesta si erge contro gli "infinitos delirios" di uno dei tanti — e litigiosi — interpreti di Góngora, testo purtroppo incompiuto, che credo delizierà gli attuali gongoristi.

Del codice 5/3/20 della B. Colombina Carmen Parrilla trascrive *El tratado de amores*, un frammento del XV secolo nella tradizione della "recuesta amorosa" epistolare.

E ancora bisognerebbe parlare della sezione "Varia", in cui compaiono lavori più brevi ma non meno importanti, tra cui segnalerò soltanto, per affinità elettiva, quello di R.V. Brown e D.C. Carr, *Don Enrique de Villena en Cuenca*, in cui si pubblicano documenti dell'Archivio episcopale di Cuenca, tra cui tre lettere inedite di Villena (l'ultima di grande interesse per gli studiosi di questo tanto discusso personaggio). Nella sezione bibliografica ricorderò le *Notes for the "Diccionario de Pliegos sueltos" of Antonio Rodríguez Moñino* di A.L.F. Askins, e *Literatura e imprenta en la Barcelona del siglo XVII (el caso de Antonio Lacavallería)* di Jaime Pascual.

Una novità rispetto al primo numero è la sezione "Reseñas", che riflette l'impegno scientifico e il rigore dei collaboratori dell'*Anuario de filología*.

Marcella Ciceri

Anthony Cascardi, *The Bounds of Reason. Cervantes, Dostoevskij, Flaubert*, New York, Columbia University Press, 1986, pp. 120.

*The Bounds of Reason* ... è un interessante *excursus* su alcune opere di Cervantes (*Don Chisciotte, Il dottore Vetrata*), di Dostoevskij (*L'idiota, Delitto e castigo, I fratelli Karamazov*) e di Flaubert (*Madame Bovary, L'educazione sentimentale e Bouvard e Pécuchet*), lette attraverso un approccio filosofico basato particolarmente su Wittgenstein e i suoi continuatori, Saul Kripke e Stanley Cavell.

Cascardi tenta di riformulare i vincoli classici tra "realtà" ed "illusione" — che compaiono nella rappresentazione romanzesca — facendo riferimento in primo luogo a *Mimesis* di Auerbach e *The Gates of Horn* di H. Levin. E' possibile affermare — si domanda Cascardi — che don Chisciotte, il principe Mishkin ed Emma Bovary si "illudono" sulla realtà? E come si produce in loro la conoscenza del mondo? Rispetto a queste domande Cervantes, Dostoevskij e Flaubert rimangono

nell'ambito dello scetticismo filosofico; per loro la conoscenza della realtà permane nel dubbio quando il suo appoggio è l'epistemologia e il suo fondamento è la ragione. Il titolo del libro fa riferimento alla tesi fondamentale che lo regge: i personaggi delle opere trattate trascendono i limiti della ragione. Pertanto, le loro possibilità di avvicinarsi ai *realia* e ottenere una risposta alle loro domande conoscitive dipendono dal loro corpo (come dimostra don Chisciotte quando si scontra con i mulini) o dalla loro capacità di amare o dai legami che stabiliscono nell'ambito della vita quotidiana.

L'episodio della "venta/castillo" in *Don Chisciotte I 2* è un esempio per quel che riguarda i diversi standard o *criteria* utilizzabili per identificare un oggetto; Cascardi afferma anche che l'episodio più che essere interpretato attraverso il "prospettivismo" o "soggettivismo" orteguiano, dovrebbe essere affrontato partendo dal problema filosofico di come conciliare due giudizi contraddittori. Il fatto è che don Chisciotte dà un senso al mondo; più che identificarlo lo interpreta a partire dalla sua *weltanschauung* cavalleresca. Invece di "vedere" soltanto, lui "vede come" (secondo la distinzione di Wittgenstein); ma anche se in Cervantes è evidente una concezione radicalmente individualistica dell'esperienza, le varie interpretazioni della realtà riescono, attraverso il dialogo (come quello di don Chisciotte e Sancio) ad unire mondi diversi e distanti. Le parole sono, pertanto, un mezzo per muoverci nel mondo più che rappresentarlo, sono strumenti di integrazione collettiva. Cascardi afferma che la problematica cervantina riguardo al linguaggio è più vicina alla dialogicità bachtiniana che al prospettivismo orteguiano. La parola *baciyelmo* non suggerisce che la realtà ha diversi profili secondo gli osservatori, ma piuttosto che il linguaggio è un compromesso tra le diverse interpretazioni che facciamo di essa.

L'affermazione di don Chisciotte "Sé quien soy" mette in rilievo un altro problema filosofico, quello dell'identità. Secondo Cascardi — che fa riferimento a Hegel, Kierkegaard e Lukács — personaggi come don Chisciotte e Sancio hanno un'identità incompleta, aperta agli altri, a differenza dei "pícaros". In Cervantes si evidenzia un rigetto per la distinzione cartesiana tra mente e corpo, dato che per Cascardi sono le condizioni del corpo quelle che permettono la relazione con gli altri. Il concetto di identità cervantino è soprattutto sociale e contrasta con quello di Descartes che fa dell'Io e della sua circostanza "privata" il centro del mondo. Nell'ultimo capitolo, "Conoscenza e potere", Cascardi conclude — a proposito di *Il curioso impertinente* — che il desiderio della conoscenza perfetta dell'Altro non può essere mai appagato perché implica la volontà di dominio dell'Altro — ossia la sua negazione.

Sebbene qui si siano privilegiate le pagine su Cervantes, molte sono le questioni filosofiche suscitate dagli altri autori menzionati. *The Bounds of Reason ...* risulta un'erudita congiunzione di letteratura comparata e filosofia, che tratta le opere di Flaubert e Dostoevskij con il *background* di *Don Chisciotte*, libro che quegli autori avevano preso come modello.

María Cecilia Graña

Pedro Calderón de la Barca, *L'Alcalde di Zalamea*. Traduzione di L. Fontana, Edizioni del Teatro di Genova, 1985, pp. 232.

Pedro Calderón de la Barca, *La vita è un sogno*. Traduzione di E. Cancelliere, Fondazione Andrea Biondo, Teatro stabile della città di Palermo, 1985.

Come tradurre Calderón? E — più latamente — come il teatro del Seicento spagnolo? Meditazioni a cui m'è capitato di consegnarmi, non tanto per amore di speculazione teorica, ma perché mi sto proprio cimentando con la versione di una commedia di Lope.

Una assestata prassi italiana spinge alla resa in prosa; e di questa abitudine c'è da dire tutto il male possibile, dal momento che scombina il vivace assetto poetico-lirico di questi testi: basti pensare al tessuto metaforico, così rilevato soprattutto nell'opera calderoniana, sostenuto nell'originale dal ritmo metrico, e che risulta abbastanza spaesato in una piatta prosa d'arrivo. Questa e mille altre giudiziose osservazioni si scontrano con una pratica tanto ripetuta che varrà la pena di segnalare solo le eccezioni.

Una resa in versi per la *Vida es sueño* è stata scelta da Luisa Orioli, che nel 1967 allestì per Adelphi una traduzione con testo a fronte rispettosa di metro e rima (ristampata da Bompiani nel 1983); operazione già tentata da R. Melano per il *Mejor alcalde* di Lope (Firenze, Sansoni, 1942; poi in *Teatro*, ivi 1963). Ora la lettura suggerisce altre riflessioni: la commedia spagnola come si sa è polimetrica; e se il ritmo della *silva* o del sonetto si regge bene nell'italiano abituato alla tradizione aulica (penso per esempio all'esordio di Rosaura reso benissimo dalla Orioli), l'ottonario rimato un po' troppo rimanda al *Corrierino dei piccoli* ed alle storie di Bibì e Bibò.

Fin qui per una traduzione rivolta squisitamente al lettore, che magari ha il piacere del testo a fronte, ricco di suggerimenti e paragoni. Ma il teatro si dirige *in primis* a una platea, e questi versi e metafore e figure di posizione furono fatti per essere detti e recitati; per questo ho messo in rubrica due testi allestiti appunto per il teatro: *L'Alcalde* per quello di Genova, *La vita è sogno* per la fondazione A. Biondo di Palermo. Mi sembra interessante che tutte e due queste versioni propongano una re-invenzione ritmica e che i due traduttori spieghino come sono venuti a patti con la rima e il metro; con una specie di pragmatismo *naïf* Luca Fontana, che lo spagnolo non lo sa e ha dovuto ricorrere ai buoni uffici di "una ragazza spagnola, d'aspetto assai buffo e vivace intelligenza"; con estrema consapevolezza da ispanista Enrica Cancelliere.

Per il primo: "Nelle scene [...] dove il tono di ballata epica prevale, ho mantenuto con qualche variazione quello che gli inglesi chiamano 'end-stopped line', ossia il senso è compiuto in fine al verso [...] Dove il linguaggio è più colloquiale [...] ho lavorato molto di *enjambement* [...] Se la recitazione è sufficientemente rapida [...] la rima dovrebbe essere un procedimento coesivo del tessuto fonico che si ricomponne subliminalmente nell'orecchio dello spettatore" (pp. 94-95). Per la seconda: "La scansione grafica in cui la traduzione viene offerta nella sua versione a stampa vuole [...] rinviare ad un procedimento poetico mantenuto interno a tragit-

ti logici per i quali il testo tradotto pretende di rifarsi alla stessa precisissima logica dell'autore. Se ciò produce nei fatti un andamento poetico — e probabilmente lo produrrà anche nella recitazione — avviene a partire dal rispetto per il concettismo calderoniano” (p. 2 dell'Introduzione).

Vorrei campionare ora l'effetto, magari scegliendo la pagina celeberrima del lamento di Segismundo nella resa in versi rimati della Orioli e in quella più libera della Cancelliere:

Oh sventurato me! Oh me infelice!  
Chiedervi, Cieli, pretendo,  
per il male che m'è inflitto,  
quale è stato il mio delitto  
contro di voi, nascendo?  
Per quanto, se nacqui, intendo  
la ragione del peccato;  
una causa ho pure dato  
al vostro giusto rigore:  
poiché il delitto maggiore

dell'uomo è d'esser nato.  
Ma vorrei mi fosse detto,  
perché il dubbio mi si sveli,  
(tralasciando il fatto, Cieli,  
che la nascita è un delitto)  
che cosa vi dà il diritto  
di far che il castigo non cessi  
gli altri non nacquero anch'essi  
e se gli altri non son nati,  
quali beni gli son dati  
che a me non sono concessi?

(Orioli, pp. 11-12)

Oh misero me, oh me infelice!  
Voglio sapere, cieli,  
giacché mi trattate così,  
quale colpa ho commesso  
contro di voi nascendo.  
Nato, comprendo  
la colpa che ho commesso;  
quindi hanno motivo sufficiente  
la vostra giustizia e il vostro rigore  
poiché la più grande colpa dell'uomo è  
il nascere.

Vorrei solo sapere,  
per meglio capire le mie pene,  
— lasciando da parte, cieli,  
la colpa di nascere —  
in che mai ho potuto offendervi  
più degli altri  
per punirmi di più.  
Non nacquero anche gli altri?  
Dunque se gli altri sono nati,  
quali privilegi hanno goduto  
che a me sono stati negati?

(Cancelliere, p. 2 del testo)

Traiamo ora qualche conclusione, magari dopo il doveroso plauso per i diversi tentativi, e con la consapevolezza delle difficoltà e delle frustrazioni inerenti al lavoro di mediazione. La necessità di un ritmo, anche di dizione, pare evidente, e tanto più avvertita in testi dedicati alla scena. Però la difficoltà ed alla lunga la stanchezza del mantenimento della rima è evidente. Forse la soluzione è proprio nel criterio intermedio adottato da Carmelo Samonà, traduttore della *Nascita di Cristo* di Lope: “Io ho cercato di rendere sempre in ottosillabi italiani (eventualmente ottonari) gli ottosillabi spagnoli, in endecasillabi e settenari i più rari endecasillabi e settenari [...] ma ho rinunciato a ulteriori obbligazioni metriche. In nessun caso mi sarei ostinato a riprodurre esattamente nella nostra lingua le forme o le combinazioni strofiche — e i relativi schemi ritmici — di “redondillas”, “romances” etc., che parlano unicamente entro l'alveo dello spagnolo, e dello spagnolo secentesco, per il quale furono pensati. In un lavoro come questo si capisce subito

che la fedeltà all'originale non può avere nulla di mimetico" (Nota del traduttore, Torino, Einaudi, 1985, pp. 104-105). Che poi è il procedimento messo in atto anche da Mario Socrate nella sua traduzione del *Caballero de Olmedo* (in "Terzo programma", 2, 1963, pp. 233-324).

E ci sarebbe magari l'ausilio di una riflessione teorica: la convenzione letteraria italiana prevede la prosa per la commedia ed il verso per il dramma. Ma si sa che la "comedia" spagnola non è né questo né quello, ma una forma ambigua e nuova, composita (secondo le definizioni di Lope nell'*arte nuevo* "monstruo", "quimera", "minotauro"); sarebbe quindi opportuno violentare l'orizzonte d'attesa del lettore mettendolo sull'avviso di questa diversità proprio con l'invenzione di una forma che mentre rispetta la misura originaria (ottosillabo e ottonario, settenario, endecasillabo) allenti invece il martellare della rima e dell'assonanza.

Il teatro barocco spagnolo, nella sua immensa fioritura e nella sua travolgente bellezza, è stato ben poco tradotto da noi: ho contato 25 versioni di commedie di Lope, contro le circa 400 esistenti; e 15 di Calderón, più 4 *autos*; si pensi che negli "Oscar" Mondadori non esiste la voce "teatro spagnolo", e nella collana teatrale Einaudi sono presenti solo tre *piezas* di Calderón. Forse una delle ragioni di questi scarsi entusiasmi è da ricondursi al dimesso vestito prosastico con cui la commedia barocca è sempre stata rivestita, ove troppo dissonavano i brillanti ed i gioielli metaforici. Chissà che un mutato e più idoneo *look* non risvegli qualche nuovo interesse.

Maria Grazia Profeti

Pedro Calderón de la Barca, *Una fiesta sacramental barroca*. Edición de José María Díez Borque, Madrid, Taurus, 1984, pp. 282.

Gli spagnoli del Seicento solo raramente pubblicarono insieme tutti i testi che costituivano una rappresentazione, cioè, oltre il testo fondamentale (generalmente una *comedia*), quei testi che lo accompagnavano. Si faceva qualche volta con le *fiestas reales*, per le quali non si badava a spese. Ma se vogliamo comprendere effettivamente il teatro di quell'epoca nella sua concreta realizzazione dobbiamo tenere conto dell'insieme, non solo della *comedia* o dell'*auto*. A questa giustissima esigenza vuole corrispondere questo libro curato da Díez Borque, che pubblica l'*auto La segunda esposa*, scritto in occasione delle nozze di Filippo IV e di Marianna d'Austria; e insieme la *loa* preliminare, scritta per la stessa occasione, sembrerebbe dallo stesso Calderón. Non si sa che altro precisamente accompagnasse la rappresentazione, ma per dare un'idea concreta dell'intera *fiesta* il curatore premette all'*auto* un *entremés*, *Los instrumentos*, pubblicato nel 1663 (su cui si veda l'ed. degli *Entremeses, jácaras y mojigangas* a cura di E. Rodríguez e A. Tordera, recensita in questa "R.I." (21 dic. 84, pp. 33-36), e lo fa seguire dalla *mojiganga de Las visiones de la muerte* (ben nota, e ripubblicata da Rodríguez e Tordera, pp.

369-384). Idea felice, anche se la complementarità dei vari testi non può essere se non ipotetica.

Díez Borque premette un lungo studio, che spesso è da considerare un'ottima sistemazione della bibliografia, ed implica un programma di ulteriori studi: così succede per quanto riguarda la biografia di Calderón che risulta una "biografía del silencio", come la chiamò Valbuena Prat, più che altro per la disattenzione dei calderonisti. E succede per quanto riguarda la musica in Calderón e tutto quel "marco procesional" che nell'*auto* calderoniano è "no accesorio, sino definitorio" (p. 73), in cui tutto "queda trascendido y reconducido por la idea unificadora de la celebración festiva" (p. 74). Calderón non si capisce bene in base a un solo testo, o anche a più testi dello stesso tipo di teatro.

Un problema ancora più essenziale affiora (affiora appena) in ciò che scrive Díez Borque. Questi afferma che alcuni sostengono che il messaggio contenuto nella "pieza mayor" viene annullato o sovvertito da quello delle "piezas menores", "incluso en esa área inamovible barroca de los dogmas y creencias religiosas" (p. 81), posizione "que no comparte". Mi pare quasi impossibile che qualcuno pensi davvero che sotto sotto Calderón volesse negare i dogmi che ufficialmente esaltava. Comunque credo che il problema non si ponga in questi termini. Per una mente educata alla raffinata neoscolastica gesuitica, come era Calderón, i dogmi erano da interpretare in un modo diverso da come potevano recepirli le menti semplici o addirittura volgari, e tuttavia in modo ortodosso. Un calderonista completo dovrebbe conoscere quel tipo di speculazione; noi che non abbiamo familiarità con essa dobbiamo avere almeno, verso di essa, un atteggiamento di modestia.

A proposito di pesanti allusioni "antisemite", cioè antiebraiche, contenute ne *Los instrumentos*, Díez Borque osserva che esse "menudean en esta piecécita del por algunos pretendido 'progresista' Calderón" (p. 238). Non mi risultano chiare le implicazioni di tale osservazione. Non vi è alcun dubbio che Calderón non si può considerare "progresista" se non da chi ne interpreti i testi in modo sbrigativamente attualizzante. Calderón accettava il mondo in cui viveva, con una accettazione non certo passiva. Come è ovvio, non si può identificarlo senz'altro con i suoi personaggi, nemmeno coi suoi protagonisti; nemmeno quando i suoi personaggi sono coronati. Tanto meno si può identificarlo con un personaggio da "entremés" che per di più egli chiama "Rechonchón". Questo non significa che egli sia "tolerante" nei confronti delle altre religioni. E' chiaro che per lui "existe una oposición constante entre la Sinagoga y la Iglesia", come nota Manuel Delgado Morales, *La sinagoga y el Judaismo* ecc., in "Segismundo", 39-40 (1984), p. 136. Certo, "la 'tolerancia' de estas obras no existe" (Delgado, p. 143). Ma ciò non significa che Calderón partecipi ai grossolani pregiudizi contro i "cristianos nuevos": appunto *Los instrumentos* dimostra quanto per Calderón tali pregiudizi rivelino la rozzezza grottesca di chi li nutre.

Franco Meregalli

*Nueva Revista de Filología Hispánica*. Numero monográfico dedicado al siglo XVIII en España, coordinado por Iris M. Zavala, México, D.F., 1984 pp. 336.

A qualcuno può risultare singolare l'esercizio, cui ripetutamente mi sono dedicato in questa sede, di recensire numeri monografici di riviste. In effetti, si tratta di cosa poco comune: in generale si recensiscono libri di un autore. La recensione di un volume monografico collettivo, come numero speciale di una rivista o no, è comunque cosa assai impegnativa, e corrisponde anche al carattere collegiale della ricerca che è divenuto un imperativo nel nostro tempo, se l'oggetto di esso è, come nel caso di cui ora parliamo, un intero secolo, in tutti o almeno molti dei suoi aspetti; e ciò si può dire anche se il volume non ha la pretesa di investire sistematicamente l'oggetto, pretesa che certo non ha questo. Il volume collettivo più facilmente individua tendenze collettive, specie se, come avviene in questo caso, la presenza del coordinatore non è così condizionante da giungere a fare in modo che, benché collettivo, il volume individui nettamente una specifica tendenza del coordinatore. Qui intravediamo una certa tendenza o colorazione, pur nella varietà, non tanto del coordinatore, quanto del campo di studi. Una tendenza che può essere specifica di questo campo di studi, o può essere anche interpretabile in un senso più generale.

Quarant'anni or sono, all'epoca della gioventù di chi scrive, un simile volume forse semplicemente non ci sarebbe stato, perché l'interesse degli ispanisti di quell'epoca (che erano anche pochi, in confronto cogli attuali) non era particolarmente diretto al Settecento spagnolo; comunque si sarebbe occupato molto di singoli autori, per giungere a stabilirne il valore letterario.

Qui invece l'interesse per una personalità letteraria, vista nel suo complesso, è raro: si può dire che l'unico caso è rappresentato dallo scritto di David T. Gies su *Cienfuegos: un problema de luz y oscuridad* (pp. 234-246), che d'altra parte si occupa piuttosto degli atteggiamenti umani e politici che dell'opera dell'autore come letteratura (e lo fa utilizzando in modo alquanto schematico i concetti di rivoluzione e reazione, e un po' trascurando il fatto che Cienfuegos pubblicò le sue poesie sotto Carlo IV, fu perseguitato proprio dai francesi rivoluzionari e fu liberamente letto sotto la restaurazione). José Manuel Caso González si occupa bensì di un singolo autore di grande personalità, il "suo" Jovellanos, ma a proposito di *La emigración asturiana en el pensamiento de Jovellanos*, cioè di un tema che si colloca pienamente nella problematica dominante nel volume, che, se ricorre a testi letterari, lo fa utilizzandoli ai fini della storia sociale, o considerando la letteratura stessa come fenomeno sociale; e quindi privilegia la letteratura popolare, lasciando in ombra spesso l'alta letteratura. Due degli scritti più impegnati si occupano degli "almanques": Iris Zavala si interessa di quelli di Torres (pp. 196-212) e Guy Mercadier del *Piscator económico* di Bartolomé Ulloa, che voleva continuarli, ma trovò l'opposizione di Campomanes (pp. 186-195). François Lopez si occupa della diffusione del libro e delle librerie (pp. 165-185).

Alcuni studi continuano una tradizione risalente forse a Bienveniste: quella dello studio storico-linguistico, di semasiologia o di onomasiologia, in funzione della comprensione del mutamento degli orientamenti politico-culturali: José

Escobar si occupa, ancora, dell'introduzione di "civilización"; Monroe Z. Hafter, dell'utilizzazione di termini scientifico-materiali nella prosa moralista; Nigel Glindening dell'espressione "opinión pública". "El abandono de la noción de sujeto individual del discurso, y su sustitución por unos protagonistas colectivos" (p. 131) divengono espliciti in Jacques Soubeyroux, che fa una "análisis de forma discursiva" delle espressioni che nel Settecento spagnolo (considerato come un'unità, poco tenendo in conto la diacronia) si riferisce alla povertà: Michel Foucault è citato esplicitamente come punto di riferimento.

A Foucault si rifà (p. 15) anche la stessa Zavala, nel suo studio introduttivo *Viaje a la cara oculta del Setecientos* (pp. 4-33); ma direi che in lei più forte sia il riferimento a Julio Caro Baroja. La "cara oculta" (espressione che riprende chiaramente la "cara oscura" di Guillermo Carnero) sono l'eroticismo e la magia, forme anche di trasgressività, e la relativa repressione da parte del potere. Lo studio delle streghe è molto d'attualità, e il rapporto con Goya è ovvio ed enormemente allattante (come affezionato a Sender, ricorderò che questa "cara oculta" era ciò che specificamente lo attraeva: era aragonese come Goya, ma lo interessava tutto il Settecento, fino alla Russia). In realtà, il "siglo de las luces" è anche il secolo della repressione. Per certi aspetti, per quanto riguarda le minoranze, fu, malgrado gli sforzi personali di Carlo III, "el punto máximo de la intolerancia" (p. 25).

Sostanzialmente solidali con questo interesse prevalente per i fenomeni sociali sono nel libro quei contributi che riguardano la ricezione letteraria, della letteratura settecentesca intesa in modo molto lato, anche se includente e privilegiante l'alta letteratura. In questo raggruppamento possiamo collocare gli scritti di John Dowling (*La sincronía de El delincuente honrado y las Noches lúgubres*, pp. 218-223), di Dietrich Briesemeister (*La recepción de la literatura española en Alemania en el siglo XVIII*, pp. 285-310: studio ben documentato, ma che, privilegiando la diffusione di opere e generi, non consente di apprezzare adeguatamente la diacronia, che è decisiva anche in questo caso), di Belén Tejerina (*Las reseñas de libros españoles en las "Effemeridi letterarie di Roma"*, assai suggerente, anche se non tenta di chiarire il problema degli eventuali moventi specifici dell'ispanofilia della rivista romana, che potrebbero condurci ad Azara). Come è del tutto normale, e malgrado una certa atmosfera comune, si possono rilevare nei diversi scritti posizioni diverse e anche, nella formulazione astratta, contraddittorie. Rinaldo Frolidi (*Apuntaciones críticas sobre la historiografía de la cultura y de la literatura españolas del siglo XVIII*, pp. 59-72) trova poco giustificabile una visione unitaria del secolo: ovviamente, vi sono in esso elementi di continuità, ma "nos parece que en su segunda mitad prevalecen los motivos de cambio y, con frecuencia, de ruptura" (p. 66); Giovanni Stiffoni, in *Historiografía y política en los historiadores de Indias de la primera mitad del siglo XVIII* (pp. 133-156), che rivelerà a molti "la enorme e inexplorada producción historiográfica de esa época" (p. 134), rileva la presenza di cosiddetto "jansenismo" anche nella prima metà del secolo.

Intenzionalmente per ultimo (ho citato quasi tutti gli altri diciotto scritti raccolti, tralasciando le tre recensioni, di Profeti, Abellán e Alvarez de Miranda, su libri di Fabbri, Domergue, Urzainqui-Ruiz de Peña, pure importanti) esaminerò le *Notas sobre la libertad de pensamiento en España durante el siglo de la Ilustración* di José Antonio Maravall, uno dei protagonisti della storiografia spagnola. Una li-

bertà di pensiero ci fu, in tutta Europa (Maravall tende a rifuggire dal considerare la Spagna come un caso eccezionale: è una costante dei suoi scritti), solo limitatamente al pensiero religioso e a una piccola minoranza; Voltaire e Kant escludono da ogni critica il potere civile. "En el tercer cuarto del siglo se está todavía lejos de aceptar la libertad de pensamiento" (p. 49); "y si esto era así, prácticamente, en toda Europa, lo era en mucho mayor medida en España" (p. 50). Jovellanos, come altri, "por dentro va mucho más adelante de lo que deja ver" (p. 52).

Concludendo, dirò che il volume rappresenta una tappa notevole negli studi sul Settecento spagnolo. In parecchi casi, anche nello scritto di Maravall, ho sentito un certo difetto di senso della diacronia. Si tende a prendere troppo sul serio la parola "Settecento", come se il numero sette avesse il potere di unificare ciò che si svolge nel tempo. L'appunto è giustificato anche se in questo specifico caso il cambio di data, coincidendo col cambio di dinastia, ha una certa importanza intrinseca che di solito non ha. Ho notato la pressoché totale assenza del nome di Menéndez Pelayo, cosa che senza dubbio pregiudica l'apertura europea di alcune prospettive, soprattutto per quanto riguarda le idee estetiche; del resto, quasi assolutamente assente è anche la vecchia, unilaterale ma certo non trascurabile, nozione del Settecento spagnolo come secolo neoclassico. Più in generale, ben poco ci si occupa di letteratura, se non subordinatamente allo studio della realtà sociale. (Un accenno dovrà qui essere fatto allo scritto di Aguilar Piñal su *Trigueros y el Poema del Cid*, che contribuisce allo studio di quella riscoperta del passato letterario che fu uno dei meriti del secolo, e che qui è altrimenti lasciata in ombra).

I formalismi e strutturalismi del recente passato, si direbbe, non hanno lasciato traccia negli studi sul Settecento spagnolo. Eppure la presenza francese è forte in questo volume: si conferma il fatto, da me già osservato, che quei formalismi e strutturalismi, giunti in Italia e in Spagna appunto dalla Francia, e ben presenti nei nostri ispanismi, non sono stati invece influenti proprio nell'ispanismo francese, passato dal positivismo, attraverso, diciamo, Bataillon e Escarpit, a Foucault, senza soste jakobsoniane. Cosa che forse conferma la vecchia idea della scarsità, nel Settecento spagnolo, di testi letterariamente eminenti. In questa alquanto avventurosa prospettiva potremmo anche giungere ad una certa nostalgia del primato del testo, così come Wellek dimostra nostalgia per la critica "estetica" di stampo crociano.

Franco Meregalli

Manuel Ciges Aparicio, *El libro de la decadencia. Del periódico y de la política*. Edición de Cecilio Alonso, Alicante, Instituto de Estudios Juan Gil-Alberti, Diputación Provincial de Alicante, 1986, pp. 410.

Hace ya más de veinte años que la crítica ha vuelto a prestar atención a la obra de Ciges Aparicio (1873-1936), pero en Italia este novelista y ensayista valenciano sigue siendo prácticamente desconocido. Ciges gozaba de gran prestigio lite-

rario y moral durante el primer tercio de nuestro siglo y, para encontrar señales tangibles y hasta mundanos de los éxitos de este escritor comprometido (por lo demás nada dado a la mundanería), basta hojear la prensa madrileña en torno al 31 de octubre de 1930, pues dedicó numerosos artículos al banquete que en su honor dieron más de cien intelectuales, entre ellos Valle Inclán, Pérez de Ayala, Azaña y Marañón.

Nora ha visto en Ciges un promotor de la generación del '98; pero a principios de nuestro siglo, cuando la mayoría de su promoción se replegaba con nostalgia sobre el pasado, Ciges — como explica Cecilio Alonso — mantiene su interés en el presente y el futuro. Es sin duda Alonso el investigador que juega el papel primordial en la recuperación de la obra literaria de Ciges: lo prueba de nuevo su esmerada reedición, introducción y anotación de *Del periódico ...* (1907), que ha visto la luz hace pocos meses.

No es fácil determinar el género de esta obra, que tiene, al igual que las tres que la preceden, rasgos de la autobiografía, del relato testimonial y, en menor medida, de la novela. En un estilo objetivista, irónico y pulido, que anticipa ya la escritura de su madurez, Ciges trata aquí de sus experiencias como periodista en dos diarios republicanos. La primera parte del libro abarca sus casi tres años en *El País* (1900-1903), donde había colaborado ya a principios de 1896, es decir, antes de que se incorporasen a la redacción su cuñado Martínez Ruiz y su coetáneo Maeztu.

Ciges representa y analiza la incapacidad e hipocresía y el uso sistemático de la corrupción y del chantaje de los redactores, que 'mejoraban' así su sueldo, efectivamente exiguo: ganaban, como prometió, lo mismo que los obreros no cualificados, y como tales fueron considerados los periodistas por la sociedad española de entonces. Ya que Ciges no participa en los apaños sucios, pero lucrativos, de sus colegas, se ve obligado a compartir la vida de los bajos fondos madrileños, a cuyos goces y miserias dedica páginas de un costumbrismo *sui generis*, irónico y autoirónico. Protagonistas nada idealizados son las calles del viejo Madrid, sus tabernas mugrientas, sus cafés de grata memoria y precios exorbitantes, y la figura conmovedora de Estanislao, Virgilio borracho que introduce al narrador reacio al Madrid del hampa y de la bohemia y que sin duda — Sawa aparte — habrá tenido cierto peso cuando Valle Inclán creaba a su Max Estrella años después.

En la segunda parte del libro, más explícitamente histórica y política, Ciges narra su experiencia como director del diario zaragozano *El Progreso*, cargo al que le llamaron, para que mediara en sus conflictos internos, los republicanos aragoneses. También aquí la redacción resulta ser un nido de egoístas que ponen el periódico y la política al servicio de sus intereses personales, y Ciges la abandona decepcionado, en 1904, después de seis meses. A éstos siguen otros cinco en Zaragoza por haber recibido, del mismo Salmerón, la orden de conspirar con los militares. Como era de esperar, Ciges, que se sitúa en las antípodas de la tradición ruizorrillista, no tiene éxito.

Al igual que futuros relatos del autor, *Del periódico* está escrito en claves que velan la identidad de los personajes criticados. Los años que han pasado entre los hechos y su redacción en 1906 han mitigado las emociones, y sólo en pocas ocasiones el distanciamiento irónico del narrador cede a cierta agresividad. Republica-

no convencido en aquella época, Cigés se duele profundamente de la desorientación y el fraccionismo de sus correligionarios, pero, como subraya Alonso, al contrario de lo que sucede en el *Charivari* de Martínez Ruiz, no cae en el pesimismo y la resignación.

En su introducción y bien documentadas notas Alonso revela las claves, completando y rectificando la monografía de Jesús Arribas. Trata también de la acogida hostil que dio a este libro “escandaloso” la crítica de su época, y sitúa la obra en la historia literaria: *Del periódico* estimuló el desarrollo de nuevos subgéneros, el relato testimonial y la fantasía política, en boga en los años '20 y '30. Además de dilucidar los elementos del texto y del contexto que hoy han caído en olvido — desde periódicos y personajes a teatros y cafés —, explica Alonso las complicadas rencillas en el mundo literario y político, facilitando la comprensión de las múltiples alusiones. Tan exhaustivas son estas explicaciones que, aun empleando la más pérfida pedantería de reseñista, no hemos conseguido completar más que dos cositas: la alusión a “una especie de *Dominicales*” en la p. 232 se refiere a *Las Dominicales del Libre Pensamiento*, semanal madrileño violentamente anticlerical, fundado en 1883 por R. Chés y F. Lozano (“Demófilo”, que, según Gómez Aparicio, estaba vinculado a la masonería); y la exclamación “¡De Rochefort!” p. 191, alude al periodismo batallador de Henri Rochefort, director del diario radical parisino *L'Intransigeant*, y defensor de la causa independentista cubana. (Rochefort no es desconocido a Alonso, que lo ha presentado en una nota a otro libro de Cigés, *Del cautiverio*).

Interesado sobre todo en el valor documental de *Del periódico*, Cecilio Alonso se dedica especialmente al cotejo detallado y crítico de la versión cigiana de los hechos con las versiones de contemporáneos como Baroja, Cansinos Assens, Gómez de la Serna, Lerroux y, por supuesto, los periódicos de la época. Resulta que la memoria de Cigés no falla prácticamente nunca, aunque algunas veces le guste alterar el orden cronológico de los hechos en aras del efecto estético.

Este volumen, que reproduce, salvo algunas erratas, la única edición preexistente, ha llegado en un momento propicio en que sigue creciendo el interés de los hispanistas por las relaciones entre la prensa y la literatura, y tal importancia aumenta por la calidad del estudio crítico.

Silvia Truxa

Luis Buñuel, *Scritti letterari e cinematografici*. A cura di A. Sánchez Vidal, traduzione di D. Pini Moro, Padova, Marsilio, 1984, pp. 269.

La generazione dei grandi vecchi del '27 scompare. Lasciando dietro di sé le tracce di un operare culturale, consegnato dalla loro alla nostra memoria. “Memoria” è proprio il titolo del primo paragrafo del testamento spirituale di Buñuel, *Mi último suspiro*, concluso da alcune pagine allo stesso tempo ferme e straziate: “Desde hace algún tiempo, apunto en un cuaderno los nombres de mis amigos des-

aparecidos. Llamo a ese cuaderno *El libro de los muertos*. Lo hojeo con bastante frecuencia. Contiene centenares de nombres, unos al lado de los otros, por orden alfabético ... Imaginativamente, la vida humana no tiene para mí más valor que la vida de una mosca. Prácticamente, respeto toda vida, incluso la de la mosca, animal tan enigmático y admirable como un hada. Solo y viejo, no puedo imaginar sino la catástrofe o el caos. Una u otro me parecen inevitables. Sé muy bien que, para los viejos, el sol era más cálido en la época lejana de su juventud" (L. Buñuel, *Mi último suspiro*, Barcelona, Plaza y Janés, 1982, pp. 246-248).

E' questo lo sfondo su cui si leggono oggi i suoi *Scritti letterari e cinematografici*; gli scritti di "quando il sole era più caldo", quegli scritti brulicanti di mosche e di insetti che la vocazione di entomologo di Buñuel, come è stata definita, fa trasmigrare dal laboratorio alla pagina letteraria, riflettendosi fin nelle sue ultime parole; quegli scritti densi di esperienze culturali sconvolgenti. Di essi si aveva fin ora conoscenza lacunosa attraverso le appendici raccolte da J.F. Aranda, *Biografía crítica*, Barcelona 1975, a cui anch'io avevo fatto ricorso: fino a che Agustín Sánchez Vidal non li ha pubblicati in *Obra literaria*, Zaragoza, Ed. Heraldo de Aragón, 1982. Nel generale disinteresse italico per la letteratura spagnola è dunque una piacevole novità la tempestiva apparizione degli *Scritti*, importati per interessamento di Giorgio Tinazzi, editi da Marsilio e tradotti con grande competenza da Donatella Pini Moro.

I documenti riuniti sono di prima mano, forniti a Sánchez Vidal da Buñuel stesso, il che costituisce uno dei primi motivi di interesse. I miei pruriti filologici avrebbero apprezzato la completa traduzione del ricchissimo apparato di note; ragioni editoriali, attente a un destinatario italiano non addetto ai lavori, hanno invece suggerito una drastica riduzione dei rimandi più tecnici: sono state però opportunamente allestite delle spiegazioni *ad hoc* per il lettore italiano. Ma le emozioni, vuoi per il conoscitore di Buñuel che per il semplice dilettante, sono assicurate: il commento di Buñuel a *Metropolis* di Fritz Lang (pp. 140-142), o a *Napoleone* di Abel Gance (pp. 147-148); o le surreali *Notizie da Hollywood*: "Menjou sorride enigmatico. Estrae dalla giacca un magnifico portasigarette d'oro, regalo dell'ex-Kaiser. Lo apre e ce lo presenta pieno di baffi. Ne prendiamo un paio e lo ringraziamo calorosamente" (p. 160; che rimanda alle *Variazioni sui baffi di Menjou*, pp. 152-154, paragonati a "uno strano insetto estivo" che vediamo "nel primissimo piano del bacio, posarsi [...] su labbra sensibili come mimose e divorarle intere, coleottero d'amore").

Ecco le curiosità culturali, chiarite debitamente dalle note di redazione: per esempio la polemica avviata dalla pubblicazione di *España en su Historia* di Américo Castro (p. 124). Ecco lo sfilare di quelle che chiamai "metafore ossessive generazionali": il fantasma di castrazione insito nella fanciulla armata di *polisoir* cui è dedicata una poesia (p. 110 e p. 117), poi ripresa nella sceneggiatura de *L'âge d'or*: ancora l'accecamento (p. 117); l'incubo della mano tagliata (pp. 119-201); l'angoscia del più grande di noi (p. 118). Il lettore potrà giocare da solo con questi testi, rapportandoli alle immagini cinematografiche, spesso riproposte anche dalla televisione.

Tra le mille suggestioni da spigolare io chiuderò con una citazione (p. 109) dal *Cane andaluso*, gruppo di testi composti verso il 1927, che può dare idea sia dello

sfondo culturale variegato e ricco di risonanze, sia della sicurezza della traduttrice:

Lacrime o salice sulla terra  
dai denti d'oro  
dai denti di polline  
come la bocca di una ragazza  
dai cui capelli sgorgava il fiume  
in ogni goccia un pesciolino  
in ogni pesciolino un dente d'oro  
in ogni dente d'oro un sorriso di quindici anni,  
perché si riproducano le libellule  
A cosa può pensare una fanciulla  
quando il vento le scopre le cosce?

Maria Grazia Profeti

Mario Caciagli, *Elezioni e partiti politici nella Spagna postfranchista*,  
Padova, Liviana Editrice, 1986, pp. 266.

La lenta e controllata agonia del franchismo e il passaggio indolore alla democrazia hanno suscitato un'ampia letteratura politica sia in Spagna che all'estero. Tra tanti articoli e saggi più o meno validi vorrei segnalare il bel libro di Mario Caciagli, che contiene un lucido e dettagliato esame della cosiddetta "transizione", della quale definisce i termini *a quo* e *ad quem* e, all'interno di essi, i ritmi del mutamento.

Nella parte introduttiva Caciagli distingue tra transizione istituzionale — iniziata con l'approvazione della *Ley de reforma política* (novembre 1976) e terminata con la promulgazione della Costituzione (dicembre 1978) — e transizione politica. Quest'ultima — che inizia con le decisioni politiche precedenti i cambi istituzionali e finisce con l'effettiva instaurazione della democrazia — non sarebbe iniziata secondo l'autore con la morte di Franco, ma solo con la nomina a presidente del governo di Adolfo Suárez (luglio 1976), che avviò il processo della *reforma política*; e non sarebbe terminata con nessuna delle svolte repute decisive (referendum sulla riforma, prime elezioni libere, approvazione della Costituzione ...), ma solamente con la vittoria del PSOE nelle elezioni dell'ottobre 1982.

Nella prima parte del saggio Caciagli analizza le tre elezioni generali tenutesi in questo periodo e il sistema elettorale. Per ogni elezione esamina le caratteristiche dei partiti in lizza e dei loro *leaders*, l'andamento delle operazioni di voto, i risultati e le cause socio-economiche e storiche del comportamento elettorale sia a livello nazionale che regionale. L'analisi viene svolta in modo rigoroso e documentatissimo e viene illustrata da numerosi grafici, tabelle e mappe. Riassumerò per sommi capi. Le elezioni del 1977 costituirono una sorta di plebiscito a favore del cambio di regime e dell'avvento della democrazia dei partiti, e diedero come ri-

sultato la vittoria dell'UCD e un sistema molto vicino al bipartitismo (UCD e PSOE); in questa consultazione elettorale le tensioni autonomistiche e nazionalistiche rimasero contenute nei limiti del sistema dei partiti di impianto "statale". Tuttavia l'agire confuso e verticista dei grandi partiti (che consumavano la loro energia nella ricerca di convergenze e trascuravano la loro funzione di cerniera tra Stato e società), la politica del consenso, la disattesa di grandi aspettative, il rinvio della soluzione di grandi problemi (primo tra tutti quello delle autonomie), causarono profonde delusioni, facendo allontanare soprattutto i giovani e le classi operaie dalle strutture. Proprio questo *desencanto* provocò il forte aumento dell'astensionismo nelle elezioni del 1979, mentre le tensioni autonomistiche basche, catalane, andaluse e canarie favorirono i partiti autonomisti a scapito dei grandi partiti "statali". Ne uscì un sistema partitico di modello pluralistico, pur conservando UCD e PSOE le loro percentuali pressochè immutate a livello nazionale. Le elezioni del 1982 rappresentarono invece un vero cataclisma elettorale: clamorosa vittoria del PSOE, caduta precipitosa della UCD, considerevole crescita di Alianza Popular (AP) e pesante cedimento del PCE; tra le liste nazionalistiche ressero solo le basche e le catalane. Ne uscì così un sistema partitico sbilanciato, a partito dominante. Secondo Caciagli, malgrado nel 1982 la fase di assestamento non fosse ancora chiusa, la vittoria del PSOE rappresentò il pieno consolidamento della democrazia; la maggioranza data al PSOE significò infatti rifiuto e condanna del golpismo, difesa delle libertà, aspirazione a che lo Stato franchista si trasformasse definitivamente. L'elevata affluenza alle urne dimostrò inoltre un'autentica volontà del popolo di partecipare a questa svolta. Si chiuse così la transizione politica, la cui eccessiva durata (sei anni) e la cui ambiguità sarebbero dipese soprattutto dal fatto che la transizione fu gestita dall'alto da un ceto politico che usciva direttamente dal vecchio regime, nonché dal fatto che i grandi partiti cercarono ad ogni costo di salvare la politica del consenso.

Per quanto riguarda il sistema elettorale, quello adottato per le elezioni del 1977 fu concepito per favorire il successo di una grande coalizione moderata; favoriva infatti le liste maggiori e premiava in seggi i piccoli collegi delle province meno popolate e meno sviluppate (e, almeno nella tradizione, più conservatrici). Il fatto che la Costituzione del 1978 sancisse lo stesso criterio fu il frutto della politica del consenso, ma secondo Caciagli fu un grosso freno alle prospettive di innovazione. Per le elezioni del Senato, per esempio, "l'adozione delle province come circoscrizione elettorale, [...] cioè l'abbandono del principio della Camera alta come camera delle autonomie, non rappresenta solo una sterzata conservatrice [...] essa è venuta a chiudere una valvola istituzionale che poteva rappresentare [...] un mezzo per risolvere, prima e meglio, il più grave problema della Spagna postfranchista, quello appunto delle nazionalità" (p. 100). Vorrei aggiungere, con Portero Molina, che il bicameralismo spagnolo, così com'è articolato nella Costituzione, risulta veramente inutile, data la mancanza di un'adeguata differenziazione di composizione e di funzioni (che variano solo in ampiezza) tra le due Camere; tuttavia, perché scartare l'ipotesi che il Senato sia rimasto in vita, sia pur monco e scialbo, per lasciare aperta nel momento opportuno la possibilità di trasformarlo in vera e propria Camera rappresentativa delle Comunità autonome? E prendendo lo spunto da questa considerazione vorrei rilevare che Caciagli è portato in genere

a sottolineare quasi esclusivamente i lati negativi della politica del consenso. Certamente la sua azione è stata ritardante, ma ciò non significa che non sia stata necessaria per assicurare una transizione "indolore". Non bisogna infatti dimenticare la situazione spagnola alla morte di Franco, e soprattutto la carenza di organizzazione e di quadri della maggior parte dei partiti, la mancanza di politicizzazione delle masse e la paura del ripetersi di una guerra civile; né vanno sottovalutati durante la transizione il pericolo sempre latente di un golpe militare, il terrorismo e la crisi economica, che suggerivano prudenza e lentezza nel mutamento, proprio per garantirne la continuità. Tenuti presenti questi fattori a me pare che, malgrado le incertezze e gli errori di questa fase di transizione, un periodo di sei anni per consolidare la democrazia non debba considerarsi eccessivamente lungo.

Nella seconda parte del saggio Caciagli analizza i due partiti maggiori della transizione, il PSOE e l'UCD. Il capitolo dedicato al PSOE è costituito da un suo articolo dei primi mesi del 1982. Anche se molti punti rimangono validi (formazione ed evoluzione del partito, sue debolezze e carenze, insufficiente organizzazione dei suoi quadri, sua organizzazione interna, composizione del suo elettorato e sue motivazioni), il capitolo risulta vecchio in rapporto al libro (è infatti precedente alla vittoria del PSOE nelle elezioni del 1982) e a volte un inutile doppione della prima parte (mi riferisco per esempio all'analisi a livello nazionale e regionale dei risultati elettorali). Di ben altro respiro è il capitolo sulla UCD e il suo crollo. Caciagli non considera la UCD, come molti critici, un partito di transizione, ma, dimostra — confrontandola con un modello da lui creato di partito conservatore moderno — che aveva molti dei requisiti necessari per essere un solido partito di centro-destra: partito interclassista, non confessionale, con la "base di massa" dell'elettorato centrata sui ceti medi e medio-bassi e la "base di riferimento" formata dai grandi poteri economici, sociali e confessionali. Perché dunque il crollo? L'autore avanza tre ipotesi: debolezza organizzativa, accentuata conflittualità interna, cultura politica della sua élite. Caciagli ritiene quest'ultima (che in qualche modo comprende anche le altre due) l'ipotesi più plausibile; i *leaders* della UCD infatti, dotati di poteri e di prestigio esterni al partito e precedenti alla nascita della democrazia, avrebbero coltivato le loro ambizioni personali e i loro progetti particolari, non sapendo mai piegarsi ad un programma comune. Prendendo spunto dal crollo dell'UCD, Caciagli affronta la questione più ampia della possibilità di costituzione di un grande e moderno partito conservatore nella Spagna postfranchista e giunge alla conclusione che la borghesia spagnola ha dimostrato — come in altri periodi storici — di non sapersi organizzare politicamente a causa della mancanza di un ceto politico all'altezza di tale compito. Tuttavia, secondo l'autore, la creazione di una grande forza organizzativa moderata e democratica sarebbe vitale per il buon funzionamento del sistema politico spagnolo: nel breve periodo, per colmare il vuoto creatosi tra la destra e il PSOE; nel lungo periodo, per fornire garanzie di controllo e di potenziale alternativa.

In appendice vengono infine riportate cinque interviste del 1981: una con un intellettuale di sinistra (J. Vidal Beneyto) e le altre con uomini politici del PSOE e del PCE (J.M. Maravall, F. Claudín, Alonso Puerta e E. Curiel). Con esse si riporta il parere della sinistra sulla transizione, ma per avere un quadro completo penso sarebbe stato opportuno inserire anche il parere di qualche uomo dell'UCD e di

AP. Il fatto è che l'autore, chiaramente di sinistra, non sempre riesce a mantenere quell'obiettività che osserva invece scrupolosamente nell'analisi dei dati.

Nel complesso, comunque, ci troviamo di fronte ad uno studio intelligente, rigoroso e ben documentato della singolare esperienza spagnola di mutamento politico-istituzionale; studio che, come dice il titolo, sceglie come punti focali il sistema dei partiti e il comportamento dell'elettorato, il primo come asse portante del nuovo regime democratico, il secondo come verifica del consenso al sistema politico. Due aspetti fondamentali, ma che tralasciano — come riconosce lo stesso autore nell'introduzione — l'esame di altre forze che hanno favorito (per esempio la monarchia, associata al mantenimento dell'ordine democratico) o frenato (per esempio i militari, sempre pronti a un intervento golpista) la transizione spagnola. Penso che un'analisi comprensiva di tutti questi fattori porterebbe, a volte, a conclusioni diverse.

Maria Giovanna Chiesa

Rosa Maria Grillo de Filippo, *Racconto spagnolo. Appunti per una teoria del racconto e le sue forme*, Salerno, Palladio Editrice, 1985, pp. 117.

Rosa Maria Grillo, giovane ricercatrice di Palermo, con il *Racconto spagnolo*, tenta di definire "un'estetica e una struttura del Racconto e descriverne i rapporti con le forme coeve di narrativa" (p. 71). Il libro è diviso in due parti: nella prima si espone l'aspetto teorico e nella seconda vengono individuate le principali linee di una storiografia del racconto tra '800 e '900 in Spagna. Autori fondamentali per la cultura letteraria spagnola vengono focalizzati nel loro rapporto di scrittura con il racconto, in pagine che sono utili al lettore specializzato per la consultazione di una sorta di repertorio specifico del genere racconto.

Nella prima parte R.M.G. illustra le definizioni che del *cuento* (e/o del *relato*) sono accessibili attraverso lo studio comparativo di lessemi affini tratti dall'italiano (*novella e racconto*), dal francese (*récit e/o conte*), e ricavando la definizione finale — sempre ambigua — attraverso l'accostamento e la differenziazione con altri termini spagnoli.

Fin da questo primo capitolo l'A. si serve di una vasta bibliografia e riporta un ampio ventaglio di giudizi di studiosi — soprattutto spagnoli ma non solo — che si sono occupati dell'argomento. Per quanto riguarda lo studio etimologico di *contar* l'A. si rifà all'*exemplum* medioevale, ritenuto l'antecedente più diretto del *cuento*, e ne ripercorre tutte le trasformazioni avvenute in epoche successive, fino ad arrivare al Realismo e al Naturalismo e in particolare a una autrice come Emilia Pardo Bazán, considerata l'introduttrice del termine *cuento* nell'accezione moderna. L'A. prosegue trattando del racconto moderno, pur tenendo presente l'invalidabile imprecisione di ogni classificazione, in quanto "sono tali le diversità tra le diverse forme di narrativa breve [...] che si potrebbero individuare infiniti generi

diversi, ma allora la frantumazione del *corpus* letterario sarebbe tale da rendere impossibile ogni raggruppamento a posteriori” (pp. 33-34).

Le prime caratteristiche definitorie colte dall’A. — tensione emotiva, unità d’effetto e d’impressione — sono tratte da Edgar Allan Poe, e con leggere varianti saranno sostanzialmente la base per le numerose definizioni di altri studiosi e scrittori riportate in seguito, quali quelle di R. Castagnino, A.M. Matute, Cortázar, Borges, ecc. Infine, questa prima parte viene conclusa con un lungo capitolo dedicato al confronto tra romanzo, *nouvelle* e racconto. Se fino a qui R.M.G. si era occupata della storia del racconto, ora vuole definire una teoria del racconto, definizione tuttora in corso di formazione e sostanzialmente di difficile delineazione proprio a causa della natura ambigua del genere. Anche in questo caso l’A. analizza quanto critici, studiosi e autori hanno scritto sull’argomento, sottoscrivendo o confutando di volta in volta le varie asserzioni. Le caratteristiche originali del racconto per R.M.G. sono — seguendo in gran parte la posizione di C. Mastrangelo — la lunghezza breve, il carattere di tensione e compiutezza della *fabula*, l’iniziare il racconto in *medias res*, e l’uso particolare del finale a cui si arriva in un crescendo che deve sciogliere la tensione instaurata fin dalle prime pagine. Interessante è sottolineare la capacità del genere a cogliere più facilmente di altri la globalità della realtà. Di tutte le caratteristiche riportate, l’unica confutabile è la lunghezza, la sola atta a differenziare un racconto da un romanzo.

La mancanza di una definitiva finalità del racconto — genere suscettibile di spostamenti verso altri generi — rende poco chiara e forse impossibile una definizione delle leggi interne che lo regolano e lo distinguono dal romanzo. Ritengo che il criterio di lunghezza sia ancor oggi funzionale a definirlo. La stessa A. scrive: “Una delle costanti — teoricamente rifiutata come discriminante, ma accettata per motivi commerciali ed editoriali — è senz’altro la brevità del *Racconto*, che appare però più una conseguenza di altre caratteristiche interne che elemento costitutivo autonomo” (p. 84).

La conoscenza dei complessi culturali costituisce un elemento indispensabile, concreto e oggettivo per l’individuazione dei generi letterari. Importante per la definizione del racconto è l’intenzionalità dell’emittenza e il rapporto che si stabilisce fra quest’ultima e la ricezione. Inoltre il criterio di brevità opposto a quello di lunghezza è fondamentale, più importante dei criteri di catalogazione contenutistica o formale così cari alla tassonomia moderna. La classica *brevitas* è elemento che serve a formalizzare il testo in quanto detta delle regole compositive che permettono di strutturarne nella sua originale forma letteraria. La brevità determina inoltre una condizione di durata, una progressione lineare non spezzata, una misura psicologica, o — come scrive la stessa R.M.G. — una tensione emotiva.

La solida tradizione iberica del racconto — data dalla mescolanza della raffinatezza romanza con la ricchezza tematica araba ed ebraica — risiede nel cosciente progetto di riscrittura moderna di un intero patrimonio narrativo, una scelta di prosa nella quale si sigilla il totale riscatto del racconto dalla sua marginalità e la piena consapevolezza del suo prestigio letterario, particolarmente vitale in ambito latino-americano. La complessività e l’importanza della creazione del racconto è data da questa concisa affermazione del *cuentista* argentino; Cortázar: “Lo escribí ex-

tenso (il testo narrativo) porque no tuve tiempo de escribirlo más corto" (p. 86).

Difficile obiettivo, quello inseguito da Rosa Maria Grillo, poiché il racconto è un genere sempre vitale e in continua evoluzione proprio per la sua capacità di cogliere la realtà globalmente. L'esegesi attenta e puntuale degli scritti dei maggiori studiosi sull'argomento, di cui l'A. dà testimonianze concrete — alcune delle quali forse troppo atomizzate — e un'ampia scelta di esempi rendono il *Racconto spagnolo* un libro interessante, estremamente ricco di riferimenti bibliografici e utili per gli specializzandi in letterature iberiche.

Susanna Regazzoni

AA.VV., *5 pesetas di stelle*, Bari, Edizioni "La Vallisa", 1985, pp. 100.

Nella antologia *5 pesetas di stelle* (traduzione di Emilio Coco, interventi critici di Daniele Giancane e Anna Santoliquido) appaiono i nomi di quattordici poeti, giovani e meno giovani, in cui si riflettono variamente, e sempre in modo personale, motivi abbastanza nitidi nella contemporanea lirica iberica. Questa silloge può valutarsi come contributo alla conoscenza dei nuovi protagonisti di una poesia che contrasta notevolmente con il gruppo dei Caballero Bonald, Goytisolo e Valverde.

I poeti presenti nella raccolta sono nati tra il 1940 e il 1953; il che comporta l'aver assistito al maggio francese e in qualche modo vissuto il '68; ecco perché per alcuni di loro è questo l'inizio di un esercizio di scrittura che diffida di "istituzioni" e di "maestri". La generazione ha diversi centri di provenienza: Alejandro D. Amusco (Murcia, 1948), Victor Botas (Oviedo, 1945), Alfredo Buxán (La Coruña, 1950), Guillermo Carnero (Valencia, 1947), Luis A. de Cuenca (Madrid, 1950), Luis A. de Villena (Madrid, 1951), Antonio Enrique (Granada, 1953), José Luis Falco (Valencia, 1952), José L. García Martín (Cáceres, 1952), Clara Janés (Barcelona, 1940), Jesús Munárriz (San Sebastian, 1940), Pedro J. de la Peña (Santander, 1944), Eloy S. Rosillo (Murcia, 1948), Ana Rossetti (Cádiz, 1950). Tranne Clara Janés, il cui primo libro *Las estrellas vencidas* risale a 1964, il loro operare ha inizio intorno a gli anni '70, mentre i più giovani, Buxán e Rossetti, si danno a conoscere nel 1980. Dalle sommarie note bio-bibliografiche (pp. 59-63) veniamo a sapere che, in gran parte dei casi, questi poeti svolgono contemporanea attività di professori e traduttori, il che spiega l'insistenza con cui ricorre in loro la riflessione critica.

La generazione, più che costituire un gruppo, riflette vicende diverse, del tempo storico e dell'ambiente in cui ciascuno dei componenti nasce. La scelta del traduttore è ovviamente parziale ma nel senso che vorrebbe enucleare quanto di più spiccatamente personale ha ciascun autore.

La prima impressione del lettore è quella di trovarsi dinanzi a una poesia non "sociale" né "obiettiva", nella misura in cui vi si intravedono certe costanti di quel "culturalismo" che caratterizza specialmente alcuni di questi poeti — Carnero, Buxán, Rosillo. In apparenza più vicini, nelle intenzioni, ai "modelli europei" che

non a quelli di casa. Altre coordinate riscontrate nella breve raccolta sono: l'ironia di Victor Botas (pp. 20-21) e di Pedro J. de la Peña (p. 35), la tradizione colta e il gusto per la citazione dotta e il frammento di Alfredo Buxán (p. 23).

Nella introduzione si sottolinea "la fiducia incorrotta nella parola poetica come comunicazione, trasmissione, magia" (p. 3). Una parola poetica che è tutt'uno con la ricerca di un linguaggio personalissimo, a volte con esigenze assai particolari che vanificano ogni tentativo di "raggruppamento". Daniele Giancane sottolinea inoltre la notevole influenza della cultura italiana in generale: dai classici a Pavese fino a Sandro Penna (L.A. de Villena, pp. 30-32), attraverso la pittura di Giorgione (Carnero, p. 25) e la visione "turistico/storica" di città quali Firenze e Venezia (García Martín, pp. 41-43). Di passaggio ricordiamo che un altro poeta, Antonio Colinas, nel 1977 ha curato un'antologia di *Poetas italianos contemporáneos* e che più tardi ha tradotto Leopardi.

Dalla presente scelta ci piace rilevare alcuni nomi che presentano buone caratteristiche di poeti di razza. Ci riferiamo in particolar modo a Guillermo Carnero, Clara Janés e Luis Alberto de Cuenca. Il primo, di cui G. Allegra (*L'anno di poesia*, 1 [1986] pp. 39-65) ha tradotto e presentato alcune poesie, esprime una delle voci liriche più significative della sua generazione. Carnero torna a un estetismo intriso di letture erudite, dalle quali fa dipendere una visione del mondo in cui la poesia è un mezzo di ricerca che lavora in un continuo rinnovamento formale. Non è essa stessa un fine ma un ponte verso una realtà metastorica. Carnero è poeta che si muove agilmente tra la razionalità e i riferimenti estetico-fantastici, quali premesse di componimenti estremamente "letterati" dove il passato illumina il presente.

Di Clara Janés ricordiamo la lunga meditazione intima che si dilata verso mondi esterni costituiti da realtà diverse: pietre, animali, scorci di paesaggio, oggetti che costituiscono l'habitat dell'uomo. Ma ciò, al contrario di come spesso accade, non le fa perdere di vista il ritmo e la parola, nodi centrali della sua sperimentazione lirica. La Janés si mostra particolarmente attratta dal linguaggio del corpo donde una esplorazione di immagini tra il carnale e il paradisiaco scopre una passionalità tutta femminile e senza remore: "... ho saputo infine cosa fosse un violento trasporto, l'agilità vibratile, / le cavità malate nella carnosa polpa / soavemente dischiusa / fino al limite deiscende, / il perfetto ingranaggio, / la densità precisa d'umori sprigionati, / l'inclinazione opportuna, / la posizione esatta / e la saggezza del silenzio, / ..." (pp. 44-45). Una movenza che ci ricorda la poesia della nostra Patrizia Valduga (*Medicamenta*, Guanda, Milano, 1982), dove non mancano i segni della dominata *sauvagerie* rivestita da una musicalità "di testa" costruita attraverso il ritmo sillabico martellante e onomatopeico: "Io per la voglia scoppio a mi sconsolo / Oh se potessi scagliarmi al suo collo, e non destarlo ... e strascinarli al suolo / e con lascivo assalto, anche il midollo / succhiargli ... o con audaci mani a volo / provarne gli inguini ... Avida controllo / che fa di lui la sua notte testarda, / la mia che come astuta, tarda e tarda". Nella Janés c'è invece un abbandono più contemplativo di fronte ai simboli e ai momenti in cui si manifesta l'eros.

Di altro taglio sono le poesie del più giovane Luis Alberto de Cuenca del quale ricordiamo, accanto alla già consistente opera poetica, quella di filologo e di erudito. Ciò che appare da due o tre componimenti è la sua capacità di coniugare morte

e ironia, piacere degli occhi e riscontri quasi espressionistici del dolore, ovvero di una sua vicaria proiezione olfattiva (vedi per esempio "Quando abitavi nella Castellana" che però avrei tradotto "Castigliana": pp. 27-28). Espressioni come "estratto di tragedia", "aroma di martirio" sono introduttive al più riuscito componimento "La bugiarda". Infine dobbiamo registrare con soddisfazione come il lavoro di Luis Alberto de Cuenca abbia trovato un giusto riconoscimento con il Premio de la Crítica recentemente concessogli proprio per *La caja de plata* (Renacimiento, Sevilla 1985) da cui sono tratti i componimenti di questa *Antologia*.

Delle traduzioni diremo che Emilio Coco ha cercato, come scrive, di "riprodurre in italiano" le forme significative; l'assenza del testo spagnolo nuoce anche a una lettura che si voglia soltanto distesa, perché il pure apprezzabile lavoro del traduttore non riesce, a parer nostro, a creare un'atmosfera così tesa tra il ludico-erudito, l'erotico e il frivolo-funambolesco che costituisce la cornice in cui si muove la generazione presentata: secondo Carlos Bousoño, la terza del dopoguerra.

Lucrecia B. Porto Bucciarelli

\* \* \*

Mario Hernández Sánchez-Barba, *Hernán Cortés*, Madrid, Historia 16-Quorum, 1987, pp. 153.

Nella collana "Protagonista de América", progettata in vista del V Centenario della scoperta dell'America, appare questo interessante volume del noto studioso spagnolo di cose americane. Ciò che richiama l'attenzione è, nel libro, oltre all'agilità dell'esposizione e alla pregnante illustrazione degli eventi relativi alla vita e all'impresa di Cortés, la focalizzazione particolare dell'esistere del conquistatore del Messico.

Il Sánchez-Barba riscatta completamente la figura del conquistatore e di lui fa, per quanto riguarda il mondo americano, l'antesignano di un atteggiamento fondamentale per una relazione diversa tra conquistati e conquistatori. Le disavventure dell'eroe nei confronti dei ministri dell'autorità regia e la sua pervicace resistenza ai soprusi della burocrazia, danno ragione di un atteggiamento nel quale già i francescani avevano fermamente creduto: Cortés è l'iniziatore, l'artefice di un mondo nuovo, nel quale l'indigeno, dopo l'inevitabile violenza della conquista, era destinato ad avere una dignità non inferiore a quella degli spagnoli. I numerosi interventi di Cortés in tal senso sono prova efficace del suo intendere il Nuovo Mondo, meglio la Nueva España, come la rifondazione di un regno di armoniosa convivenza, sotto il segno della croce, intesa come simbolo del riscatto. Non v'è dubbio che i francescani, tra essi Motolinía, si entusiasmassero giustificatamente, nel loro zelo millenarista, per l'uomo eccezionale.

Personaggio abile, certo, Cortés, ma soprattutto ardimentoso. Non freddo e insensibile come si è preteso, bensì aperto alla tragedia da lui stesso provocata nel

mondo americano e teso a difenderlo dalla rapacità dei connazionali e dalla loro incomprendimento. Il Sánchez-Barba traccia un efficace ritratto dell'uomo e del condottiero, sagace e ardito, abile, ma umano, e soprattutto ne rende l'intima dimensione spirituale, mostrandolo alla fine dignitoso, ma impotente, davanti all'eterna indifferenza del potere, al quale peraltro era egregiamente servito.

Una figura di profonda umanità, quella tracciata dallo studioso. Il libro è lettura appassionante, tutta chiaroscuri e luminosità improvvise, nella narrazione di un'avventura umana che il lettore non può non vivere con partecipazione. Non ci si nasconde che, a chi non è spagnolo, può suonare stonata la celebrazione di un personaggio come il "gran Cortés" (p. 138), l'uomo che il 2 dicembre 1547 moriva a Castilleja de la Cuesta, in vana attesa di ritornare al suo Messico, dove, almeno, il suo corpo inanimato pretendeva, se l'avesse colto prima la morte, come fu, giungesse. Quando l'autore di questo libro afferma che Cortés fu il fondatore della Nueva España e che occupa il suo posto nella legione degli spagnoli "que dieron el ser a América, el Nuevo Mundo" (p. 138), non possiamo non comprendere il legittimo orgoglio dell'autore, malgrado tutti i tentativi di demitizzazione di ciò che fu la grande avventura della conquista. Il valore degli uomini, le imprese nelle quali il loro ardire si dispiega, non possono non imporsi per se stesse, per la loro ardentità, pur senza dimenticare i fatti tragici sui quali si fondano.

Credo che il libro del Sánchez-Barba, ad ogni modo, conservi un sostanziale equilibrio e induca a riconsiderare con atteggiamento più sereno e comprensivo l'uomo Cortés e la sua vicenda terrena. Esempio inoltre dell'ingiustizia della fortuna, nonostante le ingenti ricchezze accumulate e il marchesato, e dell'ingratitude degli uomini, soprattutto se potenti, temi sempre di profondo richiamo sul lettore.

Ciò che colpisce negativamente nel testo che qui si commenta è l'abbondanza degli errori di stampa, che davvero sconcerta, tanto più se si considera che è caratteristica negativa di tutti i volumi fino ad ora pubblicati nella collana, oltre una quindicina.

Giuseppe Bellini

Bartolomé de Las Casas, *Brevissima relazione della distruzione delle Indie*. A cura di Cesare Acutis, Milano, Mondadori, 1987, pp. 140.

Mentre mi accingevo a recensire quest'ultima pubblicazione dell'ispanista Cesare Acutis, mi è giunta improvvisa la triste notizia della sua prematura scomparsa. Queste righe hanno, quindi, il significato più di un ricordo e di un omaggio che di una segnalazione. Cesare Acutis era un personaggio col quale non avevo occasione di frequenti contatti, ma sempre avevo avuto per lui molta stima come studioso, e un'istintiva cordialità intercorreva tra noi. Allo studioso era giusto riconoscere una grande sensibilità, acutezza d'ingegno e autonomia di giudizio. Autore di non molti scritti, ma di rilievo nel nostro ispanismo — tra essi lo studio dedicato a *La leggenda degli Infanti di Lara* (1978) e l'importante saggio introduttivo alla edizione del *Cantare del Cid* (1986) —, l'Acutis si era interessato anche alla letteratura ispa-

no-americana, dai *Naufragios* di Cabeza de Vaca a Borges, in saggi finemente critici. Il ritorno ultimo a un classico dell'area americana, pur spagnolo, certo, ma che tanto significato ha nella storia spirituale dell'America, viene a confermare l'ampiezza, e la profondità, degli interessi dello studioso e soprattutto la sua sensibilità nei confronti del dramma umano che la conquista rappresenta.

Del noto libretto del Las Casas Cesare Acutis traccia, nell'Introduzione, la storia, sottolinea il significato, richiama l'attualità, in questo particolare momento celebrativo, in vista del quinto centenario della scoperta dell'America, contrapposizione evidente dell'atteggiamento che domina le manifestazioni ufficiali della Spagna. All'invincibile, e per molti versi comprensibile, rigurgito dell'orgoglio nazionale, per il quale l'impresa americana diviene epica, opporre la voce del Las Casas, per quante riserve si possano muovere circa la reale attendibilità *in toto* della sua denuncia, ha il significato di un voluto contrasto. Si ha, infatti, un bel richiamare la "Leyenda negra", pur reale, che fa del libretto del frate uno strumento politico anti-spagnolo, ma l'immagine della conquista diffusa dalla *Brevissima relazione* è, oggi più che mai forse, inquietante. Certamente di proposito l'Acutis propose l'opera all'editore, in questa particolare occasione: egli intendeva di sicuro, conoscendone l'impegno, riportare dalla retorica celebrativa alla più cruda realtà, quella della carneficina compiuta sugli abitanti del Nuovo Mondo, pur accettando molti attestati positivi della coscienza spagnola di fronte all'azione svolta dai conquistatori nel mondo americano, tra essi l'accanito dibattito intorno alla legittimità della conquista e dell'asservimento di popoli liberi. Quanto meglio sarebbe stato per la Spagna celebrare il contatto tra essa e l'America ristampando le opere di coloro che lo videro come inquietante problema di coscienza e mostrarono sentimenti profondamente umani nei confronti di una tragedia senza più rimedio. La storia è quello che è, ma almeno varrebbe la pena di abbandonare l'esaltazione delle tragedie cui dà luogo.

Partendo dal sermone pronunciato dal Montesinos la terza domenica d'Avvento nella chiesa di Santo Domingo, la conversione del conquistatore ed *encomendero* Las Casas si dirige verso una combattiva attività di difesa dell'indio; incurante di opposizioni e di minacce egli finirà per essere l'"Apostolo delle Indie", la coscienza rimordente del conquistatore. Las Casas ricorda il tremendo effetto del sermone del frate, sul tema dei farisei che, chiesto a San Giovanni Battista chi egli fosse, ne ebbero per risposta: *Ego vox clamantis in deserto*. Incurante delle minacce degli *encomenderos* e dello stesso Diego Colón, il predicatore dava inizio a un duro atto di accusa, che il Las Casas ancora sente risuonare in sé a distanza di tempo. Nel terzo capitolo, terzo libro, della *Historia de las Indias* scrive:

[...] Hecha su introducción y dicho algo de lo que tocaba a la materia del tiempo del Adviento, comenzó a encarecer la esterilidad del desierto de las conciencias de los españoles desta isla y la ceguedad en que vivían; con cuanto peligro andaban de su condenación, no advirtiendo los pecados gravísimos en que con tanta insensibilidad estaban continuamente zabullidos y en ellos morían. Luego toma sobre su tema así: "Para os lo dar a cognocer me he salido aquí, yo que soy voz de Cristo en el desierto desta isla, y por vuestro corazón y con todos vuestros sentidos, la oigáis;

la cual voz os será la más nueva que nunca oísteis, la más áspera y dura y más espantable y peligrosa que jamás no pensásteis oír”. Esta voz encareció por buen rato con palabras muy pugnativas y terribles, que los hacían enternecer las carnes y que les parecía que ya estaban en el divino juicio. La voz, pues, en gran manera, en universal encarecida, declaróles cuál era o qué contenía en sí aquella voz: “Esta voz, dijo él, que todos estáis en pecado mortal y en él vivís y morís, por la crueldad y tiranía que usáis con estas inocentes gentes. [...]”.

Il domenicano prosegue spietato nella denuncia dei misfatti dei conquistatori, ma, osserva amaramente il Las Casas, che da quanto poi capì, nessuno rimase convertito. Tutto continuò come prima, anzi peggio di prima, con l'estendersi della conquista al resto del mondo americano. Di qui la lotta instancabile del frate e la durissima denuncia nella *Brevissima* (1552), libro destinato a suscitare tanto scalpore in Europa.

Lo scritto di Bartolomé de Las Casas è attestazione rilevante del suo spirito generoso, mosso dalla carità verso gli uomini, a qualunque razza e mondo appartengano. Nel *De regia potestate* egli dichiara che Dio non ha fatto l'uomo servo, “sino que a todos concedió idéntica libertad” e che questa “es un derecho inherente al hombre necesariamente y desde el principio de la naturaleza racional, y es por eso de derecho natural, como se dice en el Derecho: *existe idéntica libertad para todos.*” (*De regia potestate*, p. 263). Più oltre afferma che “La libertad [...] jamás puede perderse por prescripción” (*ivi*, p. 265), e sostiene l'origine popolare del potere, quindi che le “rentas reales y tributos fueron pactados entre los reyes y los pueblos desde el comienzo del régimen político. Por consiguiente, sólo por libre consentimiento del pueblo han adquirido valor jurídico. Así que ninguna limitación a la libertad es legítima sin el consentimiento popular.” (*ivi*, pp. 267-268).

Queste idee, difese con ardore, videro il Las Casas in aperta e dura polemica con Sepúlveda, che riuscì a sconfiggere. Naturalmente, nella sua campagna generosa il frate trovò ammiratori entusiasti e acerrimi nemici. Quando ebbe la nomina a vescovo di Chiapas, nel Guatemala, dove la sua campagna di pacificazione aveva avuto successo in quella regione che fu poi chiamata della “Vera Paz”, e si recò a prendere possesso della diocesi, la sua vita corse serio pericolo. Gli *encomenderos*, ai quali rifiutava l'assoluzione se prima non avessero ridato la libertà ai loro indios e restituito il maltolto, tentarono di ucciderlo. Ma contro ebbe anche personaggi illustri, come il vescovo di Guatemala, e lo stesso “Motolinía”, che scrisse una velenosa *Carta* di denuncia all'imperatore. Amareggiato Las Casas tornò in Spagna, ma per continuare la sua campagna. I convinti delle sue idee erano sempre più numerosi; la sua fu ritenuta da molti la parola di un uomo santo e fece breccia profonda nelle anime. Si doveva arrivare ai tempi nostri per udire, dal Menéndez Pidal, l'accusa di paranoico nei confronti del frate.

La *Brevissima* è un testo di grande rilievo. A un mondo fatto di genti che Dio creò “las más simples, sin maldades ni dobleces, obedientísimas, fidelísimas a sus señores naturales y a los cristianos a quien sirven; más humildes, más pacientes, más pacíficas y quietas, sin rencillas ni bullicio, no rijosos, no querulosos, sin ren-

cores, sin odios, sin desear venganzas, que hay en el mundo”, il frate contrappone un mondo bestiale, che crudamente denuncia nelle sue scelleratezze, partendo dal primo arrivo all’Espanola. L’iniziale visione idilliaca colombiana dell’abitante del Nuovo Mondo è confermata dal Las Casas e con essa più contrasta la condotta dei conquistatori. Cito dalla traduzione di Cesare Acutis:

Entravano nei villaggi e facevano a pezzi tutti, senza risparmiare vecchi né bambini e sventrando le donne, pregne o puerpere che fossero: era come se prendessero d’assalto agnelli rifugiati nei loro ovili. Facevano scommesse a chi sarebbe riuscito a fendere un uomo in due con una sola scia-bolata, a tagliargli la testa d’un colpo di picca oppure a sviscerarlo. Strap-pavano gli infanti dai petti delle madri, e tenendoli per i piedi ne fracassavano le teste contro le rocce. Altri se li gettavano dietro le spalle precipi-tandoli nel fiume con grandi risate e motteggi, e stavano poi a osservare la creatura nell’acqua dicendo: “Corpo di mille diavoli, guarda come sco-dinzola”. Altri li infilzavano con la spada insieme alle madri e a quanti si trovavano innanzi, come in uno spiedo. Costruivano lunghe forche, alte in guisa che le punte dei piedi dei suppliziati sfiorassero appena terra, e di tredici in tredici, in onore e reverenza del nostro Redentore e dei dodici apostoli, mettendovi sotto legna e fuoco, li ardevano vivi. Ad altri legava-no o appendevano a tutto il corpo della paglia secca e vi appiccavano fuo-co: e in questa maniera li facevano morire [...].

(*Brevissima relazione*, p. 35)

E’ sufficiente questo passo per comprendere di quale carica protestataria era provvista la *Brevissima relazione*. Ma accadde veramente tutto ciò che il frate denuncia generalizzando? La domanda si è riproposta nei secoli. Certo, gli orrori della guerra sono infiniti, lo sappiamo, e infinite sono le testimonianze anche in tempi ancora recenti: si pensi ai campi di concentramento nazisti e all’eliminazio-ne degli ebrei. Forse il difetto di Bartolomé de Las Casas è proprio quello di generalizzare, di lasciarsi prendere dalla tragicità delle scene, ma l’indignazione di fron-te al delitto porta per via naturale alla dimensione apocalittica. Non v’è dubbio, comunque, che chi si era accinto a conquistare il mondo americano non doveva ave-re troppi scrupoli. Prudentemente, per ottenere appoggio al suo impegno, il frate esime il re dalla responsabilità, facendolo all’oscuro di tutto: “perché se nei loro regni si soffrono difetti, malanni e rovine, ad altro ciò non si deve se non al fatto che i re non ne hanno notizia: se infatti ne fossero informati, con somma cura e vigilante solerzia li estirperebbero” (*ivi*, p. 25). Ma il suo richiamo a por rimedio alla tragica situazione è perentorio. Scrive al principe Filippo, nel prologo alla *Brevissima* (*ivi*, p. 27), che egli deve impegnarsi a persuadere il padre imperatore, Carlo V, “a opporre fermo rifiuto a chi richiedesse ancora licenza per sí nocive e desta- stabili imprese. Sarà d’uopo anzi — aggiunge — che Sua Maestà imponga a questa infernale domanda un silenzio perpetuo, incutendo un tale terrore che nessuno d’ora innanzi osi più anche soltanto parlare di conquiste”. La visione esasperata di una Spagna solidale con il crimine dei suoi “agenti” coloniali, e quindi desti-nata a essere punita perchè coinvolta in una responsabilità collettiva, duramente

segnalata dall'Acutis alla fine del suo studio introduttivo (p. 21), è ampiamente riscattata dalla generosa indignazione, e dall'opera, di uomini come il Las Casas, dei quali non fece difetto la nazione iberica.

Giuseppe Bellini

Pedro Fernández de Quirós, *Descubrimiento de las regiones australes*.  
Edición de Roberto Ferrando, Madrid, Historia 16, 1986, pp. 336.

Occuparsi di cronache americane può significare a volte dissepellire testi molto interessanti con strumenti di una certa attualità e sentimenti fuori moda. Le fotocopie solleticano le indagini, i microfilms confortano le ipotesi, i *computers* organizzano i materiali, nel comune intento di affidare alle pagine di una pubblicazione accademica il riscatto da ingiusti oblii che raramente oltrepassa la cerchia minoritaria di un già minoritario pubblico di specialisti. Ogni tendenza ha però la sua deroga, qui rappresentata dalla meritoria collana "Crónicas de América" di Historia 16, che mette a disposizione del grande pubblico non solo i classici del genere, ma anche opere come questa, sconosciuta ai più per ragioni fortunate, del tutto slegate dalle sue intrinseche qualità.

Nello studio introduttivo (pp. 7-43), il curatore dell'edizione, Roberto Ferrando, chiarisce preliminarmente che sebbene il titolo sembri rimettere soltanto alle spedizioni del portoghese Pedro Fernández de Quirós, il testo ha invece referenti diversi quali "el primer viaje de Alvaro de Mendaña (1567), antecedente preciso para explicar la presencia de Quirós, en la vuelta hacia las míticas islas de Salomón en 1595; y el viaje hacia las tierras australes, de Quirós en 1605, su pretendido descubrimiento; y el apéndice de Vázquez de Torres, el lugarteniente abandonado, que sí logra descubrir la *cuarta parte*, y a través del estrecho de su nombre (estrecho de Torres) demuestra definitivamente la insularidad de Nueva Guinea" (p. 7). Non sarebbe poi stato di troppo aggiungere subito che in questi testi Fernández de Quirós non figura come autore — secondo quanto il titolo di nuovo conio sembra indicare —, ma solo come soggetto, nei termini appena precisati. Il curatore, comunque, mette subito mano alla sostanza testimoniale dei documenti, illustrando con efficace sintesi i supporti epistemici e gli esiti pratici dei viaggi di scoperta e di conquista del Pacifico che gli spagnoli promossero in concorrenza con i portoghesi e gli inglesi prima delle spedizioni riportate in questa pubblicazione. Facendo rivivere le ipotesi della geografia classica, si cercava con insistenza un nuovo continente, cioè quella *Quarta Pars Incognita* della terra che doveva fare da presunto contrappeso all'emisfero settentrionale, con un'unica massa compresa fra la Nuova Guinea e l'Antartide.

La spedizione di Alvaro de Mendaña, del 1567, è come tante altre intessuta di mitologie scientifiche, religiose, politiche e sociali che trovano un'efficace rappresentazione nel nome stesso dell'oggetto ricercato: le isole Salomone, ossia le terre in cui le navi del biblico re, secondo un'opinione diffusa benché non unanime, si sarebbero rifornite d'oro. Di questo viaggio esistono varie versioni discordi — rela-

zioni, rapporti, lettere — poiché discordi erano gli interessi di tre importanti personaggi che vi presero parte: il generale Alvaro de Mendaña, il cosmografo Pedro Sarmiento de Gamboa e l'ufficiale di rotta Hernán Gallego, autore della prima delle testimonianze qui riunite. Il curatore, però, con stringata precisione compara le *relaciones* di tutti e tre (“Mientras la del cosmógrafo es tremendamente pasional, y la del piloto exclusivamente técnica, la de Mendaña procura, sobre todo, dar un tono de naturalidad y religiosidad a todo lo que acaece” (p. 18)), condizionate da astiose ripicche e lungimiranti ambizioni che ci rendono gli storiografi non meno attraenti delle loro storie. Si vorrebbe saperne di più. Si vorrebbe, soprattutto, disporre immediatamente di quelle relazioni parallele che, *in absentia*, inducono continuamente a oltrepassare la soglia letterale del testo di Hernán Gallego, per interrogarsi sulla consistenza di quanto vi è detto e di quanto vi è taciuto.

Problemi di differente ma pure curiosa natura presenta invece la seconda relazione, attinente il viaggio che, con identica meta, fu di nuovo intrapreso nel 1595: la carica di generale era ancora una volta affidata ad Alvaro de Mendaña; quella di ufficiale di rotta toccava invece a Fernández de Quirós, “hombre enigmático y, sobre todo, de un temple extraordinario” (p. 25). Le informazioni che Roberto Ferrando dà circa la lunga preparazione del viaggio e la sua calamitosa realizzazione delineano un'altra vicenda a fosche tinte, narrata nel testo con vivo drammatismo. Alle molte morti dovute a circostanze avverse, dipendenti da errori umani o sciagure naturali, si devono sommare le molte morti causate da complotti, rivolte, tradimenti, punizioni, cui non fu certo estranea la singolare figura di Isabel Barreto. Intraprendente moglie di Alvaro de Mendaña, per volontà di quest'ultimo — deceduto nel corso del viaggio a causa di una malattia — essa assunse il comando della spedizione con animo invelenito dal sospetto indiscriminato e da un ipertrofico senso della proprietà. Anche nelle situazioni più compromesse, la sorte dei suoi averi la preoccupava molto di più della sorte dei suoi uomini, fino al punto da destinare alla cura della biancheria personale l'acqua dolce che negava all'equipaggio assetato.

In questa straordinaria relazione fitta di personaggi tenebrosi e avvincenti, è certo un elemento di grande richiamo l'eccezionale protagonista femminile, la cui altrettanto eccezionale malvagità andrebbe almeno vagliata alla luce della misoginia e soprattutto della partigianeria dell'anonimo cronista: di chiunque si tratti, appare evidente che egli scrive a favore di Fernández de Quirós, raffigurato per contrasto come l'incarnazione di ogni virile esemplarità cinquecentesca. D'altro canto sappiamo che, per questo aspetto, nemmeno il nostro tempo si merita del tutto la nomea di liberale e liberato, se lo stesso Roberto Ferrando, con precipitato fervore, squalifica la condotta di Isabel Barreto con il poco trascendente aggettivo di “histórica” (p. 31), in alcune pagine significativamente intitolate “La reina de Saba” (pp. 29-33). E' probabile che l'altezzosa nobildonna non si meriti affatto una rivalutazione; ma è altrettanto certo che il giudizio dovrebbe essere più articolato, almeno in considerazione dei documenti storici esistenti. Senza invadere territori disciplinari altrui, segnalerò soltanto le numerose testimonianze rese alle autorità di Manila nel 1596, alla fine della traversata, dalle quali emerge che Isabel Barreto e Fernández de Quirós si scambiavano allora apprezzamenti compiti quando non addirittura lusinghieri (cfr. *Australia Franciscana, VI, Documentos*

sobre la expedición de Alvaro de Mendaña para poblar las Islas de Salomón (1595-1597) — *Relaciones de la población de la Isla de Santa Cruz, el fracaso y sus consecuencias inmediatas*, Editados por G. Bushell, O.F.M. en colaboración con C. Kelly, O.F.M., Madrid 1973). E' soprattutto dello storico il compito di chiarire i moventi di versioni dei fatti così lontane; ma stimolanti occasioni di indagine si aprono anche al critico letterario che può studiare, per esempio, i complessi rapporti che legano le passioni alla pragmatica della scrittura.

L'assenza di donne a bordo conferisce invece un carattere meno stuzzicante alla pur sempre notevolissima relazione che riguarda il terzo viaggio verso le isole Salomone del 1605, sotto il comando dell'intraprendente Fernández de Quirós, il quale era riuscito a farsi dare dal papa l'appoggio che poi il re Filippo III dovette necessariamente sostenere. Non mancano neppure in questo caso durissimi travagli, fomentati da rivalità e frustrazioni, despotismi e compromessi che resero meno giustificabili gli errori di Fernández de Quirós. Non solo egli credette a torto di aver scoperto la cosiddetta *Australia del Espíritu Santo* (e non l'*Australia* come riporta il curatore, forse sulla scia di una corrente quanto inesatta etimologia grafica: allora il nome era stato attribuito, per motivi politici, quale omaggio alla casa d'Austria), ma tralasciò anche di seguire le rotte prestabilite, abbandonando per di più quel Luis Váez de Torres che avrebbe poi scoperto la terra da lui vanamente inseguita, come testimonia la relazione posta in appendice.

Dal punto di vista strettamente storico tutte e quattro le relazioni pubblicate in questo volume sono degne di attenta considerazione; ma per chi, come me, si accosti alle cronache americane cercandovi valori letterari oltre che documentali, non c'è dubbio che per estensione, organizzazione semantica e qualità linguistica le due complesse relazioni centrali appaiono di molto superiori tanto alla piatta testimonianza di Hernán Gallego quanto allo striminzito resoconto di Váez de Torres. L'efficacia suasoria è affidata, per queste ultime, a una scrittura spesso vicina al grado zero di barthesiana memoria, mentre per le altre due si fregia di ricercatezze stilistiche degne di una penna esperta e creativa. Non senza fondamento esse sono state infatti attribuite a Luis de Belmonte Bermúdez da Justo Zaragoza, il veemente storico che nella seconda metà del secolo scorso pubblicò in tre volumi una grande quantità di documenti relativi all'affascinante figura del portoghese; e sbrigativamente così fa anche il curatore di questo libro, per la verità poco sensibile all'ordine di problemi (attribuzioni di 'paternità', criteri ecdotici, precisione bibliografica ecc.) con cui di solito si tormenta buona parte dei critici letterari. Poiché non posso fare a meno di includermi in essa, devo ammettere che in un mio recente studio, ancora in via di pubblicazione, su questo punto non sono riuscita a scoprire più di quanto un poderoso specialista in materia quale Celsus Kelly avesse già verificato. Roberto Ferrando cita genericamente quest'ultimo come "autor de numerosas obras sobre las travesías del portugués" (p. 43), ma è appunto in esse che si disquisisce intorno ai possibili ruoli di Belmonte Bermúdez. Egli infatti partecipò come segretario di Fernández de Quirós alla spedizione del 1605, ma non alla precedente del 1595; perciò, anche se di quella fosse autore — cosa probabile ma non provata —, di questa potrebbe essere al massimo trascrittore o coautore. A tale proposito si domanda Kelly in un puntualissimo saggio: "Did Belmonte arrange the papers in Quirós' possession and write the Narrative based on them,

or did he simply polish up the draft narrative, already written by Quirós or dictated by him?" (C. Kelly, *The Narrative of Pedro Fernández de Quirós. Ms Description, Authorship, History, Printed Text and Translation*, in "Historical Studies", University of Melbourne, 1960, 34, p. 183).

Resta infine un ultimo dubbio circa l'opportunità di pubblicare l'intero testo così come appare nel manoscritto del XVIII secolo — l'originale è andato perduto — e come anche figura nella citata edizione di Justo Zaragoza, che il curatore sostanzialmente riproduce. Non va infatti dimenticato che si tratta di una miscellanea di testi diversi, ossia di quei non meglio identificati "papeles" che Fernández de Quirós, nell'illusione di poterli un giorno riordinare e stampare, si portava appresso nelle sue itineranti petizioni di finanziamenti, estrapolandone numerosissimi e splendidi memoriali. La presenza di capitoli con sommari e numerazione progressiva — opera di un copista del Settecento — crea un effetto di falsa omogeneità che può causare sconcerto e anche confusione. Senza soluzione di continuità si passa, per esempio, dalla relazione del viaggio del 1595, narrata *come se* un fantasmatico cronista fosse stato testimone oculare delle imprese di Fernández de Quirós, Alvaro de Mendaña, Isabel Barreto ecc. (capp. IV-XXXVIII), a un documento autografo dello stesso Fernández de Quirós che usa strategie discorsive di natura molto simile (cap. XXXIX): se non vengono esplicitamente chiarite le rispettive convenzioni pragmatiche, questi testi non possono indicare di per sé che l'enunciazione del primo è fittizia, mentre quella del secondo è reale. Comunque, il lettore appassionato di storie non si farà scoraggiare da questo genere di difficoltà e potrà sempre individuare i percorsi di lettura che meglio rispondono alle sue esigenze. A suo tempo ne ha dato un esempio illustre Robert Graves, il poeta e romanziere inglese che, dopo aver avuto fra le mani l'edizione ottocentesca di quest'opera, si entusiasmò per la relazione del viaggio del 1595 e la prese come base per il suo romanzo storico *The Isles of Unwisdom* (London, Readers Union, 1950). Una felice coincidenza editoriale vuole che esso circoli da poco anche in traduzione spagnola con il titolo di *Las islas de la imprudencia* (Barcelona, Edhasa, 1984), offrendoci ora l'occasione di confrontare agevolmente nella stessa lingua due opere che hanno singolari parentele di forma e di sostanza: una cronaca spagnola della fine del cinquecento che fu scritta con trucchi da romanzo e — nato da questa — un romanzo inglese del nostro tempo che si camuffa da vetusta cronaca del *Siglo de Oro*.

Elide Pittarello

Eberhard Gothein, *Lo Stato cristiano-sociale dei Gesuiti nel Paraguay*, Firenze, La Nuova Italia, 1987, pp. 98.

Tema davvero interessante quello delle riduzioni gesuitiche del Paraguay. Su di esso continuano a fiorire gli studi, anche in Italia (cfr., per una recente rassegna: Francesco Barbarani, *Studi sulle riduzioni gesuitiche del Paraguay*, in "Economia e

Storia", 1984, n. 2, pp. 163-178). Tra gli inquadramenti della questione figura quello dello storico ed economista tedesco Eberhard Gothein (1853-1923), pubblicato originariamente a Lipsia nel 1883: tradotto in italiano nel 1928, viene ora presentato in ristampa anastatica (purtroppo senza una riga di introduzione). Sep-pure inevitabilmente datato — su molti punti la storiografia in un secolo ha miglio-rato le conoscenze — lo svelto volumetto conserva ancora gran parte del suo valo-re in quanto rapido ma meditato approccio all'argomento. La maggiore riserva che la sua lettura può sollevare si trova nelle pagine iniziali, quando il Gothein si impegna a svolgere un confronto tra la *Città del Sole* di Tommaso Campanella e l'opera paraguayana. In particolare sostiene che i missionari Cataldini e Mascetti, italiani e perciò conterranei del filosofo di Stilo di Calabria, avrebbero conosciuto le utopie di Campanella e, entusiasti, le avrebbero tradotte in pratica in Suda-merica. Come è stato rimarcato da molti studiosi, tra cui Alberto Armani, au-tore della sintesi sul tema forse più esauriente in italiano (*Città di Dio e Città del Sole. Lo "Stato" gesuita dei Guarani' (1609-1768)*, Roma, Studium, 1977), in realtà l'ipotesi non è affatto attestata da prove documentarie e appare per più mo-tivi — Campanella, si sa, era sospettato di eresia, e considerato un nemico politico perché aveva pure meditato di appellarsi ai turchi contro la Spagna — poco proba-bile se non inverosimile. Una volta sfrondata dei richiami al mito delle utopie clas-siche e rinascimentali, il volumetto conserva comunque una sua validità. Il Got-hein, del resto, si incammina su di un piano di analisi meno scivoloso e discutibile quando riconosce le accentuate diversità che per alcuni aspetti (ruolo della religio-ne, libertà sessuale ecc.) separavano le idee campanelliane dalla pratica gesuitica. La descrizione dell'organizzazione missionaria è nel complesso serena, e capace di indicare quanto il lavoro dei gesuiti fosse positivo in rapporto al coevo atteggiamento assunto verso gli indigeni e dal clero secolare e dalla popolazione spagnola in genere. L'approccio del Gothein non appare viziato da pregiudiziali antireligio-se; invece si mostra un certo disprezzo "nordico" verso il carattere ispanico: è da ricordare, al riguardo, che anche molti gesuiti tedeschi operanti in Paraguay mo-strarono un'analogia avversione, la quale peraltro non impedì loro di collaborare proficuamente all'impresa dell'Ordine. L'obiezione di fondo, l'unica di rilievo, ri-volta dal Gothein all'azione gesuitica, è l'aver costruito un sistema sociale ed edu-cativo che non presupponeva la crescita degli indigeni bensì portava con sé la mi-norità perpetua dei medesimi. Certo devono tenersi presenti gli infimi livelli di partenza delle prime riduzioni, create nella regione (parte degli odierni Stati di Paraguay, Argentina, Uruguay e Brasile) dal 1609, dopo qualche precedente espe-rienza dei francescani; tuttavia, in un secolo e mezzo di vita (i gesuiti furono depo-rtati in Europa poco dopo il decreto di espulsione di Carlo III, del 1767) non pare potersi rintracciare un'evoluzione della pastorale né religiosa né civile. Gli indiani — per lo più appartenenti al gruppo *guarani'* — vennero sempre considerati come dei fanciulli da controllare strettamente. Da qui il giudizio del Gothein sul-l'opera gesuitica: positivo se quella viene misurata su quanto facevano (o, meglio, non facevano) le autorità civili e diocesane spagnole; negativo se giudicata in sé, perché rivolta a ottenere un'obbedienza meccanica e un'imitazione senza svolgi-mento né perfezionamento, richiedente perciò la continua direzione dell'artefice. E' significativo che non venisse previsto che gli indiani potessero diventare sacer-

doti e neppure confratelli laici; altrettanto rivelatore è il rapido crollo dell'organizzazione sociale delle riduzioni una volta che ad esse furono sottratti i padri. Il Gothein sottolinea la diversità tra l'evangelizzazione degli amerindi e quella degli antichi germani: più calzante sarebbe forse il confronto con i metodi usati dai gesuiti in Canada, in India e in Cina, per rilevare quanto la base di partenza finisse per condizionare una volta per sempre, incoraggiando l'umana debolezza dei missionari (e più tardi quella di quasi tutti i governi coloniali) a ritenersi perennemente indispensabili. Altresì, si potrebbe discutere se quei caratteri fossero peculiari delle riduzioni gesuitiche o invece rintracciabili anche in altre imprese missionarie e persino nella pastorale cristiana in uso nell'Europa del periodo.

Da rilevare come un errore di stampa trasformi il vocabolo *guaraní* che indica "la proprietà di Dio", *tupambaé*, in *tupambac* (p. 47). Da prendersi come espediente editoriale è la fascetta apposta al volumetto, la quale presenta il medesimo come rivelatore della storia narrata dal recente film *Mission*: il riferimento alle complesse vicende dello scambio di territori avvenuto tra Spagna e Portogallo in seguito al trattato di Madrid del 1750, evento che interessò in modo tragico sette riduzioni, in realtà occupa poche righe nell'opera in esame (quelle vicende sono ben lumeggiate, invece, nel già ricordato lavoro di Armani, pp. 211-219).

Aldo Albònico

Éric Jauffret, *Révolution et sacrifice au Mexique. Naissance d'une nation (1910-1917)*, Paris, Cerf, 1986, pp. 317.

Per i tipi delle Éditions du Cerf, tra le più vivaci del cattolicesimo francese, appare una rivisitazione della rivoluzione messicana. L'opera presenta via via i profili dei principali esponenti della lotta rivoluzionaria (Madero, Zapata, Villa, Flores Magón, Victoriano Huerta, Carranza, Obregón); le caratteristiche della rivendicazione agraria, dell'esaltazione dell'indigenismo, della convenzione di Aguascalientes, del Plan de Ayala e dell'insurrezione dei *cristeros*; sino a rimontare all'illustrazione dei connotati e del valore del sacrificio umano degli aztechi. Obiettivo dell'Autore è dimostrare come quel tremendo sussulto del Messico sia spiegabile, più che in termini sociali ed economici, in chiave antropologica e psicologico-religiosa. Partendo dall'assunto che l'ideologia politica presenta varie somiglianze col pensiero mitico, Jauffret sostiene che gli attori della rivoluzione furono largamente condizionati dal sostrato religioso-psicologico-antropologico locale, frutto di una complessa mistione di elementi aztechi e cristiani, in cui i concetti e i sentimenti di sacrificio, redenzione, morte, terra ecc. ebbero maggiore importanza dei portati dell'illuminismo, del liberalismo e delle altre moderne ideologie europee. Così, il movimento zapatista — dal carattere regressivo perché diretto a restaurare modi di vita tradizionali — non potrebbe intendersi pienamente se non lo si considerasse anche in quanto rivoluzione mistica protesa a reimpadronirsi della "terra sacra madre" attraverso il "talismano", da seguire alla lettera, del Plan de Ayala. Ancora, la violenza diffusa della rivoluzione dovrebbe vedersi anche co-

me continuazione del sacrificio umano precolombiano, la cui essenza era la "traslazione riordinatrice" della violenza esistente nel mondo, ecc.

Crediamo che pochi osservatori della realtà messicana potrebbero rifiutare *in toto* tale orientamento: troppe riflessioni, opera pure di messicani e quindi non sospette di cercare a tutti i costi la barbarie esotica, hanno insistito sulle profonde radici della complessità messicana (valga ricordare, per tutti, Octavio Paz). Le obiezioni, viceversa, sorgono numerose quando ci si trova di fronte alla volontà di assolutizzare quella tesi spiritualistico-idealistica a danno di tante altre componenti, e ciò tanto più quando il metodo scelto per effettuare tale dimostrazione si basa su di una selezione interessata del materiale documentario. Per avallare la persistenza di moduli di pensiero religiosi e mitici, l'Autore infatti esamina la letteratura politica messicana del tempo, gli atti parlamentari, i *corridos*, le testimonianze coeve di viaggiatori e romanzieri (compreso l'italo-messicano Carlo Coccioli). Un simile metodo può dare — con qualche riserva — indicazioni anche significative, a patto però che si impieghi un criterio "ponderale", indicando con sincerità quanto il ricorso a termini quali "redenzione", "sacrificio", "messia" ecc., considerati probanti dall'Autore, sia frequente nell'intero corpo dei testi esaminati. Invece Jauffret presenta soltanto una serie di citazioni utili; confessa, del resto, di aver operato secondo una prospettiva capace di valorizzare ogni elemento mitico (cfr. p. 21). Rimane perciò davvero dubbio come una selezione interessata dei riferimenti alla Bibbia nel pur anticlericale Flores Magón, o nel libero pensatore Madero ecc., sia davvero significativa. Manca altresì ogni sforzo di confronto con l'esperienza contemporanea di altri Paesi. Leggendo il volume si potrebbe infatti avere l'impressione che soltanto i profeti della rivoluzione messicana citassero Cristo come esempio di rivoluzionario e redentore sociale. Ma tali idee erano patrimonio comune di tutto il radicalismo politico, democratico e anche socialista, tra la fine dell'Ottocento e gli inizi del Novecento, specie nell'Europa latina e nei Paesi extra-europei da quella influenzati: nel Parlamento e nella libellistica francese, così come in quelle italiana, spagnola ecc., si trovano più o meno le stesse affermazioni. Stupisce che un autore introdotto negli studi antropologici — la cui base dovrebbe essere proprio la comparazione (oltre che delle citazioni messicane, il testo abbonda di passi di Lévi-Strauss, Eliade, Lewis, Furet ecc.) — appaia tanto miope: ancora una volta si ritrova l'indebita estremizzazione delle tesi cara a tanta saggistica contemporanea. Se si può concordare sull'affermazione dell'Autore (cfr. p. 289) che la "sacralizzazione" della rivoluzione appare in Messico più esplicita che in altre esperienze simili, il confronto risulta comunque monco, perché i richiami a rivoluzioni invece "sacre" per molti versi, si riducono alla frettolosa citazione della lotta d'indipendenza degli Stati Uniti e della rivoluzione iraniana del 1979: si poteva, rimanendo nel solo ambito ispanico, soffermarsi sulla guerra civile spagnola e sulle interpretazioni "religiose" dell'anarchismo iberico.

Per gli ispanisti risultano di poco interesse pure le abbondantissime citazioni, perché sono date in francese; l'affanno di traduzione è anzi tale che si sono volti in francese addirittura i titoli degli articoli dei giornali messicani, e pure è stata a volte posta l'accentazione della lingua d'oltralpe su nomi e cognomi ispanici.

Aldo Albónico

Matilde Urrutia, *Mi vida junto a Pablo Neruda. Memorias*, Barcelona, Seix Barral, 1986, pp. 253.

I ricordi di chi è vissuto intimamente vicino ai grandi personaggi sia della storia sia della cultura, sono sempre di grande interesse, poiché aprono spiragli attraverso i quali si possono meglio comprendere atteggiamenti, azioni, la genesi, il farsi dell'opera cui si sono dedicati, l'intimità della vita, esaltante o scabrosa, cui anche il vasto pubblico si volge con interesse, non di rado morboso.

Il libro di memorie di Matilde Urrutia, compagna degli ultimi decenni di vita del poeta cileno, sua ispiratrice e appassionato amore, non entra nella serie dei "casi" spettacolari; manifesta piuttosto la dedizione della donna all'uomo amato, il suo comportamento nei casi alterni della vita, con qualche comprensibile abbandono al sentimento e un doloroso senso della solitudine. Più che di notizie sensazionali, di scandagli nella profondità dell'atteggiamento del poeta di fronte agli avvenimenti e al mondo, di motivi del suo essere artista, di segreti finalmente rivelati, le memorie di Matilde sono fatte di sentimenti, attraverso i quali si costruisce la figura di un uomo che si impone sullo sfondo della tragedia nazionale cilena, quando, ormai ammalato, apprende della morte di Allende e crollano le sue illusioni.

Una parte rilevante, nelle memorie di Matilde Urrutia, è data dalla fine di Neruda. Rivediamo le immagini trasmesse dalla televisione e dai giornali, la veglia funebre che fieramente pretese di celebrare tra le rovine della sua casa di Santiago, tra vetri rotti, libri sparsi sul pavimento, ristagni d'acqua: un panorama desolato che Matilde evoca con dolorosa amarezza. Quindi il funerale del poeta, con l'enorme concorso di popolo, in aperta sfida alle forze repressive vigilanti, ma che non osano intervenire; la sepoltura provvisoria in una cappella di persona amica; poi il dolore dello sfratto improvviso e la sistemazione umile tra le tombe degli altri defunti poveri, in un angolo del cimitero di Santiago, presto trasformato in giardino fiorito, per l'anonimo omaggio popolare.

Questi fatti mi erano già noti: la stessa Matilde me li aveva raccontati durante un suo soggiorno a Milano, dove pure mi aveva parlato della situazione del Cile sotto la dittatura, soluzione temuta da Neruda in vita, come, in un'altra conversazione, egli stesso mi aveva confessato prima che i tragici fatti si verificassero.

Libro doloroso questo di Matilde, ma anche libro di piena dedizione e di speranza. Neruda è sempre in primo piano, come lo è nella realtà del suo paese, nel tormentato esistere del popolo cileno, simbolo che unisce tutta la resistenza e contro il quale anche la dittatura è impotente. Neruda ha sempre sottolineato, in vita, la sua funzione di interprete della storia e la sua scomparsa lo ha fatto concretamente simbolo per la sua gente. Che Neruda sia un riferimento fondamentale, vivo, è dimostrato anche dall'insistita presenza della sua figura nella letteratura dei nostri anni, nella narrativa più recente, dalle opere di Skármeta a quelle di Donoso, e nella poesia, dentro e fuori del Cile. Le vicende cilene hanno riscattato Neruda al di sopra delle parti; non è più il rappresentante di un particolare orientamento politico, ma è unicamente il poeta che ha cantato il Cile e che ancora gli infonde, e più che mai, la speranza, quella fede in un futuro di riscattata libertà che sempre aveva cantato. Mai come in questo momento, nonostante la popolarità del

passato, Neruda è stato più intimamente sentito nel suo paese, dove due sole forze sembrano potersi opporre alla violenza del potere: la chiesa e Neruda, un morto più pericoloso di un esercito per la dittatura.

Le pagine di Matilde Urrutia vengono a dare un fondamentale contributo alla dimensione nazionale del poeta, contribuiscono alla sua mitizzazione, proprio mentre più ne raccontano la vicenda umana. Il libro va letto con attenzione, per scoprire anche molto di Matilde, di quella dedizione che la fece stare sempre ai margini del personaggio Neruda, con intelligenza e sicuro prestigio e che, lui defunto, le diede la forza di difendere coraggiosamente l'integrità della memoria, senza tentennamenti o compromessi, da donna indomita quale si era improvvisamente rivelata. Un atteggiamento tanto più meritorio, in quanto non sempre riscontrabile nelle compagne dei grandi personaggi.

Giuseppe Bellini

Ernesto Mejía Sánchez, *Recolección a mediodía*, Managua, Editorial Nueva Nicaragua, 1985, pp. 286.

Debe agradecerse a la Editorial Nueva Nicaragua la publicación de las poesías completas de un excelente autor, el cual, por esas oscuras sinrazones del mercado literario, no ha sido difundido cuanto merece. Nacido en Masaya (Nicaragua) en 1923, Mejía Sánchez pertenece a la generación que ha dado poetas tan relevantes como Pablo Antonio Cuadra, Ernesto Cardenal y Carlos Martínez Rivas. Y como ellos, ha seguido las enseñanzas de José Coronel Urtecho.

La "recolección" inicia con *Ensalmos y conjuros*, de 1947, en donde Mejía Sánchez manifiesta su inquietud por el dominio de la palabra, no solamente en cuanto recurso técnico de expresividad sino sobre todo como llave del mundo y forma de acceso y posesión del real. Una vez que ha establecido esta premisa (necesaria en cuanto el tema de la omnipotencia mágica de la palabra será una de las constantes de su obra), el poeta escribe, en 1948, *La carne contigua*, reelaboración de la historia bíblica de Tamar. En este poema en prosa, subsisten las huellas de la primera publicación, y se reitera el terror religioso delante del poder de la palabra: "Por eso no digamos: Somos felices. Porque cuanto menos se piensa viene el Maligno a probar lo contrario" (p. 35). En *El retorno*, que es de 1950, aparece otro de los temas caros al autor. Aquí cuenta de una vida que se proyecta y reproduce en los libros, que busca, en ellos, una mejor alternativa a la experiencia sensible, decepcionante y poco satisfactoria. Como bien se sabe, alude a la autobiografía, pues Mejía Sánchez gozó de excelente reputación como filólogo. *La impureza*, de 1951, contiene poemas que coinciden con la madurez existencial del poeta. Se inicia con una especie de "Arte poética", en donde confirma el origen irracional de la inspiración, en cierto modo igual a lo que expresa Neruda en *Arte poética (Residencia en la tierra, II)*. Aparece, también, lo erótico vivido en primera persona y

tratado, como suele hacerlo el autor con la mayoría de sus temas, en tono menor, sin exaltaciones ni alharaca. Más bien, con la sonriente y compasiva condescendencia que se otorga a un buen amigo. El tema del destierro hace su aparición, como un anuncio del siguiente libro. En efecto, *Contemplaciones europeas* (1958), recoge todos los temas preferidos por Mejía Sánchez, con el aval de una plenitud ciertamente alcanzada. En el umbral de su libro, el poeta se describe encarcelado por los opresores de su pueblo, que destruyen sus libros y sus escritos: "Creyeron que toda ferocidad es todopoderosa [...]" (p. 77) y, como una venganza, se propone escribir la demorada memoria de los días pasados en Europa. Así, va reconstruyendo los diferentes estados de ánimo que ha probado en Italia, Francia, España, Grecia etc. Son de especial intensidad los poemas dedicados a España: "oh tierra que sólo podré odiar con amor / como se odia la propia tierra o la virgen impura" (p. 106), país que representó un entrañable punto de referencia para Mejía Sánchez. Se puede decir que, hasta ese momento, ha prevalecido el aspecto más íntimo del autor, aunque paulatinamente se haya ido abriendo hacia aspectos de tipo social. En verdad, difícilmente puede catalogarse a Mejía Sánchez entre los poetas que hacen de su protesta contra la injusticia el tema predilecto de la poesía. Con toda probabilidad, en él hubiera sonado falso. Las aptitudes de Mejía Sánchez lo inclinan más bien hacia una expresividad delicada, muy refinada, poblada de alusiones. Excepto en el momento de alzar la voz. Entonces, muy adusto, muy severo, muy hombre de su tiempo (u hombre, a secas), declara su tajante oposición a la dictadura. De esta manera, enfrenta el tema, en *Vela de la espada* (1951-1960). Mejía Sánchez pasó la mayor parte de su vida en el destierro, debido a su oposición al tirano. Tal exilio, por lo que se puede leer en su producción poética, le fue sumamente doloroso. Y, sin embargo, exclama, en versos memorables: "Pero quise y negué toda posibilidad / de retorno que no fuera libertad o arrepentimiento, rebeldía / y pudor" (p. 112). Por fortuna para él, pudo cumplir su promesa. Y logró ver a su patria libre, antes de morir. Hay, en esta colección, invectivas en contra del dictador y sus servidores, y como colofón, un decidido ataque (probablemente con destinatario real) en contra de los que, amparados en el proceso revolucionario, pueden pretender limitar la libertad de expresión. No hay complacencia ni melosidad en el juicio sobre su propia patria. Bien consciente parece estar de sus problemas y limitaciones. Hace de la crítica feroz una de las más rigurosas formas del patriotismo. Enseguida nos encontramos con cuatro colecciones de poemas que son casi contemporáneas y cuya separación obedece a criterios temáticos. Así, *Poemas familiares* (1955-1981) se inicia con una celebración de la propia vida familiar que lo transporta a la época de la niñez, para cerrarse con una composición espléndida: *Pezuña del arcángel* (p. 133). *Disposición de viaje* (1956-1975) contiene, en cambio, poesías nacidas de los continuos viajes realizados por el poeta. En las líneas dedicadas a España hay regocijo, gracia, meditación y conocimiento. *Poemas temporales* (1952-1983) contienen otro tipo de poesía: la esmerada reflexión, la anécdota fulminante, la divagación. *Historia natural* (1968-1975) es una colección de poemas en prosa acerca de sus tres lugares canónicos: Nicaragua, México y España. Mejía Sánchez explica con amorosa paciencia algunos detalles de su propia patria. Enmienda la plana a Cortázar, que había situado cerezos en Nicaragua, o a Malcolm Lowry, quién sólo pudo ver sangrante carne y plátanos verdes en los colores

del crepúsculo nicaragüense. A todos los viajeros dice: "por simple torpeza se han negado la visión del paraíso" (p. 207). *Estelas/homenajes* (1947-1982) recoge retratos, esbozos, epigramas y necrologios dedicados a diferentes personajes: Carlos Mérida, Borges, Cardoza y Aragón, Rodríguez Moñino, Cernuda, Guimaraes Rosa y otros. Mientras que *Poemas dialectales* (1977-1980) recogen el esfuerzo, con curiosidad de filólogo, de explicar, poéticamente, palabras, objetos y costumbres de la Nicaragua natal. Por último, *La nueva Nicaragua* (1980-1984) recoge el entusiasmo del poeta al contemplar la patria por fin libre y que respira el clima de la libertad.

Si la poesía, por serlo, goza de aristocracia, más todavía la de Mejía Sánchez. Sus alusiones, sus guiños, sus dobles sentidos, sus preferencias, las más de las veces refinadas, obligan al lector a no bajar la guardia.

Ninguna desatención, el máximo de lucidez. La intransigencia se hace virtud: no hay concesiones ni caídas patéticas. Todo es rigor. Y regocijo en la doma de las palabras que obedecen a la mano firme del poeta. Quien quiera conocer uno de los aspectos fundamentales de la variada y rica poesía contemporánea nicaragüense, debe leer a Mejía Sánchez.

Dante Liano

*Chicano Literature. A Reference Guide.* Edited by Julio A. Martínez and Francisco A. Lomelí, Westport, Connecticut, Greenwood, 1985, pp. 492.

Uno de los fenómenos más importantes de la historia literaria reciente en América ha sido el resurgimiento y el descubrimiento de la literatura chicana, es decir, la producción literaria de los ciudadanos estadounidenses de ascendencia mexicana. Esta literatura — escrita en español, en inglés, en ambos idiomas o en variantes coloquiales donde se fusionan — se intensifica durante la década del sesenta como parte del resurgimiento social, político y cultural de esta minoría, antes casi invisible y silenciosa, o, por lo menos, ignorada. El movimiento de autoafirmación de los "chicanos" fue paralelo al movimiento negro y a la liberación femenina en Estados Unidos. Se denominó "La Causa". La denuncia del prejuicio y la opresión, el cuestionamiento del estilo de vida típicamente angloamericano y los problemas vinculados a la identidad cultural fueron características importantes de este movimiento. La creación literaria se convirtió en espacio privilegiado de expresión y denuncia.

Después de una explosión de creatividad que produjo, durante las décadas del sesenta y el setenta, las obras de autores tan destacados como Tomás Rivera, Oscar "Zeta" Acosta, Alurista, Sergio Elizondo, Rodolfo "Gorky" González, Rolando Hinojosa, Rudolfo Anaya, Luis Miguel Valdez y muchos otros que consolidaron y forzaron el reconocimiento de una pujante literatura chicana, el impulso creativo

inicial parece haber disminuido. Lo que ha caracterizado la década de los ochenta ha sido la reflexión, la revisión, la investigación, el redescubrimiento y la reinterpretación de la literatura chicana. Da la impresión de que lo más significativo se produce en el campo de la crítica y no de la creación, lo cual no es necesariamente una buena señal. Tal vez el éxito relativo del movimiento chicano en alcanzar algunas de sus metas de reconocimiento y reivindicación socio-cultural sea un factor que, paradójicamente, explique este fenómeno.

Sea como sea, el reconocimiento académico de la literatura chicana como materia de estudio y enseñanza en los Estados Unidos ha dado más impulso a la crítica que a la creación. Contamos ya con extensas bibliografías, libros sobre los principales géneros literarios cultivados, estudios sobre los principales autores, colecciones de ensayos y artículos especializados y revistas dedicadas al tema.

*Chicano Literature. A Reference Guide* corresponde a este auge de la crítica que emana principalmente de los centros universitarios estadounidenses y, en buena medida, es suma y síntesis de lo que se ha alcanzado hasta el momento. Hasta ahora, es la obra de referencia más completa que haya aparecido sobre el tema y por la seriedad y la calidad de su contenido y formato constituye, no sólo un instrumento del cual no se debe prescindir, sino también una excelente introducción a la literatura chicana.

Los editores, Julio Martínez y Francisco A. Lomelí, explican en la introducción que ha partido de un concepto amplio de la literatura chicana y han tomado muy en cuenta la tendencia actual de destacar la continuidad de la conciencia chicana desde el 1848, cuando México perdió lo que es actualmente el suroeste de los Estados Unidos como resultado de la guerra entre ambos países. Destacan también el carácter conflictivo y contestatario de esta conciencia que se forma en confrontación con el dominio político, social, económico y cultural anglosajón y que culmina en la afirmación de una nueva identidad bicultural en las últimas décadas. El propósito de esta obra es servir de fuente de información biográfica, crítica y bibliográfica sobre los autores que forman parte de este proceso y sobre el proceso mismo. También se incluyen, por tanto, artículos sobre aspectos amplios como la poesía, la novela, el teatro y la crítica.

Los editores han concedido amplia libertad y bastante espacio a los cuarenta y un colaboradores, entre los cuales se encuentran algunos de los críticos más destacados en esta especialidad. Diversos enfoques críticos aparecen representados por los colaboradores. Como es lógico, los artículos están ordenados en estricto orden alfabético. Todos los principales autores chicanos aparecen, aunque hay algunas omisiones involuntarias de autores jóvenes, sobre todo poetas, que los editores esperan subsanar en futuras ediciones. La escasez de crítica es la razón dada para su omisión.

Los artículos varían en extensión desde las tres o cuatro páginas hasta las catorce o quince. La extensión depende del autor tratado, de la importancia de su obra y de su aportación a la literatura chicana. Los ensayos dedicados a Tomás Rivera, Alurista y Rolando Hinojosa, por ejemplo, oscilan entre las catorce y las quince páginas. En general, la proporción es adecuada, excepto en el caso de Luis Valdez que como principal representante del teatro chicano y por la amplitud de su obra amerita un trabajo de más de siete páginas.

El formato de los artículos es uniforme. Primero se ofrece información biográfica sobre el autor, luego se analiza su obra y finalmente se revisa la bibliografía en torno a su producción. Cada entrada concluye con una bibliografía selectiva de y sobre el autor. Muchas de estas entradas son verdaderos ensayos que se leen con gran interés por la interpretación global que se hace del autor y que resulta penetrante y original. Las secciones bibliográficas son, por su parte, sumamente útiles para el investigador.

En cuanto a las entradas de tipo general, se incluyen ocho sobre los siguientes temas: la mujer chicana en la literatura, literatura chicana para niños, la crítica de la literatura chicana, la filosofía chicana, la poesía, el teatro y la novela. El panorama histórico se abarca en tres artículos cuyos títulos implican una periodización generalmente aceptada: "Hispanic-Mexican Literature in the Southwest (1521-1848)"; "Mexican-American Literature (1848-1942)" y "Chicano Literature from 1942 to the Present". Los dos primeros, colaboraciones de Luis Leal, cumplen excelentemente su propósito. El tercero, sin embargo, dedica demasiado espacio a la literatura anterior a 1942 e incluye afirmaciones cuestionables sobre la historia de la novela que requieren explicación. No obstante, cumple su propósito de presentar un panorama de la literatura chicana contemporánea que puede ser ampliado y enriquecido con la lectura de las entradas dedicadas a la novela, la poesía y el teatro.

El libro incluye también un apéndice en el cual se ubican tres autores que los editores consideran que están al margen del enfoque principal, pero que han influido en o han sido influidos por la literatura chicana. Se trata del actor Anthony Quinn, autor de una polémica autobiografía; Amado Muro, pseudónimo de Chester E. Seltzer, escritor angloamericano cuyas historias sobre la vida de los barrios chicanos han sido muy influyentes, y Ernesto Galarza, autor de una autobiografía novelada y de varios estudios sobre temas latinoamericanos y chicanos.

Tres apéndices adicionales enriquecen aún más este libro: una cronología de la literatura chicana; un breve glosario de términos claves y una bibliografía selectiva de trabajos de carácter general sobre el tema.

No hay duda de que los editores no han escatimado esfuerzos para hacer de esta obra de referencia la más completa, útil y práctica sobre la literatura chicana. Lo han logrado. No obstante, resulta pertinente hacer algunas observaciones con miras a ediciones futuras. Además de los artículos generales que se incluyen, sería conveniente incluir otros sobre el cuento, el ensayo y el lenguaje de los chicanos. Este último, en el cual se debe enfocar el fenómeno del bilingüismo coloquial y literario, me parece esencial. En el panorama de la novela habrá que considerar *Las aventuras de don Chipote o Cuando los pericos mamen* (1928) de Daniel Venegas, primera auténtica novela chicana, recién descubierta por Nicolás Kanellos. En el apéndice de autores "marginales" se podrían añadir unos cuantos más que ejemplifican los límites de la literatura chicana y plantean problemas teóricos e interpretativos de difícil solución, como Richard Rodríguez, cuya autobiografía *Hunger for Memory* alcanzó cierta polémica notoriedad por su defensa de la asimilación total; y Jim Sagel, cuentista, autor de *Tunomás Honey*, que representa el caso excepcional de la aculturación a la inversa, ya que se trata de un angloamericano que se "chicaniza" y escribe en español chicano.

De todas maneras, la labor de los editores de este libro ha sido admirable, así

como la de sus colaboradores. Han dotado a los estudiosos y lectores de la literatura chicana de un valioso y utilísimos instrumento que hacía mucha falta y que representa un gran estímulo para el estudio de esta faceta tan interesante y problemática de la literatura de esta América.

Ramón Luis Acevedo

\* \* \*

Maria das Graças Moreira de Sá, *Guilherme de Azevedo na Geração de 70*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Biblioteca Breve, 1986, pp. 159.

A profecia de Guerra Junqueiro, quando afirmava que Guilherme de Azevedo tinha sido um “poeta assassinado por um jornalista” mas que “o jornalista com o correr dos anos irá sensivelmente diminuindo” para de novo dar lugar ao poeta, só em parte se cumpriu, se considerarmos o presente estudo que privilegia precisamente o jornalista, apresentando, talvez pela primeira vez, uma visão sistemática e global da grande actividade como cronista por parte do autor de *A Alma Nova*.

Depois de apresentar as linhas gerais de uma experiência cultural e literária, a autora analisa, ainda que brevemente, o itinerário de Guilherme de Azevedo como poeta, partindo precisamente das famosas considerações de Junqueiro, e refere, de passagem, a controvérsia que ainda hoje se gera em torno dos textos poéticos do “diabo coxo”, citando, como exemplo, a polémica entre o signatário e o crítico João Gaspar Simões, na altura da publicação da 3ª. ed. de *A Alma Nova* (Lisboa 1981). Na verdade, como se acabou por apurar a partir da resposta à minha intervenção, as posições daquele crítico deviam-se sobretudo ao despeito por não se ver citado no estudo que precedia a edição, visto que as suas opiniões acerca de Guilherme de Azevedo nunca tinham sido negativas (cf. *História da Poesia Portuguesa*), de tal modo que o tinha até incluído na lista dos autores estudados nas *Perspectivas da Literatura Portuguesa do séc. XIX*, obra dirigida por ele próprio e que inclui o inteligente e estimulante ensaio de Mário Dionísio. De resto, não creio que resulte do meu prefácio, como parece ter entendido João Gaspar Simões, uma “supremacia” poética de Guilherme de Azevedo em relação a Cesário Verde (falo, quando muito, de homologias técnicas e temáticas), podendo perfeitamente subscrever as considerações agora expressas por M. das G. Moreira de Sá: “o espaço secundário que alguns autores ocupam não justifica o silêncio a que ficam votados; [...] muitas vezes o valor cultural dos textos dos autores menores excede o dos que, literariamente, lhe são superiores” (p. 35).

É porém de Guilherme de Azevedo-cronista que se ocupa prevalentemente a estudiosa no trabalho aqui examinado, desde os primeiros passos de *O Alfageme*, de Santarém (revelação ideológica e literária do escritor), até às cartas e folhetins

de *O Primeiro de Janeiro* (1879-1882), estes últimos porventura os textos mais agudos do autor porque aí confluem, numa síntese particularmente feliz, os traços distintivos que haviam caracterizado o comentário político, a ironia subtil e caricatural das páginas humorísticas ou a capacidade de análise de muitas das suas crónicas que nada ficam a dever, como organização interna e força de intervenção, às das famosas *Farpas*, de Eça e Ramalho Ortigão.

Através do levantamento minucioso dos materiais, dispersos por jornais e revistas, alguns de não fácil consulta (são enormes as lacunas das bibliotecas e arquivos), M. das G. Moreira de Sá pôde determinar com a precisão possível o corpo textual de Guilherme de Azevedo, resolvendo até alguns casos em que as crónicas aparecem assinadas por um pseudónimo, já que, no estado actual dos estudos sobre a chamada “geração de 70”, provavelmente outros casos haverá que permanecerão insolúveis: a colaboração n’*O Espectro de Juvenal*, por exemplo, ou a série de crónicas subscritas por pseudónimos colectivos, desde o prolífico e quase omnipresente Gil Vaz até ao “Máscara de Seda”, este último de decifração ainda mais complicada por envolver mais do que duas personalidades. De qualquer modo, o que se pode atribuir com segurança a Guilherme de Azevedo representa um grupo notável de texto (comentários, “cartas”, notas marcadamente humorísticas, crónicas e folhetins) que permitem, sem dúvida, estabelecer o gosto de uma inteira geração e a sua incidência na história das ideias políticas e literárias em Portugal durante os últimos trinta anos do século XIX; e averiguar a evolução singular do poeta de *A Alma Nova* que, da irreverência inicial (aspecto que se estende a toda a geração), acabou por atingir pontos altos de uma escrita que se foi gradualmente depurando e enriquecendo: “torna-se mais cuidada, evitando as repetições escusadas, o exagero de algumas expressões, o uso e abuso de figuras retóricas” (p. 108).

No capítulo conclusivo, para além de uma síntese sobre o trabalho de Guilherme de Azevedo jornalista, a estudiosa levanta a questão, pertinente e de algum modo denunciadora da incúria das entidades portuguesas responsáveis pela cultura, da publicação em volume da vasta colaboração do autor nos jornais e revistas da época. Ela própria historia as poucas tentativas nesse sentido e atribui este silêncio à “dificuldade de coligir tão grande quantidade de textos dispersos em diversas folhas” (p. 127). No estado actual do problema, e considerando que o presente estudo é também o produto dum percurso textual feito com base nas fontes directas, é de presumir que M. das G. Moreira de Sá já empreendeu o trabalho mais espinhoso que se prende com a recolha de materiais. E se falta inventariar rigorosamente a colaboração publicada na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro (parte da qual transcrita porém no *Diário da Manhã*, como se lê a p. 115), de que era correspondente em Paris, colaboração que se adivinha importante, o obstáculo não deve ser de todo inaccessível de transpor.

Sobre o alcance de um tal volume não será necessário tecer muitas considerações. Basta pensar na qualidade dos que, de uma maneira ou doutra, reconheceram no autor o espírito da “nova escola” e a novidade do seu verbo (Antero de Quental, Joaquim de Araújo, Magalhães Lima, Ramalho Ortigão, Cândido de Figueiredo ou Guerra Junqueiro) para reconhecer que a operação de reunir o legado cultural de Guilherme de Azevedo pode contribuir para um melhor conhecimento dos me-

canismos sociais, políticos e literários que estão afinal na base da formação de um grupo, nas suas manifestações individuais e colectivas.

Manuel Simões

Fernando Pessoa, *Il libro dell'inquietudine*. Prefazione di Antonio Tabucchi. Raccolta, org. e note di Maria José de Lancastre, Milano, Feltrinelli, 1986, pp. 279.

Quando em 1982 saiu a primeira edição portuguesa do *Livro do Desassossego* (Fernando Pessoa, *Livro do Desassossego*, por Bernardo Soares; pref. e org. de Jacinto do Prado Coelho, recolha dos textos por Maria Aliete Galhoz e Teresa Sobral Cunha, 2 vv., Lisboa, Ática, 1982), a operação editorial — ainda que imediatamente reconhecida de alta competência crítica e filológica — causou em muitos acentuado “desassossego”. Aquela inquietude que sempre nos ocorre quando se começa a completa e extenuante publicação dos inéditos de um grande autor. A questão é sempre a mesma: qual o limite do direito de publicação de um texto que, por uma razão ou por outra, o autor deixou sem publicar? O direito legítimo de estudos da expressão de determinado autor justifica a publicidade de um texto que ele não pôde ou não quis dar ao público? Claro que uma tal complexa questão se apresenta sempre com tantas “sfumature”. Certa é a questão em relação ao texto que o autor destinava objetivamente à publicação e não chegou a fazê-la por razões superiores à sua vontade imediata; outra, são aqueles possíveis materiais, fragmentários e circunstanciais, esboços ou projetos de trabalhos, aqueles mesmos que as mais das vezes serviam ao escritor tão somente como exercício de metodologia para a própria atividade literária. No caso de material ligado a este último exemplo, a perplexidade pela publicação é sempre mais acentuada. Ora, o chamado *Livro do Desassossego*; de Fernando Pessoa, está inegavelmente nesta categoria. É um projeto pessoano que pertenceu sempre mais à natureza do seu profundo ser literário — constante de sua psicologia — do que à objetividade da operação final de seus textos. E chamá-lo de *Livro* não significa nele, Fernando Pessoa, a certeza do projeto que deveria, cedo ou tarde, vir a ser finalizado, mas apenas mais uma das tantas provas de sua personalidade inteiramente integrada na literatura, na literatura como vida. Os fragmentos do “desassossego”, temos como verdade, não são outra coisa que o viver quotidiano do homem Fernando Pessoa. Daí, a dispersão característica daqueles papéis, e o correspondente caos — muitas vezes fragmentos de sublimidade poética — dos mesmos. Mais do que em qualquer outro momento — justamente porque tais fragmentos permaneciam no horizonte do absolutamente privado — eles representam para Fernando Pessoa um espaço privilegiado. Um espaço privilegiado de exercício de lógica, aquela mesma lógica de pensamento, razão essencial da escritura pessoana. Aquela mesma escritura que se exercita continuamente, não para transformar-se num sistema final de lógica-formal, mas para

chegar à conquista maior, no projeto pessoano a conquista da linguagem poética. É por isso mesmo que, se lemos o *Livro do Desassossego* fora de uma perspectiva da expressão poética a partir de sua linguagem mais ampla, caímos na segura possibilidade de lutar com a monotonia a que os fragmentos conduzem pela repetição das situações dramáticas e, muitas vezes, pela dimensão do óbvio de muitos conceitos aparentemente inovadores. A poética do fragmento não se realiza somente porque um texto é fragmentário [...].

Tudo isto está previsto na inteligência que guiou a edição de Jacinto do Prado Coelho, com Maria Aliete Galhoz e Teresa Sobral Cunha. É uma edição de texto que, mesmo sendo acessível a um público maior interessado, é destinada à melhor compreensão da obra de Fernando Pessoa. Por isso mesmo, Jacinto do Prado Coelho escreve no seu prefácio: “Se o que hoje publicamos do *Livro do Desassossego* tem muito de espontâneo, de imediato, se esse muito não chegou a passar pelo crivo a que Pessoa havia de submeter quaisquer textos destinados ao prelo, tal não é suficiente para supormos nele a sinceridade humana em que Pessoa, ao que parece, não acreditava”. “Penetramos aqui, com um trémulo respeito, no laboratório secreto do escritor, em cuja ambígua penumbra vislumbramos os acessos que conduzem à palavra límpida, ao sentimento “fingido”, e onde os vários disfarces de guarda-roupa não escondem por completo uma envergonhada nudez”. “Temos aqui, de qualquer modo, um exemplo de como Fernando António Nogueira Pessoa, vivendo às vezes como qualquer um, logo transferia o real vivido para a esfera do real literário, do seu ponto de vista o mais verdadeiro, o único que vale a pena”.

A bela e, por muitas características, fascinante edição Feltrinelli de Fernando Pessoa, *Il libro dell'inquietudine*, organizada por Maria José de Lancastre e Antonio Tabucchi, baseada, com algumas mas não substanciais modificações, na edição de Jacinto do Prado Coelho, desta não assume aqueles valores culturais que consideramos sempre indispensáveis a empresas desse tipo.

A tradução italiana do *Livro do Desassossego* é antes uma clara operação editorial de mercado que uma contribuição filológica à maior compreensão de Fernando Pessoa por parte do público italiano interessado ao poeta português. Já no inteligente, mas desconcertante, prefácio de Antonio Tabucchi podemos observar elementos essenciais que demonstram esta nossa afirmação. Começamos com a inaceitável definição de “romance” para o caótico material fernandiano: “[...] grandioso zibaldone fatto di *journal intime*, di riflessioni, di appunti, di impressioni, di meditazioni, di vaneggiamenti e di slanci lirici che egli chiama *Libro* e che noi potremmo chiamare romanzo”. É uma tal liberdade na conceituação do gênero literário que logo nos vem à lembrança a *boutade* dos anos iniciais do Modernismo brasileiro, expressa por Mário de Andrade a quem lhe criticava os contos que publicava, conceituando o gênero: “conto é tudo aquilo que eu chamo conto”. A única diferença está em que vivemos tempos culturais e críticos muito diversos daqueles heróicos das vanguardas históricas [...].

O desconcertante prefácio de Tabucchi, sempre bom exemplo de sua predominante personalidade literária, continua organizando-se a partir das possíveis fontes do Pessoa do *Livro do Desassossego*. As inúmeras referências a autores do chamado decadentismo e do simbolismo — tais como Rilke, Laforgue etc. — tendem a um possível infinito de autores e obras participantes da atmosfera epocal que

é a mesma de Fernando Pessoa, o que invalida qualquer teorização de fontes literárias específicas baseadas em tão inconsistentes termos. O mesmo desconcerto notamos ainda no sistema de *collage* de referimentos críticos de numerosos especialistas portugueses de Pessoa, tais como Maria Alzira Seixo, Eduardo do Prado Coelho, Eduardo Lourenço, Jacinto do Prado Coelho, Arnaldo Saraiva, fazendo de teses que, apresentadas isoladamente podem (ou poderiam) servir de elemento para uma melhor compreensão da linguagem poética pessoana, se transformam num intrincado de pura erudição.

A organização do texto por parte de Maria José de Lancastre se serve da primeira, acurada recolha e transcrição do material textual por Maria Aliete Galhoz e Teresa Sobral Cunha, modificando, porém, o ordenamento da edição de Jacinto do Prado Coelho. Este escolheu uma linha de áreas temáticas, enquanto que Maria José de Lancastre, em harmonia com a teorização do prefácio de Tabucchi na busca do inexistente “romance” de Pessoa, se baseia “[...] su un criterio che, pur non prescindendo dalle aree tematiche, ha inteso ricercare nei testi e nei frammenti dei nessi logici, seppure tenui, entro i quali ricostruire ‘narrativamente’ l’ipotetico libro”.

Naturalmente, para um material difuso como este de Pessoa o critério ideal para uma edição seria aquele o mais possivelmente ligado à cronologia das anotações ou redações textuais. Sendo uma porfia inaudita e quase utópica, diante do caso típico do material produzido no arco de tantos anos e solto em tantas e tantas páginas de papel, a linha da edição de Jacinto do Prado Coelho é aquela que menos fere um tal ideal de transcrição. A linha seguida por Maria José de Lancastre para a tradução italiana é somente arbitrária e afasta-se do ideal de metodologia filológica que Jacinto do Prado Coelho estabelece com o seu critério.

Ao lado deste ângulo excepcional de transcrição, a tradução italiana de Tabucchi e Lancastre apresenta problemas de grande interesse para a nossa apreciação crítica. Inicialmente, cremos que em poucas outras circunstâncias a tradução de um texto poderia encontrar melhores condições de boa realização como a da edição Feltrinelli do *Livro do Desassossego*. Feita por dois estudiosos de objetiva fama universitária, ambos excelentes conhecedores das respectivas línguas maternas (e no caso de Antonio Tabucchi, um conhecimento que está possibilitando a edificação de uma obra narrativa de particular significação), bem como, ambos titulares de suficiente conhecimento das respectivas segundas línguas, no caso da Lancastre, o italiano; naquele de Tabucchi, o português, esperava-se de poder encontrar uma tradução dos fragmentos pessoanos em clara consonância com a expressão original. Porém, em muitos passos da obra tal expectativa não encontra adequada correspondência. Para evitar maiores delongas, tomemos como exemplo somente um pequeno fragmento da tradução, e este servirá para os demais que oferecem os mesmos ou problemas semelhantes. Tomemos o n. 2, da tradução italiana, um dos poucos “desassossegos” pessoanos que se apresenta com um título, *Il viaggio dentro la testa*, correspondente na ordenação de J. do Prado Coelho a parte do n. 124:

Dal mio quarto piano sull’infinito, nella plausibile intimità della sera che sopraggiunge, a una finestra che dà sull’inizio delle stelle, i miei sogni si muovono con l’accordo di un ritmo, con una distanza rivolta verso viaggi a paesi ignoti, o ipotetici, o semplicemente impossibili.

Do meu quarto andar sobre o infinito, no plausível íntimo da tarde que acontece, à janella para o começo das estrellas, meus sonhos vão por accordo de rythmo com distancia exposta para as viagens aos paizes incognitos, ou suppostos ou somente impossíveis.

Na forma original, “no plausível íntimo da tarde que acontece”, a grande força estilística resultante da substantivação dos adjetivos, processo de enriquecimento semântico da linguagem, vê-se tristemente empobrecida pela solução da tradução italiana, “nella plausibile intimità della sera”, empobrecimento que se acentua pelo pouco expressivo que é a forma sintagmática “che sopraggiunge”, comparada à muito pessoal e expressiva presente no original, “que acontece”. O verbo “acontecer” aqui está impregnado de conotações que a forma verbal italiana “sopraggiungere” não traduz. A mesma coisa, e ainda aqui acentuadamente, se verifica em relação aos sintagmas “à janella para a começo das estrellas — a una finestra che dà sull’inizio delle stelle”. Uma indisfarçável caída de intensidade expressiva se verifica na impossível relação entre as formas verbais “vão” e “si muovono”, na iluminação poética contida no sintagma total: “meus sonhos vão por accordo de rythmo com distancia exposta para as viagens aos países incognitos”, irremediavelmente transformado no puramente conceitual e formal: “i miei sogni si muovono con l'accordo di un ritmo, con una distanza rivolta verso viaggi e paesi ignoti”.

E assim seria para tantos e outros setores de uma tradução que, entretanto, apresenta igualmente soluções positivas como, por exemplo, aquela do fragmento n. 5, correspondente ao 91 da lição de Jacinto do Prado Coelho.

Depois de tudo, resta-nos uma grande perplexidade diante deste *Il libro dell'inquietudine*. A quem pode servir, verdadeiramente? Certamente não a Fernando Pessoa; e muito menos ao leitor italiano de Pessoa.

Sílvio Castro

José Curi, *Racconti de Rio Cedro (In dialeto)*, Florianópolis (Brasile),  
Universidad Federal de Santa Catarina, 1985.

Con questo libretto di dieci racconti in veneto-brasiliano, pubblicati più che opportunamente dalla Pro-Reitoria de Assuntos Estudantis e de Extensão dell'Università Federale di Santa Catarina - Brasile (con cui essa e il suo Direttore, il mio vecchio amico e collega Hamilton Savi, si sono acquistati un vero merito non solo di fronte ai discendenti degli eroici veneti che tanto hanno contribuito a trasfigurare lo stato, ma anche, e in primo luogo, di fronte a noi dialettologi, venetisti e latinoamericanisti, che da tempo ne eravamo in attesa), si può dire che esplose anche nello stato di Santa Catarina, come già era accaduto in quello limitrofo di Rio Grande do Sul, una letteratura veneta a livello scritto (le tradizioni orali si tramandano, com'è noto, da più di cent'anni). Si sa che nel Rio Grande do Sul, sulla scia

del famoso *Naneto Pipeta* di Aquiles Bernardi (che ancora attende uno studio critico sistematico ed esauriente), si è sviluppata da tempo una serie di opere letterarie in prosa e, più recentemente, in poesia (cfr. la mia recensione a Italo Balen, *Os pesos e as medidas*, in questa stessa rivista, n. 19, febbraio 1984, pp. 58-61), i cui ultimi preziosi esempi troviamo rispettivamente in *Ghen'avemo fâto arquante*, di Darcy Loss Luzzatto (Porto Alegre, 1985) e *Sti anni in colonia*, di João Leonir Dall'Alba (Caxias do Sul, 1986), dei quali mi occuperò prossimamente.

Trascrivo le parole che il mio valente collega e critico letterario, della prestigiosa Università Federale di Florianópolis, Celestino Sachet, ha pubblicato nella sua presentazione dell'autore sulla copertina del volume riproducendo un giudizio già apparso nel suo fondamentale saggio *O imigrante e a literatura italo-catarinense*, in "Travessia", vol. 4, n. 10, Florianópolis, UFSC, 1984, p. 142: "Assim como o imigrante vêneto do Rio Grande do Sul tem um Aquiles Bernardi — *Naneto Pipetta* e *Storia de Nino, fradello de Naneto Pipetta* — para colocar no papel as desventuras de um imigrante nos seus primeros tempos de 'gaúcho', a imigração italiana de Santa Catarina encontrou em José Curi o romancista de que estava precisando". Ciò contribuirà fra l'altro, come sta accadendo nello stato limitrofo, a risvegliare nei discendenti diretti della Serenissima Repubblica veneta la coscienza o meglio la riscoperta della loro identità etnico-culturale e la sostituzione di certi infondati complessi di "inferiorità" con un sano orgoglio della propria origine e della propria millenaria lingua-madre.

L'interesse del libro non è solo letterario ma, soprattutto, linguistico e socio-culturale in quanto l'autore, da una parte, recupera (rivivendolo in prima persona e *reinventandolo* poeticamente) uno spaccato di vita veneta delle prime decadi del secolo nel nord-est dello stato di Santa Catarina, e dall'altro documenta *in vivo* una serie di fenomeni linguistici (di conservazione, di innovazione, di contaminazione etc.) preziosi per chi si dedica a studiare questo tipo di materiali prima che essi scompaiano del tutto (si confronti al riguardo il recente volume, di AA.VV., *Presenza, Cultura, Lingua e Tradizioni dei veneti nel mondo. Parte I, America Latina*, curato dal sottoscritto e pubblicato dalla Regione Veneto e dal Centro Inter-universitario di Studi Veneti, Venezia, 1987, a cui appunto hanno collaborato anche specialisti delle Università del Rio Grande do Sul e di Santa Catarina: in esso vari capitoli sono appunto dedicati allo studio delle tradizioni venete in quest'ultimo stato.

Curi rievoca episodi e situazioni da lui realmente vissuti da bambino, nell'ambiente contadino della *colonia*, in quel di Rodeio (isola linguistica ancora venetofona, nel contesto tedescofono della valle dell'Itajaí-Açú) dove, fin dall'età di sette anni egli, figlio di madre veneta e di padre arabo, parlava solo il veneto (il portoghese-brasiliano cominciò ad apprenderlo a scuola). Ora è cattedratico di Filologia Romanza dell'Università di Florianópolis (dopo essere stato professore d'italiano nella stessa) e membro dell'autorevole Academia Catarinense de Letras. Proprio il fatto di essere stato docente d'italiano e di aver anche trascorso un periodo di studio in Italia, spiega come nel suo veneto vi siano più infiltrazioni di italiano nazionale (quello che egli chiama l'"italiano clasico") di quanto non potessimo supporre basandoci sui testi letterari veneti del Rio Grande do Sul. Esse si aggiungono alle infiltrazioni del brasiliano, alcune delle quali dovevano essersi già *istituzionaliz-*

zate all'interno della comunità venetofona di Rodeio all'epoca dell'infanzia dell'autore (eravamo negli anni '30), e quindi si può dire che appartenevano ormai alla *koiné* veneto-trentina locale, mentre altre sono da considerarsi come risultanti lessicali o fonetiche o grafiche o sintattiche meno sistematiche e più personali. Fra le prime si possono certamente includere: *taquare* 'canne' (bras. *taquaras*), *parabens* 'auguri' (bras. *parabems*), *nol dà* 'non (si) riesce', (bras. *não dá*), *amar a Dio* 'amare Dio' (bras. *amar a Deus*), *basta de storie* 'basta con le storie' (bras. *basta de histórias*), *telefone* 'telefono' (bras. *telefone*), *garrafa* 'bottiglia' (bras. *garrafa*), *de bicicleta* 'in bicicletta' (bras. *de bicicleta*), *camignón* 'camion' (bras. *caminhão*), *i negosi* 'gli affari' (bras. *os negócios*), *facón* 'coltello' (bras. *facão*), *asunto* 'affare' (bras. *asunto*), *bandóni* 'fisarmoniche' (bras. *bandônios*), *suraschi* 'carne alla brace' (bras. *churrascos*), *carta* 'lettera' (bras. *carta*), e tante altre che rappresentano dei *prestiti di necessità* o dei *prestiti d'inerzia*. Fra i secondi possiamo trovare forme come: *humiltà* 'umiltà' (bras. *humildade*), *planicie* 'pianura' (bras. *planície*), *sbelta* 'esile' (bras. *esbelta*), *ruina* 'rovina' (bras. *ruína*), etc.

Quanto agli italianismi veri e propri (interferenze dell'italiano nazionale), a cui ho testé accennato, là maggior parte possono considerarsi come peculiari dell'autore. Si vedano, per esempio, "raccontava" (p. 28), "uscendo" (p. 33), "grande" (p. 39); o addirittura citazioni letterarie del tipo delle dantesche "sen nati a formar l'angelica farfalla" (p. 49) o "povera e nuda vai filosofia!" (*ibid.*).

Ma più che documentare anche in Curi la presenza di quel tipo di interferenze linguistiche che ho segnalato da tempo per il Brasile, come per l'Argentina e l'Uruguay e, più recentemente, per il Messico (cfr. per quest'ultimo il mio saggio *Lingue in contatto: interferenze fra veneto e spagnolo in Messico*, nella miscellanea citata più sopra, pp. 237-263 a cui rimando), mi interessa qui sottolineare la presenza di fenomeni più corposi e più rilevanti da un punto di vista socioculturale come la conservazione di proverbi veneti e di canti antichi, di gesti antichissimi, di bestemmie tradizionali (e relativi eufemismi), di espressioni popolari estrose e pregnanti. Vediamone alcuni (lasciando ai più giovani l'auspicio che se ne faccia uno studio sistematico, magari in occasione del prossimo "secondo convegno sull'emigrazione italiana nello stato di Santa Catarina" che si terrà quest'anno presso l'Università Federale di Florianópolis).

Proverbi popolari si trovano sparsi qua e là, alcuni dei quali sono per noi, veneti contemporanei, del tutto insoliti: "dei parenti mi voi solo i denti" (p. 19); "prete per mi solo castrà" (p. 54); "Quando en prete el salta-for ghè sempre na bernarda [organo sessuale femminile] in medo" (*ibid.*). L'autore ci presenta addirittura un vecchio ("el nono") "che parla solo in proverbi" (p. 45). Vale la pena di trascriverli qui per la delizia degli studiosi di paremiologia. Alcuni sono già noti, come "Saco vodo no stà in pè", "Can che sbaia nol morde", "Ride ben chi ride ultimo", "Na man lava l'altra e le doe el muso", "Chi vâ pian vâ lontan. Chi vâ forte vâ ala morte", "Speta cavalo che l'erba la buta", "A chi ben capisce, poche parole", "L'è meio en ovo ancoi che na galina doman", "Coi soldi se fâ balar anca l'orso", "Em boca serà no ghe vâ entro mosche" [proverbio tradotto letteralmente dal corrispondente brasiliano], "Quanda manca el gato i palteгани i bala"; altri sono meno noti (o addirittura scomparsi) come: "[la boassa] Pu se la smissia, pu la spusasa", "Schèi fâ schèi e piöci fâ piöci", "L'è meio fruar le scarpe che i nissioi". "A

paroni e a mati no se ghe comanda”, “Polenta e late ngraša le culate”, “Vin de casa no mbriaga”, “Col gracie no se magna”, “Al galo grašo se crepa el goso”, “Dopo na pansa piena, na pipà de tabaco l’è na gran sostansa”, “Se le parole le pagase imposto seria un afar serio”, “L’amor l’è potente ma l’oro onipotente!”, “A robar poco se va in galera, a robar tanto se fa carriera”, “Tempo de guera pu bale che terra. I poveri se amassa e i richi i se abbrassa”, “Schersa coi fanti e lascia star li santi”, “En bon cristian lavora ancoj e anca doman”, “Te me volesto, magna de questo”, “Amor senza barufa el fa la mufa”, “Anca na bela scarpa la diventa na scarpassa”.

Quanto ai canti antichi, oggi praticamente scomparsi, Curi cita, per esempio (p. 37), un paio di strofe di quel “Tòtela ti” che doveva essere molto diffuso fra gli immigrati locali (dato il contesto “I nà magnà tuti na spansà. Allora canti [...]. Coša cantar? [...] Tòtela ti, che tuti i la sà): “Tòtela ti / che mi no la voi / la ghà la goba / la ruina [rovina] i nissioi! / Tòtela ti / che mi no la voi / la ghà la pišarella / la spiša [pissa] i nissioi [...]”. Così pure *Din-don campana-martelo* “che tuti i conosce” (*ibid.*), di cui ecco la scerzosa ultima strofa: “La ghà i denti come na sega / la ghà la boca che par na botega / la ghà la boca che par na botega / proprio de quele che i forma el carvon [carbon]”. Si tenga conto che i contadini discendenti dai veneti hanno conservato, fra le altre caratteristiche, sotto l’apparenza della seriosità, la scherzosità sorniona tradizionale dei loro antenati; così come (i più anziani) hanno conservato (insieme al gioco delle bocce o a quello antichissimo della *mora*, o alle abitudini alimentari: la polenta, che si taglia col filo, il *museto* etc.) l’abitudine a intercalare nel loro parlato bestemmie o affini. In Curi ne ritroviamo alcune più o meno eufemizzate: “orca-putana!” [porca puttana!]” (p. 14), alternando con “Orcoputani” (in cui si sommano l’imprecazione e la connotazione aggettivale pluralizzata) (p. 28), “Cramento! [Sacramento!]” (*ibid.*), alternando con “Cramegna!” (p. 14) (che, a sua volta, è incrocio eufemistico con *gramegna* (gramigna) e con “cràformento” (p. 50) (incrocio con *formento* ‘frumento’), “Ostia” (p. 28), alternando con “can-da l’ostia” (p. 46) (che è sinonimo di *Dio can!*) o, con variante grafica, “can da l’hostia!” (p. 65) (infiltrazione del bras. *hóstia*).

Rilevante è, altresì, la riproduzione di certe tipiche espressioni venete plebee, anch’esse pregnanti: “la è ndà a farse čiavar!” (p. 18) e “che tuto vaga a farše čiavar!” (p. 61); “daghe na spissegà su na culata” (p. 62); che arrivano ad essere, a volte, dissacranti: “Rondelo vegni-for con padre-nostro al filon dela schena che l’è sora al bus del cull!” (p. 36).

A questo tipo di espressioni verbali, se ne aggiunge una gestuale, preziosa per i semiologi dato che in essa si ritrova conservato un gesto antichissimo, risalente all’epoca classica, che Curi descrive durante una lite tra la nonna infuriata e il paziente nonno: “Su questo ponto la nona la voleva saltar ghe sora [...]. Che vergogna! Dopo la nona lèveše su, volteše, tira-su la veste e ašeghe veder el culo al nono e vā in cosina. El nono no la pu dito gnente. El sà levà-su e l’è ndà a dormir” (p. 46). Si tratta di un *gesto* (che in realtà consiste nell’esibizione, dal di dietro, dell’organo sessuale femminile) che era stato osservato in qualche zona rurale arretrata della Sicilia e che, comunque, credevamo del tutto estraneo al Veneto. Esso ha valore offensivo, come altri gesti (e parole: ven. *mona*; ital. mer. *fessa*; ital. naz. *fesso*, etc.) che rappresentano tale organo (cfr. il mio *Diccionario de gestos: España e Hispanoamérica*, Bogotá, Instituto Caro y Cuervo, tomo I [1980], paragr. 90.

29, e tomo II [1983], paragr. 196.3 e nota 848).

Per concludere, ormai, dati i limiti spaziali consentiti in questa sede, si può rilevare la descrizione di un ultimo fenomeno interessante per la storia della cultura *in loco*, e cioè il transito fra due epoche, quella di prima e quella di adesso, che si incontrano e si sovrappongono: “Forši per alcoanti ani ancor. Tuto l'è dopio quà a casa. Ghen el fogolar de legna e quello de gas: soprašen con fero en brasa e n'altro elettrico; ghen la geladera e el caselo; ghen la slita e la carossa; el uísque e la sgnapa; el dialeto taliano e el brasiliano; la morale e l'imoralità; preti e no preti; la Oti e [...]”.

E' un'osservazione penetrante, presentata, fra l'altro, con efficacia letteraria-teatrale: lo studioso, anche qui, si è fatto *poeta* ...

Giovanni Meo Zilio

[Questa nota critica è un anticipo di una mia comunicazione sulla letteratura veneto-brasiliana che verrà presentata prossimamente al Secondo Simposio sull'immigrazione italiana presso l'Università Federale di Florianópolis in Brasile].



## PUBBLICAZIONI RICEVUTE

### a) Riviste

- Arquipélagos: línguas e literaturas*, Universidade dos Açores, VIII, 1986.
- Bollettino del C.I.R. V.I.*, Centro Interuniversitario di Ricerche sul "Viaggio in Italia", Moncalieri, V, n. 1, gennaio-giugno 1984.
- Canadian Journal of Italian Studies*, McMaster University, Hamilton, vol. 9, n. 32, 1986.
- Castilla*, Universidad de Valladolid, nn. 9-10, 1985.
- Criticón*, Université de Toulouse-Le Mirail, nn. 35 e 36, 1986.
- Dieciocho: Hispanic Enlightenment Aesthetics and Literary Theory*, Rutgers University, North Brunswick, VIII, nn. 1 e 2, 1985; IX, nn. 1-2, 1986.
- Estudios: filosofía / historia / letras*, Instituto Tecnológico Autónomo de México, n. 5, verano 1986; n. 6, otoño 1986; n. 7, invierno 1986.
- Incipit*, Universidad de Buenos Aires, vol. V, 1985.
- Letras de Deusto*, Universidad de Deusto, Bilbao, n. 36, septiembre-diciembre 1986.
- Letras de hoje*, Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, n. 64, junho 1986.
- L'ordinaire du mexicaniste*, Université de Toulouse - Le Mirail, n. 106, novembre-décembre 1986.
- Quadrant*, Université Paul Valéry, Montpellier, 1986.
- Revista de dialectología y tradiciones populares*, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, tomo XLI, 1986.
- Revista Iberoamericana*, University of Pittsburg, n. 137, octubre-diciembre 1986.
- Spicilegio moderno*, Università di Bologna, nn. 19-20, 1985.

### b) Libri

- AA.VV., *El personaje dramático. Ponencia y debates de las VII jornadas de teatro clásico español*, Madrid, Taurus, 1985, pp. 316.
- AA.VV., *Los géneros literarios*, Actes del VII<sup>e</sup> simposi d'estudis classics (21-24 de març de 1983), Bellaterra, Universitat Autònoma de Barcelona, 1985, pp. 294.
- AA.VV., *Mística e linguaggio*, Atti del seminario di ricerca (1985) a cura di M. Macola e R. Benedetti, Trieste, Istituto di filologia romanza della Facoltà di lettere, 1986, pp. 188.

- Academia Argentina de Letras, *Acuerdo acerca del idioma*, Buenos Aires, Academia Argentina de Letras, 1986, tomo V (pp. 264), tomo VI (pp. 204), tomo VII (pp. 314).
- J.B. Alberdi, *Escritos satíricos y de crítica literaria*, Buenos Aires, Academia Argentina de Letras, 1986, pp. 344.
- Anónimo, *Història de París i Viana*, edició facsímil de la primera impressió catalana (Girona 1495). Estudi literari i tipogràfic de P.M. Càtedra. Estudi lingüístic de M. Prats, Gerona, Diputació, 1986, pp. 171.
- F. Arantes Lana - L. Gomes Lana, *Il ventre dell'universo*, Palermo, Sellerio Editore, 1986, pp. 312.
- P.M. Càtedra, *Exégesis - Ciencia - Literatura. La exposición del salmo "Quoniam videbo" de Enrique de Villena*, Madrid, Anejos de "El Crotalón", 1985, pp. 163.
- R. Lapesa, *Garcilaso: Estudios completos*, Madrid, Istmo, 1985, pp. 265.
- M.L. Montero, *Vocabulario de Benito Lynch*, Buenos Aires, Academia Argentina de Letras, 1986, pp. 215.
- Hno. Nectario María, *Historia de Venezuela*, Caracas, Fundación La Salle, 1981, pp. 397.
- M.G. Profeti, *Quevedo: la scrittura e il corpo*, Roma, Bulzoni, 1984, pp. 268.
- G. Poggi - P. Taravacci, *Le bugie della parola. Il giovane Borges e il barocco*, Pisa, ETS, 1984, pp. 144.
- I. Rodríguez Alfagema - A. Bravo García, *Traducción clásica y siglo XX*, Madrid, Editorial Coloqui, 1986, pp. 214.
- J. Rubia Barcia, *Mascarón de proa. Aportaciones al estudio de la vida y de la obra de Valle-Inclán*, La Coruña, Castro, 1983, pp. 364.
- Diego de San Pedro, *Carcer d'amor - Carcer d'amore. Due traduzioni della 'novela' di Diego de San Pedro*. A cura di V. Minervini e M.L. Indini, Fasano (Bari), Schena, 1986, pp. 293.
- J.C. Santoyo, *El delito de traducir*, León, Diputación Provincial, 1985, pp. 225.
- Studi di iberistica in memoria di Giuseppe Carlo Rossi*, Napoli, Istituto Universitario Orientale, 1986, pp. 294.
- H. Vidal, *El movimiento contra la tortura "Sebastián Acevedo". Derechos humanos y la producción de símbolos nacionales bajo el fascismo chileno*, Minneapolis, Society for the Study of Contemporary Hispanic and Lusophone Revolutionary Literatures, 1986, pp. 387.

## PUBBLICAZIONI

del Seminario di Lingue e Letterature Iberiche e Iberoamericane  
dell'Università degli Studi di Venezia

- |  |          |
|--|----------|
| 1. C. Romero, <i>Introduzione al "Persiles" di M. de Cervantes</i> . . . . .   | L. 3.500 |
| 2. <i>Repertorio bibliografico delle opere di interesse ispanistico (spagnolo e portoghese) pubblicate prima dell'anno 1801, in possesso delle biblioteche veneziane</i> (a cura di M.C. Bianchini, G.B. De Cesare, D. Ferro, C. Romero) . . . . . | L. 6.000 |
| 3. Alvar García da Santa María, <i>Le parti inedite della Crónica de Juan II</i> (edizione critica, introduzione e note a cura di D. Ferro) . . . . .  | L. 5.000 |
| 4. <i>Libro de Apolonio</i> (introduzione, testo e note a cura di G.B. De Cesare) . . . . .  | L. 3.200 |
| 5. C. Romero, <i>Para la edición crítica del "Persiles"</i> (bibliografía, aparato y notas) . . . . .  | L. 6.000 |
| 6. <i>Annuario degli Iberisti italiani</i> . . . . .   | L. 5.000 |

## RASSEGNA IBERISTICA

Direttori: *Franco Meregalli e Giuseppe Bellini*

- |                       |          |                        |           |
|-----------------------|----------|------------------------|-----------|
| n. 1 (gennaio 1978)   | L. 3.000 | n. 15 (dicembre 1982)  | L. 7.000  |
| n. 2 (giugno 1978)    | L. 3.000 | n. 16 (marzo 1983)     | L. 8.000  |
| n. 3 (dicembre 1978)  | L. 3.000 | n. 17 (settembre 1983) | L. 8.000  |
| n. 4 (aprile 1979)    | L. 4.000 | n. 18 (dicembre 1983)  | L. 8.000  |
| n. 5 (settembre 1979) | L. 4.000 | n. 19 (febbraio 1984)  | L. 10.000 |
| n. 6 (dicembre 1979)  | L. 4.000 | n. 20 (settembre 1984) | L. 10.000 |
| n. 7 (maggio 1980)    | L. 5.000 | n. 21 (dicembre 1984)  | L. 10.000 |
| n. 8 (settembre 1980) | L. 5.000 | n. 22 (maggio 1985)    | L. 12.000 |
| n. 9 (dicembre 1980)  | L. 5.000 | n. 23 (settembre 1985) | L. 12.000 |
| n. 10 (marzo 1981)    | L. 6.000 | n. 24 (dicembre 1985)  | L. 12.000 |
| n. 11 (ottobre 1981)  | L. 6.000 | n. 25 (maggio 1986)    | L. 12.000 |
| n. 12 (dicembre 1981) | L. 6.000 | n. 26 (settembre 1986) | L. 12.000 |
| n. 13 (aprile 1982)   | L. 7.000 | n. 27 (dicembre 1986)  | L. 12.000 |
| n. 14 (ottobre 1982)  | L. 7.000 | n. 28 (maggio 1987)    | L. 12.000 |

PUBBLICAZIONI IBERISTICHE DELL'ISTITUTO EDITORIALE  
CISALPINO - LA GOLIARDICA

G. Bellini, <i>Teatro messicano del novecento</i> . . . . .	L. 10.000
G. Bellini, <i>L'opera letteraria di Sor Juana Inés de la Cruz</i> . . . . .	L. 2.500
G. Bellini, <i>La narrativa di Miguel Angel Asturias</i> . . . . .	L. 2.500
G. Bellini, <i>Il labirinto magico. Studi sul nuovo romanzo ispano-americano</i> .	L. 8.000
G. Bellini, <i>Quevedo in America</i> . . . . .	L. 1.600
G. Bellini, <i>Il mondo allucinante. Da Asturias a García Márquez. Studi sul romanzo ispano-americano della dittatura</i> . . . . .	L. 8.000
G. Bellini, <i>La letteratura spagnola "comprometida". Dalle origini al Rinascimento</i> . . . . .	L. 8.000
G. Bellini, <i>La poesia modernista</i> . . . . .	L. 1.200
A. Bugliani, <i>La presenza di D'Annunzio in Valle Inclán</i> . . . . .	L. 5.000
M.T. Cattaneo, <i>M.J. Quintana e R. Del Valle Inclán</i> . . . . .	L. 8.000
A. Del Monte, <i>La sera nello specchio</i> . . . . .	L. 10.000
F. Meregalli, <i>La vida política del canceller Ayala</i> . . . . .	L. 1.200
F. Meregalli, <i>Semantica pratica italo-spagnola</i> . . . . .	esaurito
G. Morelli, <i>Linguaggio poetico del primo Aleixandre</i> . . . . .	L. 8.000
S. Sarti, <i>Panorama della filosofia ispano-americana</i> . . . . .	L. 20.000
<i>Actas de las jornadas de estudio suizo-italianas de Lugano</i> . . . . .	L. 7.000

STUDI DI LETTERATURA ISPANO-AMERICANA

Direttore: *Giuseppe Bellini*

Vol. I (1967)	L. 8.000	Vol. IX (1979)	L. 10.000
Vol. II (1969)	L. 8.000	Vol. X (1980)	L. 10.000
Vol. III (1971)	L. 8.000	Vol. XI (1981)	esaurito
Vol. IV (1973)	L. 8.000	Vol. XII (1982)	L. 8.000
Vol. V (1974)	L. 8.000	Vol. XIII-XIV (1983)	L. 20.000
Vol. VI (1975)	L. 8.000	Vol. XV-XVI (1983)	L. 18.000
Vol. VII (1976)	L. 8.000	Vol. XVII (1985)	L. 15.000
Vol. VIII (1978)	L. 10.000	Vol. XVIII (1986)	L. 18.000

## STUDI E TESTI DI LETTERATURE IBERICHE E AMERICANE

Collana diretta da G. Bellini

### Serie I:

1. P. Neruda, *Memorial de Isla Negra*, a cura di Giuseppe Bellini . . . . . esaurito
2. F. Cerutti, *Sei racconti nicaraguensi*, a cura di F.C. . . . . esaurito
3. S. Serafin, *Miguel Angel Asturias. Bibliografía italiana y antología crítica* . . . . . L. 4.500
4. G. Morelli, *Strutture e lessico nei "Veinte poemas de amor..." di Pablo Neruda* . . . . . L. 5.000
5. M. Simões, *García Lorca e Manuel da Fonseca. Dois poetas em confronto* . . . . . L. 6.000

### Serie II:

1. G. Francini, *Orientaciones de la novelística española actual* . . . . . L. 4.000
2. G. Lanciani, *Mito ed esperienza nella nomenclatura geografica dei "Lusiadi"* . . . . . L. 3.000
3. L. Bonzi, *D'Annunzio nella stampa spagnola tra il 1880 e il 1920..* L. 5.000
4. S. Regazzoni, *Cuatro novelistas españolas de hoy. Estudio y entrevistas* . . . . . L. 9.000
5. L. De Llera Esteban, *Relaciones entre la Iglesia y el Estado desde la restauración hasta la guerra civil de 1936. El Archivo Miralles de Palma de Mallorca* . . . . . L. 7.000
6. M. Scaramuzza Vidoni, *Il linguaggio dell'utopia nel Cinquecento ispanico* . . . . . 8.000
7. L. De Llera Esteban, *Relaciones culturales italo-hispánicas. La embajada de T. Gallarati Scotti en Madrid (1945-1946)* . . . . . L. 9.000
8. L. Bonzi, *Due studi sulle relazioni letterarie italo-ispaniche* . . . . . L. 10.000

# ANALE GALDOSIANOS

*pubblica annualmente articoli, reseñas, noticias y documentos sobre la obra de D. Benito Pérez Galdós; textos y documentos para la historia intelectual de la España de Galdós, artículos y reseñas de libros sobre los problemas teóricos de la novela realista; y una bibliografía descriptiva clasificada sobre Galdós.*

*Director:* Rodolfo Cardona.

*Subdirector:* Anthony N. Zahareas.

*Redactores:* Alfonso Armas Ayala, Juan Bautista Avalor-Arce, Carlos Blanco Aguinaga, Stephen Gilman, Peter B. Goldman, John W. Kronik, Geoffrey Ribbans, Gonzalo So-bejano.

*Recensiones:* Peter A. Bly.

*Redactor bibliográfico:* Manuel Hernández Suárez.

## REDACCIÓN Y ADMINISTRACIÓN:

745 Commonwealth Ave.

Boston University

Boston, MA 02215

U.S.A.

*En España a:* Editorial Castalia, Zurbano, 39, Madrid (10).

## CONSIGLIO NAZIONALE DELLE RICERCHE

### “LETTERATURE E CULTURE DELL’AMERICA LATINA”

Collana di studi e testi diretta da  
*Giuseppe Bellini e Alberto Boscolo*

*Volumi pubblicati:* 1. — G. Bellini, *Storia delle relazioni letterarie tra l’Italia e l’America di lingua spagnola*; 2. — A. Albònico, *Bibliografia della storiografia e pubblicistica italiana sull’America Latina: 1940-1980*; 3. — G. Bellini, *Bibliografia dell’ispano-americanismo italiano*; 4. — A. Boscolo - F. Giunta, *Saggi sull’età colombiana*; 5. — S. Serafin, *Cronisti delle Indie: Messico e Centroamerica*; 6. — F. Giunta, *La conquista dell’El Dorado*; 7. — C. Varela, *El Viaje de don Ruy López de Villalobos a las islas del Poniente (1542-1548)*; 8. — A. Unali, *La “Carta do achamento” di Pedro Vaz de Caminha*; 9. — P.L. Crovetto, *Naufragios de Alvar Núñez Cabeza de Vaca*; 10. — G. Lanciani, *Naufragi e peregrinazioni americane di G. Afonso*; 11. — A. Albònico, *Le relazioni dei protagonisti e la cronachistica della conquista del Perù*; 12. — G. Bellini, *Spagna-Ispanoamerica. Storia di una civiltà*; 13. — L. Laurencich - Minelli, *Un “giornale” del Cinquecento sulla scoperta dell’America. Il manoscritto di Ferrara*. 14. — G. Bellini, *Sor Juana e i suoi misteri. La “Respuesta” e altri scritti autobiografici*.

**REVISTA IBEROAMERICANA**  
**Organo del Instituto Internacional de**  
**Literatura Iberoamericana**

**DIRECTOR-EDITOR:** Alfredo A. Roggiano  
**SECRETARIO-TESORERO:** Keith McDuffie  
**DIRECCION:** 1312 C.L. Universidad de Pittsburgh.  
Pittsburgh, PA 15260. U.S.A.

**SUSCRIPCION ANUAL (1983):**

Países latinoamericanos:	25 dls.
Otros países:	30 dls.
Socios regulares:	35 dls.
Patrones:	50 dls.

**SUSCRIPCIONES Y VENTAS:**

Cecilia Rodríguez Javonovich

**CANJE:**

Lillian Seddon Lozano

Dedicada exclusivamente a la literatura de Latinoamérica, la *Revista Iberoamericana* publica estudios, notas, bibliografías, documentos y reseñas de autores de prestigio y actualidad. Es una publicación trimestral.

---

## The Canadian Journal of Italian Studies

*Direttore:* Stelio Cro, McMaster University, Hamilton, Ontario (Canada)

Una pubblicazione a carattere internazionale, interdisciplinare, in cui tradizione e nuovi metodi e discipline critiche costituiscono la nuova prospettiva per capire meglio il testo in relazione alla storia delle idee.

Abbonamento annuale

Individui: US\$20.00

Istituzioni: US\$30.00

Numeri arretrati: US\$8.00,

incluse le spese postali;

Volumi arretrati rilegati: US\$50.00 l'uno

più le spese postali.

*Chi si abbona prima del 31 dicembre ha diritto a tutti i numeri arretrati.*

*CFItS:* P.O. Box 1012, McMaster University, Hamilton, Ontario, Canada L8S 1C0

**CANADIAN  
JOURNAL**  
*of Italian  
Studies*





